

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Ciências Socioambientais

Lívia Ferraz da Costa Duarte

“A gente quer a vida da gente e a água também a gente quer”

**Transformações nos usos tradicionais da água pelo empreendimento
minerário Minas-Rio, em Conceição do Mato Dentro, MG.**

Belo Horizonte

Novembro de 2017

Lívia Ferraz da Costa Duarte

“A gente quer a vida da gente e a água também a gente quer”

**Transformações nos usos tradicionais da água pelo empreendimento
Minas-Rio, em Conceição do Mato Dentro, MG.**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Socioambientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Ciências Socioambientais.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia Moreira Santos

Belo Horizonte

Novembro de 2017

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à Família Faustino. Imensa gratidão a vocês por comigo compartilhar de seus cotidianos, histórias e memórias. À Solange, que tão bem me acolheu. Dedico este trabalho a vocês!

Agradeço aos meus pais, a quem tudo devo, que tornaram possível minha trajetória até aqui.

À Marinalva, minha segunda mãe.

À minha orientadora Ana Flávia Santos, pela sensibilidade e pelas trocas, pelo imenso cuidado e atenção com o meu trabalho.

À Andréa Zhouri, por me abrir as portas do GESTA, onde minha inserção foi fundamental para meu crescimento acadêmico e pessoal.

À Raquel Oliveira, por aceitar participar da banca de defesa desta monografia.

Aos companheiros do GESTA, que tornam a luta e os trabalhos mais leves.

Ao Willian, pelo cuidado e risadas ao longo das estradas do Cipó e Conceição.

À Patrícia e Júnior, pela hospitalidade e generosidade em sempre nos receber em Conceição.

À Darsila, Elizete, Fernando e Tião, pelas bananas fritas, noites de truco e amizade.

Às terras andaluzas e Granada: Gracias a la vida, que me ha dado tanto!

Resumo

O empreendimento Minas-Rio, da empresa Anglo American, compreende uma mina de minério de ferro e estruturas adjacentes em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim (MG); o maior mineroduto do mundo, com 529 quilômetros de extensão; e o Porto do Açu, no Rio de Janeiro, estrutura final. A chegada do empreendimento deflagrou um dos mais graves e significativos conflitos ambientais da atualidade em Minas Gerais. Desde as fases de pesquisa do empreendimento, antes mesmo de obtenção da Licença Prévia, já haviam denúncias relacionadas aos efeitos socioambientais e violações de direitos humanos.

Uma das transformações mais significativas é o secamento e destruição de nascentes, assoreamento e poluição dos cursos d'água. Para manutenção dos regimes de produção e reprodução social, as fontes de água são essenciais, e as comunidades têm se defrontado com a pouca disponibilidade e a má qualidade da água dos córregos e nascentes que as abastecem, impossibilitando suas formas de ser e fazer. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo compreender as transformações nos usos tradicionais da água na Família Faustino, que se encontra na comunidade de Água Quente, um dos casos dos casos mais emblemáticos no que diz respeito à questão da água, no que tange as comunidades situadas no entorno do Minas-Rio.

Palavras-chave: Família Faustino; Mineração; Empreendimento Minas-Rio; Água; Conflito Ambiental.

Lista de abreviaturas

ADA – Área Diretamente Afetada

AID – Área de Influência Direta

ANA – Agência Nacional das Águas

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

CPT – Comissão Pastoral da Terra

GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas

INEA – Instituto Estadual de Meio Ambiente

LP – Licença Prévia

LI – Licença de Instalação

LO – Licença de Operação

MPMG – Ministério Público do Estado de Minas Gerais

MPF – Ministério Público Federal

PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

REAJA – Rede de Articulação dos Atingidos pelo Projeto Minas-Rio

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SISEMA – Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais

SUPRAM – Superintendências Regionais de Regularização Ambiental

URC – Unidade Regional Colegiada

Lista de Figuras

Figura 1. Síntese da Significância dos impactos sobre a comunidade Água Quente. Fonte: Diversus Ambiente e Cultura, 2014.....	36
Figura 2: Casa nova e casinha de pau a pique ao fundo. Agosto de 2017.....	56
Figura 3: Solange lavando vasilhas no terreiro. Agosto de 2017.....	58
Figura 4: Terreiro de Lenita (onde está a fossa séptica). Logo o quintal e ao fundo, tem-se a horta. Agosto 2017.....	59
Figura 5: Solange decotando a mandioca. Agosto, 2017.....	66
Figura 6: Roça de Ailton, de milho e feijão já seca. Agosto, 2017.....	67
Figura 7: Antiga bica dos Faustino. Agosto, 2017.....	72
Figura 8: Galinhas de Lenita e o pneu utilizado pelos seus filhos para brincar no rio. Ago. 2017.....	77
Figura 9: Manchas na perna de Toco. Agosto de 2017.....	77
Figura 10: Cor do córrego Pereira, Agosto, 2017.....	79
Figura 11: Solange no local onde brotava a nascente dos Faustino. Agosto 2017.....	81
Figura 12: Horta de Lenita. Agosto, 2017.....	82
Figura 13: Parte da horta de Solange. Agosto, 2017.....	84
Figura 14: Horta de Eliete. Agosto, 2017.....	85
Figura 15: Solange pegando água no “Buracão”, Agosto, 2017.....	90

Sumário

Introdução.....	10
Olhar, ouvir e escrever: reflexões metodológicas.....	14
Capítulo 1: Mineração, Água e Conflito.....	19
1.1. O empreendimento Minas-Rio, Água Quente e Família Faustino: breve contextualização.....	19
2.1 Água dádiva <i>versus</i> Água mercadoria.....	23
2.2 Histórico do conflito da água em Água Quente.....	29
2.3. Usos e sentidos da categoria de <i>impacto</i>	39
Capítulo 2: Olhando, ouvindo e escrevendo sobre a Família Faustino.....	46
1.1. O modo de produção camponês e o <i>dominium</i> da Fazenda.....	46
2.1. O lugar e as pessoas.....	52
2.2. A configuração do espaço e a organização social.....	56
2.3. O plantar, o colher.....	64
Capítulo 3: “Era tempo bom, a água corria demais”: análise dos deslocamentos e transformações	69
1.1. Os megaempreendimentos e a produção do deslocamento in situ.....	69
2.1. O sistema de abastecimento.....	71
2.2. As memórias, os usos e as perdas.....	75
2.3 Efeitos no sistema de produção.....	81
3.1. “Hoje em dia qualquer pessoa já fica com medo no tempo de chuva”: inseguranças quanto à barragem de rejeitos.....	92
Considerações Finais.....	97

Referências Bibliográficas.....	100
---------------------------------	-----

“Como era a nossa vida antes da mineração chegar?

Ah, era tranquila, tínhamos sossego, o que a gente mais ouvia era o canto dos pássaros, sentíamos o cheiro de natureza, tínhamos o rio limpo e os animais ao redor, sempre éramos felizes assim [...] Sempre dizíamos como é bom viver na nossa terra feliz, sem nada de estranhos nos incomodando, como é bom nadar e beber dessa água limpa, cristalina e doce. Como é bom morar rodeado pela natureza”.

(Escritos de Elizete, moradora da comunidade do Passa Sete)

Introdução

Nos últimos anos, a mineração, mais uma vez, começou a transformar a América Latina. Bebbington (2011) aponta que a combinação de preços altos de minerais, com novas tecnologias, reformas institucionais para o setor e o conjunto da economia fizeram com que a América Latina se tornasse uma das fronteiras mais atrativas para os investimentos internacionais. Nesse contexto, a partir dos anos 2000, o Brasil se tornou um dos principais exportadores de minério de ferro, devido à demanda internacional por *commodities*, associada, sobretudo, ao crescente mercado chinês e a inserção na economia mundial. A expansão da mineração de ferro no Brasil e do setor mineral em geral, faz parte do que os economistas classificam como *reprimarização* da economia, fenômeno avaliado pela primazia à exportação de produtos com baixos índices tecnológicos - as *commodities* - impulsionadas pelos governos de todo o continente (Torres, 2014). Conforme o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, 2016), em 2015, as substâncias metálicas responderam por cerca de 76% do valor total da produção mineral comercializada do país. O valor da produção das substâncias comercializadas totalizou 67,5 bilhões de reais, “com destaque para a expressiva participação do ferro nesse montante, cuja produção é concentrada, principalmente nos estados de Minas Gerais e Pará” (idem, p. 1).

O movimento das fronteiras da mineração no Brasil está, dessa forma, se ampliando, como ocorre em Minas Gerais: as *minas* destinadas à exploração criam uma suposta “vocação” do estado, a alimentar as finanças e ganâncias das empresas transnacionais e do Estado, baseadas na apropriação e exploração de territórios historicamente ocupados. Os territórios destinados à exploração de empresas transnacionais são naturalizados, como na frase que inicia a apresentação de dossiê produzido pela Agência Nacional das Águas (ANA) e o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM): “*Nossa civilização é uma civilização mineira, e o Brasil, um país mineiro*”¹.

¹ Frase que inicia apresentação do dossiê *A gestão dos recursos hídricos e a mineração*, produzido pela Agência Nacional de Águas (ANA) e o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), 2006. Disponível em: http://www.em.ufop.br/ceamb/petamb/cariboost_files/gestao_20da_20agua_20na_20mineracao_20ibr am.pdf

A apropriação dos territórios pela mineração se dá por todo um conjunto de estratégias criado pelas empresas, que compõem o *modus operandi* das mesmas. Tais estratégias vão desde a produção de discursos, imagens e símbolos, despertando paixões, sensibilidades e desejos, até estratégias corporativas que se dão por meio de alianças hegemônicas com o Estado (Antonelli, 2009), que permitem e facilitam a entrada de capital transnacional e a atuação dos empreendimentos, através da flexibilização das leis ambientais e da concepção de que as atividades extrativistas são de *interesse público*. As estratégias corporativas e estatais são mecanismos de poder, assim como define Bronz (2011), que reforçam o que Antonelli chama de paradigma extrativista, legitimando as ações empresariais e a implantação dos empreendimentos minerários.

Entretanto, na medida em que “o modelo de desenvolvimento de *commodities*” avança (Zhour, et al, 2016:11), produz-se um *arrastão* nos territórios de antiga ocupação, rompendo com as formas de organização social ali existentes, assim como a lógica de reprodução da natureza (idem). As transformações nesses territórios, no entanto, são justificados e legitimados pela própria menção à “vocação” do estado e do país, apoiados em discursos de progresso e desenvolvimento.

O empreendimento minerário Minas-Rio, que “abastece o mercado mundial de pelotas de minério de ferro” (Anglo American, 2017), constitui um exemplo do avanço da frente minerária em Minas Gerais e apresenta características que respondem    recente conjuntura global, uma vez que faz parte de um “aporte significativo da capacidade da extração de ferro do subsolo brasileiro e se destina, através de longas viagens marítimas, a fornecer m  terias-primas para as economias industrializadas” (Bittencourt, 2017, p.2). O empreendimento, pertencente à empresa Anglo American, é composto por um dos maiores complexos minerários do mundo, e compreende a exploração de minério de ferro retirado no município de Conceição do Mato Dentro, seu beneficiamento e transporte até o porto do Açu, em São João da Barra, no Rio de Janeiro, através de um mineroduto de 529 km de extensão, atravessando 33 municípios mineiros e fluminenses. Para tanto, foram implementados, além dessas estruturas, uma unidade de beneficiamento em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas e uma adutora de água com captação no Rio do Peixe (na bacia do Rio Santo Antônio) no município de

Dom Joaquim, em Minas Gerais (Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, 2016).

As transformações territoriais, os processos de *desterritorialização*² e os conflitos ambientais estão intimamente relacionados com os processos de expansão das fronteiras econômicas no Brasil. As frentes pioneiras, agentes da modernização, entram em choque com os territórios já tradicionalmente ocupados, produzindo aquilo que Oliveira (1998, *apud* Little, 2002) identificou como “contextos intersocietários de conflito”. A mineração em Minas Gerais pode ser considerada uma frente de expansão que produz situações de conflitos e novas formas de apropriação do espaço pelas grandes empresas, as quais se sobrepõem às territorialidades já existentes, ignorando direitos costumeiros, códigos tradicionais de uso dos recursos e apropriação do território e os modos de vida tradicionais. Nesse contexto, o empreendimento Minas-Rio instaurou uma forma de apropriação do território baseada em uma visão desenvolvimentista, oposta à apropriação do território pelas comunidades rurais, que se baseia em códigos sociais particulares, na relação com a natureza, em uma “moral campesina” (Woortmann, 1990). Essa apropriação do espaço pela empresa nos territórios tradicionais é marcada pela violação dos direitos das comunidades rurais e pelos efeitos socioambientais que provocam, impossibilitando os seus modos de ser e fazer.

Desde 2012, o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, o GESTA/UFMG, acompanha os conflitos deflagrados com a chegada da mineração na região, através de atividades de pesquisa e extensão, que incluem a assessoria aos atingidos. A minha inserção nessa pesquisa se deu em meados de 2016, ainda como voluntária, no projeto “Poder, território e conflito: processos de territorialização e mineração em Conceição do Mato Dentro (MG)”. Acompanhei audiências públicas acerca do processo de licenciamento, reuniões entre o Ministério Público e as comunidades atingidas, reuniões entre o GESTA, a Rede de Articulação dos Atingidos pelo Projeto Minas-Rio (REAJA),

²Compreende-se aqui por *desterritorialização* aquilo que define Haesbaert (2006) como tanto pela exclusão no acesso a terra enquanto meio de produção tanto quanto num nível simbólico. “Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. (...) Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização”. (p. 67).

movimentos sociais da região e atingidos, além de alguns trabalhos de campo de cunho etnográfico nas comunidades. Em janeiro de 2017, vinculei-me ao projeto de iniciação científica CNPq “Água e território no entorno do empreendimento Minas-Rio: usos e conflitos”, no âmbito do projeto anterior, cujo objetivo era analisar as transformações nos usos tradicionais da água pelas comunidades atingidas pelo empreendimento. Ainda neste mês, o GESTA, em parceria com a REAJA e o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA/UFAM) realizaram a Oficina de Cartografia Social na comunidade do Jassém, atingida pelo empreendimento, com a qual pude notar que a maior parte das falas das comunidades estão associadas às denúncias acerca do secamento das nascentes, diminuição da vazão e contaminação dos córregos, impedindo diversos usos tradicionais realizados pelos moradores. Nesse ponto, percebi como a água é um ponto nevrálgico para a constituição do modo de vida rural e como a chegada da mineração tem desestruturado as dinâmicas dos atingidos.

Participaram da Oficina, as comunidades localizadas à jusante da barragem de rejeitos, a saber, comunidade do Jassém, Água Quente e Passa-Sete. Na comunidade de Água Quente, encontra-se a Família Faustino, cujos alguns membros participaram da Oficina e onde pude melhor conhecê-los. Essa Família vive uma situação de vulnerabilidade e acesso crítico à água. Por quase não existirem dados sobre ela no processo de licenciamento ambiental do empreendimento, além de não serem consideradas atingidas pelo empreendedor, o que mostra a negligência da empresa e reflete na invisibilidade dos moradores, a escolhi como sujeito central deste trabalho. Pretendo, portanto, analisar as transformações nos usos da água e no modo de vida tradicional causada pela chegada da mineração na Família.

No primeiro capítulo deste trabalho, farei um breve histórico sobre as contradições e conflitos entre, por um lado, os discursos da Anglo American sobre os *impactos* nos recursos hídricos e, por outro, das narrativas dos atingidos e de alguns laudos e relatórios técnicos do Ministério Público e outros, que atestam a má qualidade da água em razão das obras do empreendimento. No segundo capítulo, tento fazer uma etnografia a respeito da Família Faustino, de seus aspectos campestres, particularmente no que diz respeito ao modo de produção e algumas dinâmicas sociais. Essa discussão será basilar para o último capítulo, no qual busco trazer uma análise das perdas e

transformações nos usos tradicionais da água, partindo do conceito de *deslocamento in situ* (Feldmann, 2003).

“Olhar, ouvir, escrever”: reflexões metodológicas

A mineração, com seus efeitos de desterritorialização, provoca diversas e profundas transformações nos modos de vida e nas possibilidades de uso do território tradicional. Os efeitos causados pela atividade minerária são subdimensionados, simplificados através da categoria *impactos*, sem se considerar as perdas simbólicas, culturais, e as transformações no modo de vida dos moradores. Dessa forma, entendo ser necessário lançar um olhar sobre a Família Faustino, sobre sua organização social, suas formas de produção, o que me leva a tentar compreender as dinâmicas sociais desse grupo e, assim, procuro descrever as transformações que vivem desde a chegada da mineração, especificamente em relação a questão da água.

Em agosto de 2017, passei nove dias na casa de Solange Faustino, que me recebeu de forma bastante generosa e cuidadosa, cujas conversas foram essenciais para a construção do trabalho. Antes de passar esses dias na localidade, foi necessária uma visita alguns dias antes, para que eu me apresentasse, embora já conhecesse alguns moradores, ainda que não profundamente, por meio de trabalhos de campo do GESTA e em audiências públicas em Conceição e em Belo Horizonte. Era a primeira vez que um pesquisador da equipe passava tantos dias nos Faustino, o que me trouxe certo receio de como conduzir as entrevistas, se fazia uso do gravador, se poderia tirar fotos, dentre outras questões metodológicas, sobretudo considerando a timidez da família, que pode ser tanto uma característica da personalidade, ou expressão de um ato de resistência frente às desconfianças e incertezas que a chegada da *firma* trouxe, principalmente no que diz respeito ao fluxo de pessoas desconhecidas na região. Tive medo de não conseguir, de fato, realizar o trabalho, no entanto, fui surpreendida com a vontade deles de que eu passasse um tempo ali: “*pode vir, pode ficar até uma semana se quiser, a gente gosta*”, Solange disse para mim.

Nesta visita inicial, me apresentei, apresentei ao GESTA, lhes indicando como referência outras pesquisadoras que estavam na equipe já há alguns anos e haviam feitos trabalhos de campo também mais duradouros; minha orientadora, cujo trabalho nas

comunidades situadas no entorno do Minas-Rio teve início em 2009, quando ainda antropóloga do Ministério Público; além da Oficina de Cartografia Social em janeiro de 2017 na comunidade do Jassém, onde pude ter maior contato com os moradores. Disse que queria viver o que eles vivem ao longo da semana que ali passaria, para ouvir sobre as histórias, saber mais sobre a vida na roça e compreender mais sobre as transformações causadas com a chegada da mineração.

E foi isso que de fato fiz: acompanhei o dia-a-dia, o despertar, o anoitecer, as idas ao “Buracão” buscar água limpa, o cuidado com as hortas, as idas ao mandiocal *decotar* a mandioca, o “catar” feijão, os deveres de casa de Cacá, filha de Solange, as brincadeiras, e os “cafezinhos” compartilhados que ensejavam conversas variadas, sobre mim e sobre eles.

Cheguei para me hospedar na casa de Solange em um sábado já no cair do dia. Com os cabelos presos e roupas largas, como de costume, e com sua timidez característica, ela me convidou a entrar. Deixei as minhas coisas na sala e fui convidada a ir até a cozinha tomar um cafezinho, convite que, conforme descreve Carvalhosa (2016), marca, na região, a sociabilidade entre quem recebe e o “de fora”. Ao contrário do que comumente acontece na recepção nos centros urbanos, a sala representa uma recepção superficial, enquanto que a cozinha é que desempenha a função mais prática e efetiva da sociabilidade, pois o alimento é sempre convite ao diálogo (Carvalhosa, 2016). Foi assim que iniciei o meu contato na casa, buscando iniciar não apenas uma relação de pesquisa, como, também, uma relação de trocas e de amizade.

A minha vivência nos Faustino fez com que eu refletisse sobre o meu próprio modo de vida e deixasse de lado, durante aquele tempo, algumas comodidades que o urbano me oferece, muitas delas sustentadas pela própria mineração. Assim, fiz uma intensa reflexão no sentido de perceber o meu privilégio social, que eles distinguiam da posição deles, em alguns comentários feitos em meio a risadas: “*aqui a gente é simples, toma banho é no balde*”. Essa compreensão – de mim própria como uma pessoa que, em alguns aspectos, é beneficiada pela mineração; e eles, expropriados e violentados por ela – me despertou diversas dúvidas, e me fez pensar no meu papel enquanto pesquisadora. Em um certo momento, já ao final da minha estadia, nos Faustino, em que eu tirava

algumas fotos de Solange descascando a mandioca, ela me questionou: “*o que cê vai fazer com essas fotos? Mostra elas lá quando tiver as reuniões, aquela lá minha carregando os galões nas costas na estrada, pra eles vê o sofrimento nosso*”.

Com isso, passei a me questionar: Qual o papel da ciência na contribuição da luta dessas comunidades atingidas? Como eu poderia, na condição de estudante, versada em poucos conhecimentos em Ciências Socioambientais, ajudar na trajetória de luta dos atingidos?

O'Dwyer, no livro “*Quilombos: identidade étnica e territorialidade*” (2002), organizado por ela, tem o propósito de mostrar uma coletânea de trabalhos que representem o envolvimento do mundo intelectual com os movimentos sociais e a mobilização de grupos étnicos que reivindicam o direito à diferença cultural e à reprodução de suas práticas e saberes tradicionais. Considerando, sobretudo, o processo de identificação étnica e territorial das comunidades quilombolas, a autora afirma que a participação de antropólogos nessa luta é fundamental, pois, “ao assumir sua responsabilidade social como pesquisadores que detêm um “saber local” sobre os povos e grupos que estudam, fazem de sua autoridade experiencial um instrumento de reconhecimento público de direitos constitucionais” (p. 21). Oliveira, em “*Etnografia enquanto compartilhamento e comunicação: desafios atuais às representações coloniais da antropologia*” (2013) ao falar do papel do antropólogo³ em estudos de povos indígenas, afirma:

As investigações realizadas pelos antropólogos têm consequências sociais importantes, dialogando com as demandas indígenas e contribuindo para as suas formas de mobilização, bem como propiciando dados e interpretações cruciais para um melhor desenho das políticas públicas e das suas formas de implementação (idem, p. 48).

O trabalho de assessoria técnica dos pesquisadores, principalmente nos processos de licenciamento ambiental⁴ dos empreendimentos, articula, de acordo com Zhouri (*et al*, 2013) os conhecimentos do antropólogo assessor⁵ sobre as comunidades estudadas às

³ Durante a graduação no curso de Ciências Socioambientais, optei por dar maior ênfase à Antropologia, uma das vertentes do curso. Além disso, a partir do meu trabalho no GESTA, pude ter maior contato com a disciplina, tanto pelos trabalhos de campo serem de cunho etnográfico, como pelo maior contato com as áreas da Antropologia que se dedicam ao estudo de comunidades rurais, campesinato e meio ambiente.

⁴Zhouri e Oliveira (2013) observam que o trabalho do antropólogo-assessor não está restrito apenas ao processo de licenciamento dos grandes empreendimentos, todavia, por ser um *locus* em que se produz a articulação entre ciência, técnica e política, e onde são tomadas as decisões, o licenciamento ambiental constitui um espaço singular para analisar a figura do antropólogo enquanto assessor.

⁵ “Em outras palavras, a produção do conhecimento antropológico nesses campos se associa, de modo inevitável, às expectativas e demandas dos sujeitos da pesquisa, bem como aos possíveis efeitos e

práticas de militância em favor das demandas dos seus sujeitos de pesquisa. O GESTA, com seus trabalhos de pesquisa, extensão e assessoria técnica, tem, portanto, um papel importante na luta das comunidades atingidas pelo empreendimento Minas-Rio, a partir da elaboração de relatórios e estudos técnicos, alguns deles destinados aos órgãos estaduais, como Ministério Público, documentos estes subsidiados com dados de campo de cunho etnográfico realizado nas comunidades pela equipe.

O objetivo deste trabalho, entretanto, não é refletir sobre o fazer ciência e o fazer política. Sabendo das minhas limitações, inclusive ao considerar que os discursos das grandes empresas ocupam uma posição hegemônica no campo ambiental, ganhando maior legitimidade sobre as produções acadêmicas, busquei trazer um olhar sobre uma comunidade historicamente invisibilizada pelos domínios da Fazenda e pelo empreendimento Minas-Rio.

Dessa forma, me atentei ao “*olhar, ouvir e escrever*”, atos que perfazem o fazer antropológico, buscando “compreender a sociedade e a cultura do outro “de dentro”, em sua verdadeira interioridade”. (Oliveira, 1998:31). O “estar lá”, se fez de suma importância para tentar acessar algumas dinâmicas da Família Faustino. O “mergulhar” no modo de vida do outro é essencial do ponto de vista etnográfico, bem como aponta Malinowski:

Por outro lado, nesse tipo de pesquisa, recomenda-se ao etnógrafo que de vez em quando deixe de lado máquina fotográfica, lápis e caderno, e participe pessoalmente do que está acontecendo. Ele pode tomar parte nos jogos dos nativos, acompanhá-los em suas visitas e passeios, ou sentar-se com eles, ouvindo e participando das conversas (idem, 1922, p. 31).

Tendo em vista a limitação deste trabalho, colocada, sobretudo pelo curto tempo de campo nos Faustino, apenas nove dias, busco tentar etnografar a Família Faustino, a fim de acessar algumas dinâmicas relativas ao seu modo de produção e de vida, que serão

consequências políticas que derivam das formas de apropriação desse conhecimento. Nesse ponto, a posição do antropólogo assessor é singular. Em lugar do observador distanciado, altivo, que perambula por entre os outros como uma espécie de *persona non grata*, o assessor é aquele que tem sua presença requisitada, tem seus movimentos, seu ouvido e seu olhar atraídos e direcionados, a todo tempo, pelos seus interlocutores às palavras, imagens e pessoas que eles querem mostrar” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2013, p.98). É importante ressaltar que, as atividades de assessoria técnica realizada pelo GESTA nas ‘comunidades são feitas a partir das demandas dos próprios atingidos à coordenação da equipe.

fundamentais para compreender as transformações nos usos tradicionais da água, ponto crucial para a reprodução social do grupo.

Capítulo 1. Mineração, Água e Conflito

1.1 O empreendimento Minas-Rio, Água Quente e a Família Faustino: breve contextualização

O processo de licenciamento ambiental do empreendimento Minas-Rio foi iniciado em 2007 pela empresa MMX Minas-Rio Mineração. Em 2008, a empresa britânica Anglo American assumiu o controle acionário da MMX e passou a adquirir os direitos sobre o empreendimento, em uma negociação que rendeu à MMX um lucro de aproximadamente 5,5 bilhões de reais (Mapa dos Conflitos, 2016)⁶. O licenciamento, apesar de compreender um projeto integrado, foi marcado pela fragmentação de licenças e diversas irregularidades⁷. O mineroduto foi licenciado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Porto do Açu pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (INEA) e as demais estruturas – mina, linha de transmissão de energia e adutora de água – foram licenciadas pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais (SISEMA). O processo se iniciou com o licenciamento do mineroduto, tornando as outras estruturas imprescindíveis, configurando o que Santos (2014) chama de *inexorabilidade do empreendimento*. Como afirma esta autora, essa ideia se constrói, passo a passo, na concretude das violências que sofrem os atingidos e na violação de seus direitos, em um processo de *encurralamento*. Para escapar ou diminuir as exigências burocráticas expressas nas normas administrativas para o licenciamento, os *impactos* são subdimensionados, condicionantes não são cumpridas e o universo sociocultural dos atingidos pelos empreendimentos é ignorado. Esse é um ponto crucial que permeia a complexidade dos conflitos ambientais causados pelo empreendimento Minas-Rio.

Em 2008, foi concedida a Licença Prévia (LP) do empreendimento. Em 2009 foi concedida a Licença de Instalação (LI), Fase I e, no ano seguinte, a LI Fase II. Passados

⁶ Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, GESTA/UFMG. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=582>. Acesso em outubro de 2017.

⁷ Para maiores informações do caso e processo de licenciamento, ver ficha técnica “Conflito e resistência à instalação e operação da mina e do mineroduto do Projeto Minas-Rio”, no Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=582>; Santos (2014), Santos e Zucarelli (2016) e Leite (2017).

quatro anos, a empresa obteve a Licença de Operação (LO), concedida na 86ª Reunião da Unidade Regional Colegiada do Jequitinhonha (URC-JEQ), reunião extremamente longa, com duração de 12 horas, levando à exaustão do público, e que foi marcada pela deslegitimação das falas e manifestações dos atingidos, além da repressão policial⁸. Em 2015, foi concedida Licença Prévia, concomitante à Licença de Instalação, da segunda etapa – a chamada Otimização da Mina ou "Step 2" –, e, em 2016, foi concedida a Licença de Operação. Atualmente, ocorre o processo de licenciamento ambiental da terceira etapa – a expansão da mina ou "Step 3". Todas as licenças foram concedidas até o momento apesar das inúmeras condicionantes não cumpridas.

Os *impactos* dos megaempreendimentos de mineração se *derramam*⁹ sobre os territórios e as diversas territorialidades, provocando transformações socioambientais e alterando as relações e dinâmicas das sociedades com o seu território. Significativos *efeitos derrame* podem ser observados a partir do empreendimento Minas-Rio¹⁰. Antes mesmo da concessão da Licença Prévia em 2008, o empreendimento foi alvo de diversas contestações e denúncias pelos *impactos* ambientais e violação aos direitos humanos, por parte dos atingidos, academia e movimentos sociais. De acordo com Antonietti (2017), as denúncias se concentram, majoritariamente, sobre as definições de áreas afetadas, com implicações para o reconhecimento das comunidades atingidas, e para o subdimensionamento dos efeitos ambientais e sociais deflagrados com o empreendimento. Além disso, questiona-se o próprio modo como se deu a condução do licenciamento e o modo como são e foram feitas as negociações fundiárias.

Uma das transformações mais significativas é o secamento e supressão de nascentes, assoreamento e poluição das águas, fundamentais ao modo de vida rural das famílias atingidas. Argumentamos aqui que esses efeitos vêm produzindo, na Família Faustino, aquilo que Feldman (2003) chama de deslocamento *in situ*, ou seja, as pessoas afetadas

⁸ Ver Penna (2017).

⁹ Os *efeitos derrame* ocorrem quando, para se levar adiante um empreendimento extrativo, se modifica uma norma ambiental, que altera toda a forma de gestão ambiental do país. Assim, os efeitos das atividades extrativas se derramam pelo território, não somente no âmbito de impactos locais, mas em modificações multidimensionais vinculadas entre si, que abarcam políticas públicas, economia, meio ambiente e justiça social. Para saber mais, ver Gudynas: *Extractivismos en América del Sur y sus Efectos Derrame*, 2015.

¹⁰ Para saber sobre os efeitos derrame em Conceição do Mato Dentro, ver Prates: *Efeitos Derrame da Mineração, violências cotidianas e resistências em Conceição do Mato Dentro*, 2017.

por megaempreendimentos permanecem no lugar, mas têm suas condições de existência significativamente alteradas, impossibilitando a produção e reprodução social das comunidades (Zhour, et al, 2013).

A comunidade de Água Quente, localizada às margens do córrego Passa Sete e à jusante da barragem de rejeitos, é um dos casos mais emblemáticos no que diz respeito à questão da água, no que tange às comunidades situadas no entorno do Minas-Rio. Antes mesmo da instalação do empreendimento, os moradores já denunciavam a má qualidade do córrego, fundamental para a realização das atividades tradicionais. Após anos de luta, a comunidade conseguiu ser ouvida e, em 2010, foi considerada *atingida emergencial* em relação à água. No entanto, como os *impactos* eram considerados *temporários* pela Anglo American, os moradores não foram reassentados, convivendo com as medidas mitigatórias impostas pela empresa, como a instalação de um poço artesiano e fossas sépticas, medidas estas baseadas em técnicas urbano-industriais que não condizem com a realidade rural.

Além da instalação de medidas mitigatórias não condizentes com a realidade rural, são as próprias empresas que definem, igualmente, com o concurso de consultorias técnicas contratadas, quem deverá ser ou não considerado como atingido, o que não raro se faz a partir de uma lógica que Vainer (2008) define como *territorial patrimonialista*. Dentro dessa lógica empresarial, só seriam definidas como atingidas e passíveis de reassentamento as comunidades que estivessem dentro do complexo de estruturas do empreendimento; as situadas no entorno do empreendimento não são consideradas atingidas e nem seriam reassentadas, tendo em vista que a definição do universo de atingidos está ligada a um cálculo custo-benefício e não das realidades socioambientais das comunidades. No licenciamento do empreendimento Minas-Rio, as únicas comunidades reconhecidas como atingidas, e reassentadas ao longo do processo, foram as comunidades de Água Santa e Mumbuca. A comunidade de Água Quente, ainda que também considerada atingida, ganhou uma definição diferente das outras duas, são atingidas *somente em relação à água* (Torres, 2014), ao recurso ambiental na sua forma física, material, sem considerar a sua carga cultural e simbólica para as comunidades rurais. Segundo essa categorização, a comunidade não precisaria ser reassentada, e

poderia conviver com o empreendimento desde que implementadas as medidas mitigatórias propostas pela empresa.

Diversas denúncias têm sido feitas pelos moradores da comunidade, de precariedade do sistema de abastecimento, contaminação e assoreamento dos córregos, secamento das nascentes e mortandade de peixes, processos que afetam todo o modo de vida e o cotidiano dos moradores, impossibilitando diversas atividades que faziam parte de seus costumes. Conforme Torres (2014):

as mulheres não mais se encontram para conversar e contar casos em uma pedra localizada em uma área bela e bem cuidada para lavar roupas; as crianças não passam suas horas de lazer nadando ou pescando; os animais não consomem águas do córrego e as hortas têm que ser regadas com água da torneira. Os moradores devem observar regras e cuidados no uso da água, para evitar que ela falte aos vizinhos. Para a Anglo American, no entanto, todos os problemas foram resolvidos (idem, p.21)

Dentro da comunidade de Água Quente, encontra-se a "Família Faustino", cujos sujeitos são centrais neste trabalho e a eles aqui me referirei como *os Faustino*. A Família¹¹ se encontra em uma área de herança familiar, composta por seis grupos domésticos. Antes da implantação do empreendimento, os moradores eram abastecidos por uma nascente que fluía pelos seus quintais e também pelo córrego Pereira, localizado a 100 metros da localidade. “*Aqui não faltava água não*”, foi a frase que mais ouvi, dita por quase todos os moradores, durante trabalho de campo realizado no mês de agosto deste ano. Essas águas antes eram usadas para a irrigação das hortas e quintais, para a dessedentação dos animais, banho e consumo doméstico. As águas começaram a secar, segundo relatos dos moradores, em 2011 e, desde então, as famílias são abastecidas por um caminhão pipa que enche duas caixas d’água, de 5.000 e 10.000 litros, duas vezes na semana, fornecidas pela Prefeitura de Conceição do Mato Dentro. No entanto, os moradores não sabem a origem dessa água e as caixas d’água estão completamente sujas.

O secamento da nascente que abastecia a bica dos Faustino e a contaminação do córrego Pereira tornou impossível alguns desses usos tradicionais, como a criação de porcos, que necessitam de muita água em sua alimentação; a pesca, o encontro das mulheres

¹¹ No capítulo seguinte, farei as distinções entre Família, grupo doméstico e comunidade para melhor compreensão do leitor sobre o grupo estudado.

para as prosas enquanto lavavam suas roupas; a manutenção das hortas, o que altera gravemente na dieta alimentar das famílias, pois a variedade de verduras e legumes que se tinha antes em abundância, hoje deve ser adquirido nos mercados na cidade. Além disso, a falta de água também provoca deslocamentos físicos para a busca de água limpa para beber e preparar a comida. Por três ou quatro vezes na semana, os moradores caminham aproximadamente dois quilômetros para buscar água em uma nascente fora do terreno onde vivem.

Apesar da situação de vulnerabilidade em que vive, a Família Faustino não é considerada atingida pela Anglo American. Ademais, os Faustino são invisibilizados durante o processo de licenciamento ambiental do empreendimento, uma vez que é quase inexistente documentos da empresa que fazem menção a eles.

2.1 Água dádiva *versus* Água mercadoria

A água, essencial para a existência humana, se transformou, nos últimos anos, em um recurso cujo acesso é crítico. O seu uso é disputado por diversos atores, contrapondo, sobretudo, o consumo humano em moldes tradicionais, envolvendo usos múltiplos, por um lado, e o uso industrial, por outro. Esses usos são envoltos por diferentes olhares em relação ao recurso e tratam, conforme Galizoni (2005), das relações sociais em torno das formas de apropriação dos recursos hídricos: uma dádiva, para as comunidades rurais; um bem econômico que se torna mercadoria, para os megaempreendimentos extrativistas. Diegues, em *Água e Cultura nas Populações Tradicionais Brasileiras* (2007), aponta para a importância não só material, mas também simbólica da água para povos indígenas e comunidades tradicionais, presente até mesmo em mitos de origem dessas comunidades. Para esses grupos, as águas fazem parte de um “território e um modo de vida, base de identidades específicas” (idem, p. 4) enquanto que, na lógica mercantil, submetida à lógica capitalista, a água se torna um bem controlado pela tecnologia, podendo ser apropriado de forma privada e mercadológica tornando-se um bem de troca ou uma mercadoria.

A concepção da água como uma mercadoria faz parte da lógica não só das indústrias extrativistas como também do Estado. Em dossiê produzido em 2006 pela Agência

Nacional das Águas (ANA) e pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), a exploração da água é inserida no conjunto das explorações minerais e comparada, em importância, à exploração de petróleo e carvão em décadas anteriores:

Para o atendimento de nossas necessidades, precisamos, pois, dispor de uma oferta adequada de bens minerais, eis que estes são essenciais ao agronegócio, à construção civil e à indústria, às artes, ou seja, a todas as cadeias produtivas e manifestações culturais da humanidade: por exemplo, o avião, o carro, o computador, as igrejas, as esculturas, os instrumentos musicais e tantos outros nada mais são que bens minerais transformados. **Dentre estes bens minerais essenciais destaca-se, sem sombra de dúvidas, a água, sendo unânime a visão de que nosso século XXI será o Século da Água, como o século XIX foi o do carvão mineral e o século XX o do petróleo** (ANA; IBRAM, 2006, p.8, grifo próprio).

Vale ressaltar, nesse trecho, o destino dos produtos advindos da mineração: *para o atendimento das **nossas** necessidades*. Utilizar do pronome possessivo “nosso (a)” pode ser bastante problemático, considerando a diversidade cultural e étnica, no contexto de um modelo desenvolvimentista predatório. As comunidades rurais, povos tradicionais, indígenas, grupos étnicos recebem o ônus desses empreendimentos, pois é no espaço rural que se concentra a maior parte da exploração e onde podem ser observadas “as consequências ambientais, sociais e econômicas decorrentes da concentração do uso de recursos hídricos”, como aponta Galizoni (2005:13).

Não é novidade que a mineração de ferro é uma atividade que utiliza muita água no processo de beneficiamento, escoamento e transporte do minério. Em grande parte das minas, é extraído muito mais água que minério, principalmente em lavras que se localizam abaixo do nível do lençol freático, do qual deve ser bombeada a água subterrânea enquanto durar a exploração da mina, provocando o rebaixamento do aquífero (Rubio, 2006). Além disso, o uso da água não se restringe à exploração da jazida, mas abrange, também, todos os processos de beneficiamento do minério, devendo considerar, conforme Rubio (2006), que depois de finalizadas as atividades, os impactos hidrogeológicos poderão perdurar por muito tempo. De acordo com Ferreira (2013)

o rebaixamento do nível de água subterrânea impacta gravemente as condições hidrogeológicas do aquífero, impactos que não se limitam à área da mina, se irradia por toda bacia hidrográfica e no ecossistema dessa. Por mais que se pretenda a recuperação ambiental dessa área, a recuperação é insuficiente para recuperar as condições

hidrogeológicas e seus ecossistemas anteriores à intervenção da atividade minerária (Ferreira, 2013, *apud* Margarida Alves, 2017, p. 17).

No que diz respeito à poluição, as atividades minerárias contaminam a água pelo tratamento do minério e por óleos, detergentes e produtos químicos vindos das oficinas, máquinas, caminhões e por sólidos suspensos, que podem causar aumento de turbidez, mudança de cor e assoreamento. Além disso, a mineração também implica no desmatamento da vegetação, expondo o solo aos processos erosivos, causando assoreamento dos corpos d'água (Rezende, 2016).

O artigo 225, parágrafo primeiro da Constituição de 1988, dispõe que para a instalação de empreendimento potencialmente causador de significativa degradação ambiental deve ser exigido estudo prévio de impacto ambiental. No entanto, os Estudos de Impacto Ambiental - EIA/RIMA - não aprofundam as análises dos danos hidrogeológicos do empreendimento mineral e, tampouco, é realizada uma análise de *impacto* hídrico e ambiental integrada com outros empreendimentos (Vignolo, 2017:2).

Conforme a Comissão Pastoral da Terra – CPT –, no relatório de Conflitos no Campo de 2016 (*apud* Margarida Alves, 2017), os conflitos por água no país cresceram 150% entre 2011 e 2016. De acordo com Malerba (2015:80), o levantamento de 2015 elaborado pela CPT informa que das 135 ocorrências registradas no relatório Conflitos Pela Água, 76 envolvem a mineração. Em Minas Gerais, operam três minerodutos e pretende-se instalar outros quatro. Juntos, os sete minerodutos consumirão 8.170 milhões de metros cúbicos, quase metade de toda a água consumida mensalmente por Belo Horizonte que corresponde a 18.403 metros cúbicos (IBASE, 2012 *apud* Malerba, 2015).

Um exemplo que ilumina a análise da tensão entre mineração *versus* usos múltiplos da água em Minas Gerais: a exploração de ouro e minério de ferro no norte do estado. Barbosa, em seu artigo *Mineração no Norte de Minas Gerais: tensões e conflitos pelo acesso e uso da água* (2014), comenta sobre os conflitos entre os projetos de mineração de ferro do vale do Alto Rio Pardo, o projeto de extração de ouro no município de Riacho dos Machados e as comunidades do entorno. Esses casos se referem a projetos ainda em fase de licenciamento, diferente do empreendimento Minas-Rio, já em operação; no entanto, nos oferecem exemplos elucidativos sobre o conflito água e

mineração, haja visto as lutas dos movimentos sociais contra os projetos. Por volta de 2008, a mesorregião Norte de Minas Gerais passou a ser vista como uma das novas fronteiras minerárias do estado, devido aos projetos de exploração planejados ou em implantação. A localização das jazidas conforma o que se denominou Projeto Vale do Rio Pardo e as empresas que se estão se instalando são Sul Americana de Metais (SAM), do Grupo Votorantim, a Vale e Carpathian Gold Inc.

O norte de Minas, onde se encontram as jazidas, está inserido no semiárido. O processo de modernização da região provocou o assoreamento e secamento de diversos cursos d'água, tornando crítico o abastecimento humano. No caso da exploração no Vale do Rio Pardo, a empresa SAM já tem outorga da ANA para captar até 6.200 m³ de água por hora na barragem de Irapé, no Vale do Jequitinhonha. Por ano, o projeto usará, caso implementado, cerca de 50 milhões de metros cúbicos de água, o suficiente para abastecer uma cidade e meia do porte de Montes Claros. É previsto um mineroduto que cortará 21 municípios, desde Grão Mogol (MG) até o Porto em Ilhéus, na Bahia (O Tempo, 2015), que, caso instalado, será o segundo maior do país, ficando atrás apenas do empreendimento Minas-Rio. Levando isso em conta, diversos movimentos sociais se manifestaram contrários ao projeto, em audiências públicas e fóruns diversos. Foi construída uma rede denominada “Articulação dos Atingidos pela Mineração no Norte de Minas” que lançou o manifesto “Não às crateras da cobiça”, assinado por diversos movimentos sociais. No documento, as organizações que o subscrevem detalham visões contrárias à mineração na região e conclamam a população em geral a aderirem ao movimento. Além da devastação ambiental, são denunciados os riscos em relação ao abastecimento de água e à seca, e à contaminação dos mananciais (Barbosa, 2014:47).

Entre os conflitos listados pela CPT está o caso de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim. Conforme Dossiê Denúncia¹² produzido pelo Coletivo Margarida Alves, **o empreendimento Minas-Rio utiliza 5.023 metros cúbicos de água por hora.**

A equipe teve acesso a uma lista fornecida pelo Ministério Público de Minas Gerais (Promotoria de Conceição do Mato Dentro), em que constavam 24 inquéritos civis, sete

¹² Dossiê Denúncia: Ameaças e violações ao direito humano à água em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, Minas Gerais. 2017.

deles relacionados à água, cinco direcionados à Anglo e dois à Prefeitura de Conceição. Os inquéritos contêm denúncias relacionadas ao assoreamento e poluição dos cursos d'água na comunidade de Gondó, à precariedade das medidas de segurança para a barragem de rejeitos, à falta d'água e ao abastecimento precário na localidade dos Faustino, ao despejo de lixo às margens de cursos d'água, entre outras questões. Nenhum dos inquéritos foi concluído.

O empreendimento Minas-Rio deflagrou um dos mais graves conflitos ambientais do estado de Minas Gerais. As comunidades rurais situadas no entorno constituem sítios familiares territorialmente articulados entre si, formando comunidades de parentesco, que se caracterizam, na maioria dos casos, por terrenos de herança e uso comunal da terra (MPF, 2009). São comunidades que apresentam o *ethos* campesino, de relações de produção, familiares, trabalho, parentesco e com a natureza, aspecto que abordaremos no próximo capítulo deste trabalho. Para manutenção dos regimes de produção e reprodução social, as fontes de água são fundamentais e as comunidades têm se defrontado com a pouca disponibilidade e a má qualidade da água dos córregos Pereira e Passa Sete, que abastecem a maioria das famílias, e a supressão de nascentes, em razão do uso dos recursos hídricos em larga escala para extração, beneficiamento e escoamento do minério. Assim, “a questão da água” se tornou uma das mais denunciadas pelos atingidos, e uma das principais questões debatidas no processo de licenciamento.

Os distintos significados e os distintos usos da água ensejam, dessa forma, diversos conflitos ambientais: de um lado, as empresas “lutam” pelo controle e domínio do recurso; do outro, comunidades rurais afetadas por megaempreendimentos lutam pelo direito de garantir a sua reprodução social. Acserald (2004, *apud* Barbosa 2014: 26) define conflitos ambientais como

aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Complementarmente a esse conceito, Zhouri e Castro (2010) ao analisarem os conflitos pelo uso da água no México, afirmam que:

Explicar o conflitos pela água exige incorporar a dimensão social na análise e avançar no desenvolvimento de arranjos interdisciplinares que permitam identificar a interação entre processos físico-naturais e sociais, posto que não é possível dar por explicados esses conflitos remetendo-se meramente a fatores tais como a escassa disponibilidade de água, a aridez ou a pressão do crescimento urbano (idem, *apud* Barbosa, 2014).

Os conflitos pela água não ocorrem somente por uma diferença de olhares e de choques de distintas formas de apropriação do território, mas dizem respeito, também, à distribuição desigual dos recursos, tendo em vista que os usos industriais da água consomem um volume significativamente maior do que os usos tradicionais. Há portanto, uma situação de desigualdade social e injustiça ambiental, pois o acesso pelas empresas e pelas comunidades tradicionais não é igualitário. Esses conflitos, nos revelam outra face da tensão em torno da água: as relações de poder assimétricas entre os diferentes sujeitos neles envolvidos. Essas relações de poder entre os distintos atores são, não somente assimétricas, mas se tornam abissais. De um lado da balança, estão os interesses transnacionais. Do outro, a luta “de sujeitos sociais para concretizar suas formas de ver e interagir com o meio” (Zhourri, 2014:136).

Portanto, a luta que se trava entre os atores é desigual. Em contextos de violação de direitos humanos como no caso do empreendimento Minas-Rio, o conflito não envolve uma luta por poder, de interesses, ou uma luta pelo controle da água, mas sim, uma luta pelo direito à vida. Cada direito outorgado a uma empresa transnacional significa a subtração de vários outros direitos de comunidades atingidas pelos megaempreendimentos minerários, bem como aponta Chérrez (2011):

Cada derecho otorgado a una empresa extractiva transnacional significa la resta de uno o varios derechos a las comunidades afectadas. Los derechos reconocidos a las industrias extractivas implican el despojo de derechos de las comunidades. Las comunidades ven cómo las transnacionales gozan del apoyo explícito de los gobiernos bajo lemas poco convincentes y menos aún reales como el empleo, desarrollo y bienestar de las comunidades locales y del país, para despojarles de lo más preciado que poseen: la tradición y sustentabilidad de sus sistemas económicos y sociales, sus saberes y las manifestaciones de solidaridad a la hora de defender sus bienes comunes (Chérrez, *et al*, 2011, p.13).

Grosso modo, de acordo com Flores (2011), o termo água serve para designar o elemento natural, bem comum, desprovido de valor econômico, tal como a água das chuvas, rios, lagos e oceanos. Por outro lado, a expressão recurso hídrico faz referência ao bem econômico, que pode ser valorado e cobrado. Tendo isso em vista, ao longo

deste trabalho, tentarei fazer essa distinção ao usar as palavras. Utilizarei do termo “água” ou “cursos d’água” quando me referir aos usos tradicionais pelas comunidades rurais de Conceição do Mato Dentro; para fazer referência aos usos pela empresa, utilizarei o termo recursos hídricos, a fim de manter claro os distintos sentidos e significados em torno do recurso, ainda que o uso das palavras fique repetitivo para um trabalho acadêmico.

2.2 Histórico do conflito da água em Água Quente

Para este trabalho, entendo ser necessário fazer um histórico, ainda que não exaustivo¹³, de algumas narrativas e denúncias relacionadas aos usos das águas, vis à vis alguns discursos da empresa e consultores, que tratam dos *impactos* do empreendimento sobre os recursos hídricos, desde a fase de pesquisa, passando pela instalação e operação do mesmo. O foco estará colocado na comunidade de Água Quente, onde se encontra a Família Faustino. O objetivo é evidenciar a negligência empresarial durante o processo de licenciamento, as contradições e as transformações nos usos e costumes da comunidade e dessa Família em particular, após a chegada do empreendimento. A partir daí, será possível analisar as relações de poder que permeiam o conflito do empreendimento Minas-Rio, em busca de legitimidade das ideias *interessadas*. Abrir-se-á um leque para uma posterior discussão da categoria de *impacto*, tendo em vista que o que é descrito como um mero “impacto de média relevância e temporário” para a empresa, constitui o substrato de transformações permanentes para os atingidos, com graves perdas e implicações para o modo de vida.

Em 2007, antes mesmo da concessão da Licença Prévia, foi elaborado o relatório “Laudo sobre o Relatório de Impacto Ambiental referente ao empreendimento de extração de minério de ferro nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, pela empresa MMX”, elaborado pelo biólogo Fernando Goulart.

¹³ Serão analisadas, neste trabalho, apenas algumas denúncias, laudos técnicos, falas e documentos de alguns atores envolvidos no conflito, a saber, Anglo American, comunidade de Água Quente e Ministério Público, tendo em vista que, por se tratar de um caso complexo, com inúmeros documentos, um trabalho de conclusão de curso e meu curto tempo de pesquisa, me limitam a fazer um resumo do histórico, com o objetivo de tornar clara a negligência da empresa. Essa negligência, em relação à Família Faustino, se torna ainda mais latente quando vê-se que é quase inexistente documentos ou menções relacionadas a esse grupo.

Nele, já constava uma análise crítica sobre o EIA/RIMA do empreendimento de 2007, concluindo que “os reais impactos do empreendimento foram subestimados e tratados de forma indevida” (Goulart, 2007, p.2). Em relação aos *impactos* nos recursos hídricos, o biólogo aponta para as contradições entre o EIA/RIMA e as denúncias dos moradores:

Apesar de o relatório descrever o impacto real da alteração da qualidade da água na fase de instalação como sendo negativa, de intensidade baixa, abrangência local, significância desprezível e de caráter reversível (ppg786); os moradores da região já se queixam do aumento da turbidez referente aos processos de sondagem na área. Outro aspecto subestimado pelo relatório é o impacto desse rebaixamento e piora da qualidade da água nas atividades agrícolas existentes, turísticas bem como alterações em toda a comunidade biológica (peixes, répteis, anfíbios, matas de galerias, etc..) à jusante do empreendimento. O fato de aproximadamente metade da população de Conceição do Mato Dentro (46,3% em 1996: SEBRAE) ser rural, pressupõe que as atividades de agropecuária seja a principal atividade na região sendo esta totalmente dependente dos recursos hídricos (Goulart, 2007, p.8).

O laudo apontava também para a diminuição das vazões das nascentes:

Com relação aos impactos relacionados à mudanças na dinâmica hídrica decorrentes do empreendimento o relatório prevê, na fase de instalação dois cenários. **No primeiro as nascentes mais próximas ao empreendimento, situadas na bacia do Santo Antônio, sofrem alta porcentagem de perda de vazão e no segundo a perda se dará na confluência do Rio Santo Antônio com Rio do Peixe.** Segundo o relatório, o impacto real, adotando um programa de gestão de recursos hídricos e subprograma de estudos hidrogeológicos como medidas mitigatórias, será de intensidade baixa abrangência regional, significância desprezível, incidência direta, tendência a regredir de caráter reversível. O primeiro princípio da lei 9.433 (Lei das Águas) coloca todas as categorias de usuários em igualdade de condições em termos de acesso aos recursos hídricos. Tal princípio está sendo violado uma vez que todas as comunidades a jusante do empreendimento estarão sendo prejudicadas pela baixa do nível da água e pela queda de qualidade desta (Goulart, 2007, p.8, grifo da autora).

Em 2008, a Anglo American produziu um estudo em resposta a este laudo, intitulado “Resposta ao Laudo Técnico elaborado pelo Sr. Fernando Figueiredo Goulart sobre o Relatório de Impacto Ambiental referente ao empreendimento de extração de minério de ferro nos Municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim pela empresa MMX”. Em sua resposta, a Anglo assegurava que os *impactos* nas nascentes e águas subterrâneas iriam ocorrer apenas **na fase de rebaixamento do nível da água para a realização das atividades da mina**, e que vinha realizando monitoramentos de vazões nos cursos d’água da região. No entanto, no relatório, a empresa não apresenta os dados de monitoramento por ela realizados (GESTA, 2014). Além disso, a Anglo afirma “não haver impacto dos processos de sondagem na qualidade das águas superficiais escoadas nos córregos da região, que pudesse afetar os

usos existentes” (Anglo American, 2008, p.31). A empresa, então, apenas desconsidera, baseado em dados genéricos, o estudo científico do biólogo Fernando Goulart.

Em julho e agosto de 2008, antes da concessão da Licença de Instalação do empreendimento, já haviam boletins de ocorrência denunciando a contaminação e turbidez da água do córrego Pereira, conforme atestam as seguintes declarações de um morador da comunidade do Beco ao Ministério Público, corroboradas por morador da comunidade de Água Quente:

“(...) o declarante comparece nesta Promotoria de Justiça para solicitar providência em face da Mineradora MMX, tendo em vista que a mesma, constantemente, vem sujando a água de um córrego que corre em sua propriedade, que a água sempre foi cristalina, que a partir de outubro de 2007, a água vem apresentando uma coloração verde e cinzenta, ficando imprópria para o consumo humano; que desde então não utiliza mais da água, que a referida água causou coceira no declarante e sua família, tendo, inclusive, causado perebas na sua esposa e filhos (...) já procurou a direção da MMX solicitando providências, mas eles só prometeram e nada fizeram para despoluir a água” (MPMG, 2008, p. 3).

No ano seguinte, ainda na fase da LP do empreendimento, o Ministério Público Federal elaborou um relatório técnico (Informação Técnica nº 03/2009) relatando a situação observada nas comunidades rurais de Conceição do Mato Dentro, chamando a atenção para a possibilidade de que comunidades diretamente afetadas pelo empreendimento Minas-Rio fossem remanescentes de quilombos, localizadas nas comunidades de Ferrugem e Água Santa/Mumbuca. O trabalho foi direcionado principalmente para a história e organização social das famílias dessas localidades, mas também se estendeu para outras comunidades atingidas, sobretudo, as situadas ao longo da Serra da Ferrugem. Conforme documento, durante as viagens de campo pela antropóloga do MPF, foram registradas inúmeras denúncias de poluição das águas e da diminuição do lençol freático causado por **furos de sondagens feitos pela empresa não tamponados**. Os dados do MP contrariam o estudo da Anglo American de 2008, em resposta ao laudo do biólogo Fernando Goulart, que afirmava não haver *impactos* relacionados à fase de sondagem.

Não por acaso, o acesso e uso das águas é, ao contrário dos quintais, submetido ao controle não de um único grupo familiar, mas de toda uma rede social em que entram tanto relações de parentesco, no caso de conjuntos de herdeiros, como de vizinhança, articulando, muitas vezes, comunidades distintas, em casos de compartilhamento

intercomunitário de fontes de água. Também não por acaso, os impactos das atividades da Anglo Ferrous do Brasil sobre o nível do lençol freático e sobre a qualidade das águas da Serra – a “água acabar ou ficar suja” - constitui uma das maiores preocupações das comunidades (MPF, 2009, p.39).

Em fevereiro de 2010, já na Fase I da LI, em reunião na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte, os atingidos das comunidades de Mumbuca e Água Quente apresentaram diversas denúncias a respeito dos impactos, destacando a disponibilidade e contaminação hídrica, conforme ata da reunião:

[1] a contaminação, degradação e assoreamento dos cursos de águas superficiais dos córregos Passa 7 ou Água Quente, Pereira e o soterramento da fonte Água Santa, patrimônio natural e imaterial da comunidade, considerado seu uso tradicional para fins medicinais – a transformação destes cursos de água como impróprios para o consumo humano, animal, a higiene pessoal e recreação (algumas cachoeiras tendo se tornado incompatíveis como locais de banho e diversão das comunidades, respectivas famílias, visitantes e convidados). Segundo vários depoimentos a água que antes era cristalina transformou-se em um “mingau” barrento, às vezes brilhante e oleoso na superfície e pessoas que nelas se banharam viram aparecer manchas e coceiras em seus corpos (Ata reunião SEMAD e comunidades Mumbuca e Água Quente de Conceição do Mato Dentro, 2010, p.1).

Após as denúncias dos moradores, a Anglo American reconheceu os *impactos* nos cursos d’água da comunidade de Água Quente, e a comunidade foi incluída no cadastro de Atingidos Emergenciais da empresa que, até então, incluía apenas as comunidades de Água Santa e Ferrugem. Entretanto, a empresa considera os *impactos* como algo que “porventura ocorrem” e “ocasionais e reversíveis” (Anglo American, 2010). Em ofício¹⁴ de 2010, a empresa afirma que foram realizados trabalhos de campo em junho do mesmo ano, junto com técnicos do IGAM, a fim de verificar as “alegações de que as atividades de implantação do empreendimento do mineroduto que ocorrem no município de CMD, afetam a qualidade e quantidade da água daquela comunidade” (idem, p.2). A Anglo negou as reclamações dos moradores, afirmando que “não existem interferências diretas das obras do mineroduto sobre os moradores e sobre a região de Água Quente” (p.11) e que “a sazonalidade climática é a justificativa para o diagnóstico de diminuição da oferta de água pelas nascentes” (p.10).

¹⁴ Ofício AFB-EXT: 139/2010, de 25 de junho de 2010.

Naturalizar o impacto, então, é uma estratégia de focalizar “agentes não sociais como causadores do problema e desresponsabilizar os sujeitos sociais”, conforme aponta Zhouiri, *et al* (2016:51). Nos termos da empresa:

Foi esclarecido à equipe técnica do IGAM que este fato nada tem a ver com as obras do Projeto Minas-Rio e sim pelo fato das nascentes, onde é captada água ser de aquíferos superficiais, pouco espessas e de zonas intemperizadas de rochas cristalinas, essencialmente gnaisses, e recarregadas principalmente em épocas chuvosas, e que **naturalmente** reduzem o volume de água nas épocas secas. [...] **A sazonalidade climática é a justificativa para o diagnóstico de diminuição da oferta de água pelas nascentes. Essa razão foi apontada pela maioria dos moradores entrevistados.** A falta de água ocorre todos os anos, notadamente durante os meses de agosto e setembro (Anglo American, 2010, p.4 e 10, grifo da autora).

Por fim, a empresa concluiu que “a comunidade de Água Quente é afetada **por impactos locais mitigáveis e temporários**” (Anglo American, 2010, p.10, grifo da autora). No entanto, o tempo previsto para essa condição da comunidade - descrita como temporária -, se estende até os dias de hoje, sete anos após a elaboração desse ofício. Os *impactos* não apenas se mantêm, como se agravaram, afetando todo o modo de vida e provocando o deslocamento dessas famílias. As denúncias relativas a esses *impactos*, considerados “mitigáveis” e passíveis de serem “solucionados”, fizeram com que a comunidade fosse considerada *atingida emergencial*¹⁵ em relação à água, por conta das piores significativas em relação aos córregos Pereira e Passa Sete, que cortam a comunidade.

Os moradores da comunidade sempre utilizaram da água diretamente desses córregos e das nascentes que corriam em seus quintais, sem necessidade de tratamento, hoje são dependentes de ações mitigadoras da empresa e de pequenos serviços, de “colaborações” e “ações sociais para **corrigir os problemas**” (Ofício AFB-EXT 139/2010, p. 11, grifo da autora) como se estivesse “cuidando” dos mesmos, demonstrando preocupação em agradá-los (Carvalhosa, 2016:109). Uma dessas medidas compensatórias da empresa foi a instalação de uma caixa d’água na comunidade Água Quente em 2011, conforme condicionante 87 aprovada na 49ª reunião URC¹⁶, ocorrida

¹⁵ Vale ressaltar que a Família Faustino não é considerada atingida pela empresa.

¹⁶ Condicionante 87: “Apresentar complementação do cadastro socioeconômico da comunidade de Água Quente, contendo diagnóstico de usos d’água prejudicados ou potencialmente prejudicados pelo empreendimento, bem como propostas para solução efetiva de abastecimento regular e retomada dos usos tradicionalmente desenvolvidos” (SEMAD, 2010, *apud* Torres, 2014, p.121).

em dezembro de 2010, em que a empresa instalou um sistema de abastecimento, em atendimento a uma condicionante que previa “soluções efetivas de abastecimento regular”. Entretanto, conforme aponta Torres (2014:121) esse sistema se mostrou ineficiente, como indicam os episódios de falta de água durante vários dias consecutivos. Banheiros e fossas sépticas foram instalados, contudo, moradores afirmam que, além de atrair insetos, exalam mau cheiro.

Em 2013, a Anglo American, por meio de sua consultora Ferreira Rocha, elaborou o relatório “Estudo de Atualização das Áreas de Influência (AI) do Projeto Minas-Rio Mineração”¹⁷. No documento, conforme Parecer GESTA (2014), os *impactos* nos cursos d’água são tratados como **supostos**:

A despeito dessa situação de conformidade, a empresa mantém o acompanhamento representativos dos cursos de água da região e, embora as comunidades tenham destacado **impactos supostos** relacionados aos recursos hídricos mensal, visitando e avaliando os pontos 82 - alteração de vazão e de qualidade da água -, segundo informações da empresa os monitoramentos realizados apresentam valores enquadrados **dentro dos valores permitidos pela legislação vigente** (FERREIRA ROCHA, 2013, p.97, *apud* GESTA, 2014, p.82).

No entanto, no relatório da Ferreira Rocha não há dados que comprovam que a qualidade da água está de acordo com as leis (GESTA, 2014). Além disso, a empresa afirma que:

Em relação à alteração de vazão dos recursos hídricos, insta salientar que este impacto destacado por algumas comunidades, previsto no EIA, poderá ocorrer efetivamente apenas quando da execução das atividades **de rebaixamento do nível d’água para viabilizar as atividades de lavra** (FERREIRA ROCHA, 2013, p. 97, *apud* GESTA, 2014, p.83).

Conforme Parecer GESTA (2014), durante trabalhos de campo realizados pela equipe, em 2013, os moradores relataram a diminuição das vazões dos córregos Pereira e Passa Sete. A empresa também afirma que o *impacto* da diminuição das vazões ocorreriam apenas quando da fase de execução das atividades de rebaixamento do nível da água para viabilizar as atividades de lavra. Em resposta ao laudo Goulart de 2007, a empresa

¹⁷ No contexto acerca das discussões da definição de comunidades atingidas, na 43ª reunião URC-JEQ, em junho de 2010, na Fase I LI, ficou determinado que a Anglo American custearia um novo diagnóstico sobre a ADA e AID do empreendimento, realizado pela empresa Diversus, apresentado em 2011, no qual foram consideradas 22 comunidades atingidas. Em 2013, a Anglo elaborou, através de sua empresa de consultoria Ferreira Rocha, um “contra-estudo” avaliando que o estudo da Diversus foi apenas uma “pesquisa de percepção” (Antonietti, 2017, p.67). Assim, foi decidido na 77ª reunião URC-JEQ, a elaboração de um novo estudo, realizado pela Diversus, apresentado em 2014.

afirma que a diminuição das vazões ocorreriam apenas em virtude do rebaixamento na fase das atividades da mina, como destacado anteriormente. Portanto, a empresa “fragmenta” os *impactos* e não faz uma análise sinérgica de todas as transformações causadas por todas as fases do empreendimento. Para se verificar a qualidade da água é preciso que se tenham todas as análises de água, as quais não são encontradas naquele relatório (GESTA, 2014). Além disso, ao considerar o *impacto* nas águas como *supostos*, a empresa desqualifica e deslegitima as vivências e denúncias dos moradores, considerando apenas aqueles *impactos* que podem ser medidos por instrumentos técnicos e objetivos.

Na 77ª Reunião URC Jequitinhonha, ocorrida em setembro de 2013, na Fase 2 da LI, foi deliberada a realização de um novo estudo, a fim de esclarecer o universo compreendido na Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Influência Direta (AID) e a definição de moradores a serem incluídos no Plano de Negociação Fundiária. Segundo Antonietti (2017), nesse estudo, realizado pela empresa Diversus¹⁸, a questão do comprometimento do abastecimento de água volta a ser ressaltada, mas sem nenhuma recomendação que vise alguma ação da empresa em relação ao problema. No que diz respeito à comunidade de Água Quente, o relatório contrapõe a empresa¹⁹ ao afirmar que as comunidades tinham, de fato, relações com os córregos Pereira e Passa Sete que iam além do consumo humano, sendo o sistema de abastecimento insuficiente para a mitigação dos impactos. A empresa de consultoria também apresentou um quadro, como mostra figura abaixo, simplificando os *impactos* e alguns efeitos no modo de viver da comunidade, a exemplo da perda do lazer, da diminuição dos cultivos de hortaliças, da diminuição da produção de leite, queijos, doces e quitandas, e, por fim, da diminuição da renda familiar.

¹⁸Diversus. Estudo de Definição sobre Comunidades/Famílias a serem reassentadas: Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Entorno da Cava Licenciada e Estruturas correlatas. Municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim. 2014.

¹⁹ “Segundo o relatório de acompanhamento de usuários dispersos, depois da implantação desse sistema “a comunidade não mais tem a necessidade de uso das águas do córrego Passa Sete” (MDGEO/Anglo American, 2013, p. 13)” (Diversus, 2014:161).



FIGURA 17 - SÍNTESE DA SIGNIFICÂNCIA DOS IMPACTOS SOBRE A COMUNIDADE ÁGUA QUENTE

Nota: Linhas vermelhas representam impactos com significância crítica, linhas azuis com significância moderada e linhas pretas significância não estimada.

Figura 1. Síntese da Significância dos impactos sobre a comunidade Água Quente. Fonte: Diversus Ambiente e Cultura, 2014.

Contraditoriamente, o estudo da Diversus afirma que o “sistema de água implantado pela empresa **já compensa** os impactos relacionados ao consumo da água e abastecimento doméstico, apesar da quantidade de água fornecida não ser suficiente” (2014:163, grifo da autora). Apesar das falhas²⁰, o estudo associa alguns efeitos da alteração da qualidade dos córregos Pereira e Passa Sete ao empreendimento, como assoreamento, mortandade de peixes e temor quanto ao abastecimento de água.

Desde o início do processo de instalação do empreendimento, os córregos Pereira e Passa Sete foram bastante assoreados, conforme demonstra seção 4.1 deste trabalho. O principal causador do assoreamento é a intensificação de processos erosivos. Atualmente o monitoramento de processos erosivos indicou 18 focos de erosão, na área da pilha de estéril, sendo que sete focos estão em processos de estabilização. O assoreamento causa impactos sobre a população de peixes, porque soterra locais de desovas, fontes de alimentos e abrigo. (Diversus, 2014, p.139).

²⁰ Para saber mais sobre as falhas do estudo da Diversus de 2014, ver Parecer GESTA, 2014.

O assoreamento já havia sido objeto de discussões na 86ª reunião da URC-JEQ, ocorrida setembro de 2014, quando foi concedida a LO, e também de Parecer Técnico do Ministério Público de 2014, o qual confirmou o assoreamento dos córregos Pereira e Passa Sete e os impactos nas comunidades atingidas. Conforme consta nesse Parecer Técnico do MP, houve o rompimento da bacia de contenção número 19, localizada no Platô 18, em dezembro de 2011. Esse rompimento provocou uma erosão com aproximadamente 300 metros de comprimento e 50 a 80 metros de largura, e área estimada em 2,1 hectares.

A empresa não executou nenhuma medida estrutural para estabilizar o processo erosivo, limitando-se a instalar dispositivos paliativos, tais como barricadas de sacos de areia e paliçadas com geotêxtil, para diminuir a velocidade e direcionar a água para fora da erosão (MPMG, 2014, p.44).

Na 86ª reunião URC, o representante do Ministério Público voltou a questionar sobre o assoreamento e a urgência de adoção de medidas e melhores estudos sobre os efeitos nas comunidades rurais:

A própria empresa reconhece que existe um passivo de assoreamento que tem que ser recuperado, é uma questão muito nítida. Esse passivo é decorrente de algum dano que ocorreu há alguns anos e até hoje existe um resquício significativo de assoreamento em algumas áreas; 1,30m de lama em local que não havia área assoreada, se isso é 2 anos após, imaginem o dano que as pessoas vivenciaram na época em que ocorreu o assoreamento, o carreamento de solo. Pelo que parece a própria empresa tem intenção de recuperar, ela não nega, mas não é só mera recuperação (Representante do MPMG, ata 86ª reunião URC, 2014, p.12).

No entanto, a empresa não se responsabiliza pelo assoreamento, justificando que a “ocorrência pontual” ocorreu em função dos atrasos no licenciamento ambiental e pelas chuvas na região:

Durante o início das obras, houve uma **ocorrência pontual** de carreamento de sedimentos no córrego Passa Sete. A Anglo American justifica que tal incidente ocorreu, **particularmente, em função de atrasos no Licenciamento Ambiental da Barragem de Rejeitos**, que funcionaria como sistema de contenção de sedimentos definitivo, **bem como pela concentração do período chuvoso nessa época** (FERREIRA ROCHA, 2013, p. 89, *apud* Parecer GESTA, 2014, p.75, grifo da autora).

O relato de um morador de Água Quente, durante Oficina de Cartografia Social de janeiro, traduz bem a situação das águas na comunidade, contrapondo-se às afirmações da empresa:

É só sofrimento, num tem alegria, num tem nada. Porque alegria que a gente tinha era a água do rio e a água do rio cabô tudo. Hoje a água do rio é cinzenta e hoje mesmo ela tá bem cinzenta. É direto, porque a cor não acaba. E num tenho alegria como antigamente. Antigamente a gente tinha as nascentes todas. [...] Só que nossas águas são nossos trabalhos[...] Eles [empresa] falaram que não é eles, massa empresa que acabou com a nascente das águas. Choveu, teve essa chuva, que eles falaram que era falta da chuva, e as águas não voltaram (morador de Água Quente, 2017).

Ainda que aqui se tenha feito um breve apanhado das contradições entre os discursos da empresa e as denúncias dos atingidos e Ministério Público, é possível perceber como a Anglo American desconsidera os estudos científicos relacionados aos *impactos* nos cursos d'água, bem como não faz uma análise histórica e holística dos *impactos* causados pelo empreendimento, desde a fase de pesquisa até a de instalação, e como também desqualifica as denúncias das comunidades atingidas. Mais do que desqualificar, ela invisibiliza todas as transformações no modo de vida dos moradores, causadas pelo empreendimento e invisibiliza a própria Família Faustino, na medida em que não fornece dados sobre ela. Essas contradições trazem consigo o silenciamento dos atingidos, uma vez que suas denúncias são subestimadas à categoria de *impactos supostos*. Agudiza-se, portanto, ainda mais o conflito, que decorrem da luta dos moradores em terem seus direitos não mais violados e seu modo de vida e condições de existência preservados.

Em outubro de 2015, ainda que com diversas condicionantes não cumpridas durante todo o processo de licenciamento ambiental, foi concedida a Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação, da segunda etapa do empreendimento, denominada Otimização da Mina do Sapo. Em outubro de 2016, foi concedida a Fase 2 da Licença de Operação da Otimização. Atualmente, tramita na URC-JEQ o processo de licenciamento da Fase 3 do empreendimento, denominada Expansão da Mina do Sapo. Para tanto, a empresa elaborou o EIA/RIMA de Extensão da Mina (2015), avaliando os futuros *impactos* no meio biótico, físico e nas comunidades. Pretendo, no próximo tópico, fazer uma análise do conceito de *impacto*, utilizando, sobretudo, os critérios de avaliação dos *impactos* projetados para a Fase 3 do empreendimento, dispostos no EIA/RIMA de 2015.

2.3 Usos e sentidos da categoria de *impacto*

Ao longo deste primeiro capítulo, utilizei de forma recorrente, o grifo em itálico quando me referia ao termo *impacto*. A ação, proposital, foi feita para indicar a imprecisão do conceito, que cria a ideia de um “estímulo” que responde a uma ação: no caso em tela, a intervenção do empreendimento Minas-Rio e as alterações na *qualidade ambiental* do município de Conceição do Mato Dentro. Se olharmos no dicionário, a palavra *impacto* corresponde a sinônimos como *choque*, *encontrão*, *embate*, *alteração*. Todavia, o que ocorre na região não são alterações pontuais que podem ser solucionadas com tecnologias ou medidas ambientais. São verdadeiros *deslocamentos*, como apontarei ao longo do terceiro capítulo, significativas transformações que alteram o modo de vida das comunidades atingidas, suas dinâmicas socioambientais com o território, o *concreto da vida social* (Sigaud, 1986).

Lygia Sigaud faz uma revisão da literatura sobre “Antropologia de Barragens” problematizando a sua perspectiva aplicada. Nessa abordagem, os *impactos* eram pensados como resultantes de uma intervenção vinda de cima, por agências governamentais, sendo o referencial para a avaliação daqueles a população compulsoriamente deslocada. A dimensão temporal se configurava como essencial para esses autores, ao distinguirem *impactos* de curto e longo prazo, preconizando o término destes, que ocorreria quando a população se recuperasse e se sentisse à vontade em suas novas moradas. Para a autora, essa literatura, destinada a entender, sobretudo, grandes projetos hidrelétricos, estava mais preocupada em subsidiar as agências, minimizando os efeitos negativos decorrentes de procedimentos equivocados (1986:10). Levando em conta a premissa de que a intervenção das agências produz efeitos para a população local, a autora, à luz da observação dos casos das barragens de Sobradinho e Machadinho²¹, afirma que os *impactos* são resultantes de um processo social que se desencadeia a partir da intervenção do Estado e também da estrutura social preexistente. Dessa forma, devem ser consideradas as mudanças nas estruturas das relações sociais

²¹ A barragem de Sobradinho está situada a 50 km da cidade de Juazeiro, na Bahia, construída pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, subsidiária da Eletrobrás, construída em 1972, no então governo militar de Emílio Médici. Machadinho foi construída na confluência dos rios Pelotas e Apuê, entre os estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, pela Eletrosul, subsidiária da Eletrobrás (Sigaud, 1986).

das comunidades atingidas, compreendendo dimensões políticas e estruturais, o que coloca em cheque a própria ideia de “impactos temporais”.

No caso de Sobradinho, Sigaud aponta as mudanças provocadas pela intervenção no curso do rio que abastecia os “beiradeiros”, “caatingueiros” e “ribeirinhos”²², expropriados com a construção da barragem e a consequente supressão da vazante, e reassentados em núcleos cujas terras são secas e dependem de muita chuva para serem trabalhadas. As comunidades passaram a produzir em uma vazante artificial deixada pelo lago da barragem, na tentativa de reproduzir suas antigas formas de cultivo; no entanto, essa vazante é distinta da antiga vazante natural do Rio São Francisco. Nos novos núcleos, a terra seca demandava diversos investimentos, como a irrigação. Assim, a população se deparou com novas condições de produção, pois a operação da barragem provocou alterações no regime do rio, alterando todas as referências dos camponeses, que seguiam o movimento das águas, tanto no que tange ao calendário agrícola, como às atividades sociais, a exemplo das festas religiosas. Antes, as comunidades tomavam decisões tendo como referência o movimento do rio, como o deslocamento do povoado em casos de cheia, e o avanço do cultivo em casos de vazante. Após a construção das barragens, elas passaram a depender de decisões tomadas por agências externas, estatais e empresariais, decisões estas que não levavam em conta as dimensões da vida social das mesmas.

Viveiros de Castro e Lúcia Andrade (1988), ao falarem do processo de confinamento e expropriação territorial que os povos indígenas localizados às margens da bacia do Rio Xingu sofreram com a implantação dos complexos hidrelétricos de Altamira e Xingu, também problematizam a categoria de *impactos ambientais*, analisando-a a partir de concepções de *ambiente* e *ambientado* e da definição de *meio ambiente*. Segundo os autores, a expressão *impacto ambiental* foi consagrada no discurso dos planejadores pela Lei nº 6.938 de 1981, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, instrumentalizada a partir da resolução CONAMA 001/86, que dispõe da necessidade de elaboração do EIA/RIMA pelos empreendedores. Essa resolução CONAMA introduz

²² Mantenho aqui as aspas utilizadas pela autora ao se referir às comunidades citadas.

um novo componente dentro do “diagnóstico ambiental”: o meio socioeconômico, como se fosse um subsistema do sistema ambiental.

Viveiros e Andrade apontam para o fato do “reconhecimento” dos *impactos* surgir como uma estratégia de aparente “consciência ambiental”, que visa o aperfeiçoamento de um “produto gerencial”: a imagem pública da empresa” (1988, p.8). Nesse sentido, Bronz (2011) coloca que as empresas têm dado cada vez mais atenção aos conflitos socioambientais, não apenas para passar uma imagem de compromisso com a responsabilidade social e com a agenda socioambiental²³, mas também para manter sob o seu controle a “mediação” dos conflitos, por meio da adoção de técnicas de *mediação* e de *negociação* (p.116). A noção de *impacto ambiental* presta-se, conforme Viveiros de Castro e Andrade ao mascaramento da dominação política, pois os efeitos não são simplesmente ambientais ou socioeconômicos, são essencialmente políticos, pois resultam de uma vontade de dominação que nega às populações humanas seu lugar de sujeitos de direito. Ao se referir a *efeitos sociais*, Sigaud também privilegia a dimensão política e a dinâmica da vida social, expressas nas reações diferenciadas da população face às imposições do Estado, na defesa dos seus interesses e de suas estratégias de reprodução social, *impactos políticos* ignorados pela literatura (Daou, 2010).

No EIA/RIMA da Extensão da Mina do Sapo, a mensuração de um *impacto* corresponde à previsão e reconhecimento de sua magnitude, expressa, por vezes, em “termos quantitativos, através de valores numéricos que representem a alteração produzida pela ação em determinado parâmetro e, por outras, em termos qualitativos, expressando a provável variação de qualidade observada” (FERREIRA ROCHA, 2015, vol. 5, p.5). Além disso, o estudo fragmenta a análise dos *impactos*, estes divididos a partir das etapas de planejamento, operação e desativação do projeto de extensão da mina. Dentro dessa divisão, há uma nova subdivisão, em *impactos* do meio biótico, do meio físico e do meio socioeconômico, não se fazendo uma relação entre eles, entendendo-se a natureza como exterior ao mundo social. A análise fragmentada faz

²³ A agenda socioambiental do licenciamento, apontada por Bronz (2011:124), é composta pelo conjunto de planos, programas e projetos que são definidos durante as etapas formais desse procedimento. Trata-se das ações da empresa voltadas para a mitigação e a compensação dos impactos ambientais e sociais dos empreendimentos.

parte não somente da divisão ontológica, presente no pensamento moderno, que isola o ser humano do ambiente (Steil e Carvalho 2014), mas também compõe uma estratégia corporativa para que não se tenha uma visão holística e uma compreensão total e real dos efeitos socioambientais do empreendimento na região.

Para avaliação dos chamados *impactos* de qualidade ambiental o EIA/RIMA estabelece dois critérios distintos, o primeiro baseado no “conhecimento científico com base nas informações sobre os fatores ambientais” (vol. V, p.8); e o segundo, baseado na “percepção das comunidades”, para aqueles fatores ambientais que “não podem ser medidos objetivamente” (idem):

Alguns fatores não podem ser medidos objetivamente, sendo adotados critérios de qualidade a partir de juízos de valor próprios das necessidades e da percepção da sociedade. Porém, outros componentes do meio ambiente podem ser medidos por meio de métodos científicos, em função de parâmetros e dos respectivos padrões de qualidade ambiental, estabelecidos por normas legais ou por instituições de pesquisa (Ferreira Rocha, 2015, volume V, p. 8).

No estudo, a percepção das comunidades é entendida como *subjetiva* e é relacionada a atributos como *beleza, conforto e bem estar*. Por sua vez, define-se qualidade do meio como “o resultado dos processos dinâmicos e interativos dos elementos do sistema ambiental” (idem).

Os critérios utilizados pela empresa podem ser questionados em alguns sentidos. Primeiro, devido à dualidade entre objetividade e subjetividade, separação esta bastante criticada pela Antropologia contemporânea e pelas novas epistemologias ecológicas²⁴. A imaginação ecológica, a forma como os sujeitos ecológicos²⁵ pensam o mundo, é construída socialmente, e define as nossas relações com os outros organismos, humanos e não humanos, que habitam o mundo no qual existimos. Portanto, o modo de conhecer o ambiente não está separado do modo de como o habitamos (Steil e Carvalho, 2014). Assim, o que pensam e percebem os atingidos está diretamente associada a sua forma de agir no meio. Zhouiri (2014) aponta que o ponto comum das reflexões dos pensadores da

²⁴ Debate teórico-filosófico contemporâneo que compreende autores de diversas origens disciplinares, cujo ponto comum é o esforço para a superação de dualidades modernas, tais como natureza e cultura, sujeito e sociedade, corpo e mente, artifício e natureza, sujeito e objeto (Steil e Carvalho, 2014).

²⁵ Sujeito ecológico é um conceito utilizado desde os anos 2000 para identificar “um conjunto amplo de disposições ecologicamente orientadas. Define um lugar de constituição subjetiva e objetiva de crenças, valores e comportamentos” (Steil e Carvalho, 2014:1).

Ecologia Política estava na perspectiva do sujeito social e na compreensão de que a problemática do conflito ambiental passava necessariamente pela distinção dessa noção em relação às abordagens epistemológicas centradas nas categorias de *impacto* ambiental. Compreendia-se que essas categorias “eram normalmente remissivas a uma realidade pretensamente objetiva e externa ao sujeito social que se pretendia, então, resgatar” (idem, p.118). A autora afirma que, a ideia de conflito ambiental

vem justamente problematizar a objetividade aparente das noções de problema e de impacto, o que implica igualmente o questionamento acerca da noção do meio ambiente como realidade objetiva e externa à sociedade, portanto, passível de apreensão e mensuração técnica e científica (Zhour, 2014, p. 118).

Entendo, assim, que há uma certa “hierarquia” de conhecimentos na lógica da empresa: o *método científico*, que a empresa apresenta como tal para a análise ambiental, são melhores e mais confiáveis que a percepção da comunidade, baseada em necessidades *estéticas*. Assim, só é realmente considerado *impacto*, na lógica da Anglo, aquilo que pode ser medido objetivamente. As experiências dos atingidos são subestimadas e negadas.

Além disso, considerar os *impactos* nas águas como de “média magnitude” e “média relevância”, como “pontuais”, naturalizar a supressão de nascentes ou negar o elo causal entre os efeitos da falta/contaminação d’água e as atividades minerárias é, de fato, deslegitimar as denúncias dos atingidos e ignorar estudos técnicos que associam os *impactos* nos recursos hídricos ao empreendimento. Conforme Duarte (2014), os *interesses* nos ajudam a compreender porque certos grupos ou indivíduos tendem a aceitar certas teorias com mais facilidade. No caso em tela, não se trata de uma *teoria científica*, como aborda o autor ao tratar das controvérsias científicas acerca do debate das mudanças climáticas, mas sim de um conflito desigual do que é *impacto*: por um lado, a crença da empresa que os *impactos* são passíveis de mensuração técnica e científica e, de outro, as denúncias dos atingidos acerca da impossibilidade de continuar seus modos de ser e fazer.

Esse conflito é desigual pois, de acordo com Zhour (2014), a possibilidade de que um empreendimento pare ou retroceda em nome dos projetos tradicionalmente existentes

em um local é quase inexistente. O Estado se coloca ao lado das empresas ao permitir a instalação dos megaempreendimentos. Os Conselhos, que votam para as concessões das licenças, possuem um capital específico “caracterizado pela formação e reputação técnica e científica dos agentes, “representatividade” de determinado segmento da sociedade e, finalmente, pelas relações pessoais” (Zhouiri, 2008). A partir desse poder, os conselheiros, conforme a autora, assumem a representação dos interesses parcelares e privados. Há, portanto, um jogo para fazer valer os projetos políticos de interesse, anulando as diversidades socioculturais do local.

O jogo político dá-se, então, no âmbito do paradigma da adequação ambiental, o qual é destinado a viabilizar o projeto técnico, incorporando-lhe algumas “externalidades” ambientais e sociais na forma de medidas mitigadoras compensatórias, desde que essas, obviamente, não inviabilizem o projeto do ponto de vista econômico-orçamentário. Dessa forma, assegura-se a dominação do espaço de tomada de decisões por uma visão hegemônica do que sejam as possibilidades de “uso” dos recursos naturais a partir da lógica de mercado. O poder simbólico exercido pela juridificação do Estado não se restringe apenas à imposição da visão hegemônica de mundo por meio de leis e normas deliberativas, mas, sobretudo, se revela como poder de efetiva intervenção no mundo. Neste processo, as diversidades socioculturais são anuladas em função de uma visão parcelar legitimada pela cientifização e juridificação das políticas e imposta com o propósito de representação do bem comum (Zhouiri, 2008).

O EIA/RIMA de Extensão da Mina é um documento que contempla um volumoso conjunto de dados que, supostamente, serviria para a análise da “verificação da viabilidade ambiental do projeto”. Contudo, conforme Zhouiri (2008), os EIA/RIMA, de maneira geral, apresentam muitas falhas, sobretudo, por ser cópias uns dos outros, com algumas adaptações circunstanciais. Outro agravante é que a elaboração dos estudos é feita por empresas de consultoria ambiental contratadas pelas empresas construtoras, como é o caso da empresa Ferreira Rocha que produz os estudos técnicos da Anglo American: “na lógica de mercado, o EIA/RIMA torna-se, então, uma mercadoria adquirida pelo empreendedor, cujo objetivo é ter seu projeto aprovado pelos órgãos licenciadores” (idem).

Ademais, o público interessado só terá acesso ao estudo em um estágio avançado do licenciamento, durante as audiências públicas, sem poder fazer parte das discussões que no estudo são contempladas. Dessa forma, é dada nenhuma importância às histórias vividas, à realidade socioambiental das comunidades rurais, enquanto os dados da

empresa são aceitos pelos órgãos ambientais, que concedem as licenças ambientais apesar das denúncias sobre as irregularidades que permeiam o processo de licenciamento (Observatório dos Conflitos Ambientais, 2016).

Um diagnóstico sobre o modo de vida das comunidades rurais, com suas redes de parentesco, sua economia interdependente, sua relação com o meio, enfim, comunidades que são, não raro, tradicional e etnicamente definidas, não encontra ressonância entre os instrumentos institucionalizados da regulação ambiental. Questiona-se, pois, a possibilidade da definição e da aferição, de fato, dos “impactos sociais e ambientais” levada a cabo pelos instrumentos vigentes, tais como o EIA-RIMA (Zhou, 2014, p.134).

Por fim, a partir das análises dos autores citados, busquei conduzir minha crítica ao conceito de *impacto*, utilizando como referência o EIA/RIMA da Extensão da Mina. Ora, como quantificar, através de valores numéricos, todas as perdas e transformações sociais nas vidas das famílias atingidas pelo empreendimento? Como reduzir toda a concretude da vida social a valores matemáticos? É, portanto, um conceito que representa um discurso genérico, que tenta eufemizar as reais transformações causadas nas comunidades atingidas. A fragmentação das análises em “meio físico” e “meio socioeconômico” provoca a redução dos *impactos* àquelas situações pontuais previstas nas avaliações dos estudos ambientais, visando a facilitação da implantação dos megaempreendimentos. Os *impactos* não envolvem somente uma ação-reação, um sujeito que age (empresa) e um ambiente que reage (alterações), como afirma a lógica empresarial, mas envolve, também, uma situação de injustiça social.

Desaparecem as sociedades, os grupos sociais concretos; evapora-se a dimensão do político, e não restam senão duas Naturezas: a natureza bruta do Estado, que se abate sobre as populações “impactadas” como se fora um fenômeno natural [...] e um estado bruto de Natureza, a que são assimiladas as “comunidades indígenas, as populações rurais e urbanas e as lideranças políticas da região” (Viveiros de Castro e Andrade, 1988, p. 10).

Capítulo 2. Olhando, ouvindo e escrevendo sobre a Família Faustino

1.1 O modo de produção camponês e o *dominium* da Fazenda

Os estudos sobre campesinato serão de fundamental importância para iluminar meu olhar sobre os Faustino. Definir “campesinato” não é uma tarefa simples - tampouco é o objetivo este trabalho - pois existem diversas possibilidades de definição da categoria, diversas correntes teóricas, além de diversos contextos históricos nos quais os diversos tipos de campesinato estão presentes nas sociedades (Godoi *et al*, 2009). A bibliografia sobre o campesinato brasileiro é vastíssima. De acordo com Oliveira (2008), os estudos sobre campesinato se concentram em duas vertentes: 1) análise sobre a organização econômica das famílias, destacando-se o caráter familiar e a existência de um “modo de produção camponês”; 2) análise sobre as consequências do processo de expansão do capitalismo no campo, enfatizando a progressiva proletarização provocada pelo avanço das frentes de expansão no país. Conforme a autora, neste cenário, se disseminaram abordagens sobre a família a partir de um viés econômico e, para além dessa discussão, análises etnográficas sobre o ciclo geracional das famílias e a lógica do parentesco, a partir de processos como casamento, morte e herança.

Levando em consideração a complexidade e extensão do debate - o qual um trabalho de conclusão de curso não daria conta de dissertar detalhada ou exaustivamente - , além da necessidade de um maior tempo de pesquisa em campo, busco fazer uma análise sobre o modo de produção tradicional da Família Faustino, este “articulado aos valores da sociabilidade e da reprodução da família, do parentesco, da vizinhança” (Godoi, *et al*, 2009:13).

Mais do que um “modo de produção” no sentido estritamente econômico, a terra e o trabalho devem ser analisados como expressão de uma moralidade, enquanto valores éticos: “vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor” (Woortmann, 1990:12). Terra, trabalho e família são categorias que, ao se tratar de campesinato, não podem ser pensadas separadamente.

Conforme Godoi *et al* (2009), a categoria de campesinato é reconhecida principalmente pelo modo de produção, em modos e graus variáveis, para o mercado. A relação com o mercado é uma característica singular, e se distingue entre os diversos grupos. Ainda que existam essas singularidades, as condições da produção guardam algumas especificidades comuns e pontos fundamentais entre os grupos camponeses: o caráter familiar do trabalho e a relação entre composição de unidade de produção e unidade de consumo. Conforme Mendras (1979):

Por camponês, é necessário entender a família camponesa, a unidade indissociável que conta ao mesmo tempo os braços que trabalham e as bocas que têm de ser alimentadas; unidade que pode ser tratada do ponto de vista econômico como um agente (Mendras, 1978, p.44).

O acesso e apropriação dos recursos da natureza são baseados em valores decorrentes do modo de vida familiar e comunitário. Conforme Galizoni (2007) acerca de seus estudos sobre as comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha, a área de uso de uma família é ancorada em códigos e consenso comunitário e, dessa forma, o uso e apropriação da terra são esferas sociais e ambientais que refletem na relação das famílias com a terra.

O modo de vida, assim estilizado para valorizar formas de apropriação, redistribuição e consumo de bens materiais e sociais, se apresenta, de fato, como um valor de referência, moralidade que se contrapõe aos modos de exploração e de desqualificação, que também foram produzidos no decorrer da existência da posição camponesa na sociedade brasileira (Godoi, *et al*, 2009, p.13).

Além das análises etnográficas sobre o caráter familiar do modo de produção camponês, diversos autores também têm se dedicado aos estudos²⁶ sobre a coexistência do campesinato pelo caráter subsumido (Neves e Silva, 2008). Conforme as autoras, existem diversas formas de dominação (a exploração agroexportadora e as grandes fazendas, por exemplo) que, “sustentando-se em mecanismos de repressão da força de trabalho pela gestão do acesso ao controle dos meios de produção, tornaram possível a

²⁶ O livro *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa* (2008) apresenta diversos artigos relacionados às formas camponesas tuteladas no Brasil. Para saber mais, ver Neves e Silva (orgs), disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%203%20p.%2039-67.pdf>.

existência de formas camponesas dependentes ou tuteladas”. (idem, p.17, grifo da autora).

O campesinato coexiste com outros agentes sociais e com outros modos de produção, com os quais mantêm relações de interdependência, fundamentais à reprodução social nas condições hierárquicas dominantes (Godoi, *et al*, 2009). Mendras (1978:45) afirma que “a família vive de uma terra que lhe é sua e que lhe é própria, o que não quer dizer que tenha sempre a plena propriedade, no sentido privativo do direito romano, mas ela dispõe ao menos do direito de explorar essa terra”. Woortmann (1983) e Garcia Jr (1983) em seus estudos sobre o *sítio camponês* no estado de Sergipe e das *terras de trabalho* de pequenos produtores em Pernambuco, afirmam que para garantir a reprodução camponesa, as comunidades campesinas geralmente se subordinam à grande propriedade, por não ter acesso livre à terra suficiente para se implantar e se expandir. A Fazenda entra aí como um elemento fundamental de dominação: ela é a face complementar, o pólo oposto que perpetua sua dominação nas relações com os camponeses (Moura, 1988). Essa análise sobre um campesinato tutelado é fundamental para compreender melhor a Família Faustino, e seu contexto de dependência em relação aos fazendeiros da região para garantir o roçado e a reprodução da família.

O fato de uma parcela significativa dos grupos camponeses não terem acesso a terras livres para produzir, tem raízes no final no período colonial do Brasil. O processo de expansão das monoculturas das fazendas e os privilégios concedidos aos grandes latifundiários na virada do século XVIII provocou a redução das terras camponesas. No final do século XIX, intensificou-se o processo de exteriorização da produção, visando abastecer o mercado europeu, com o uso do trabalho forçado, numa estrutura social marcada pelos poderes dos senhores da terra sobre os escravos (Welch *et al*, 2009). Tal situação foi consolidada com a regulamentação da propriedade privada, por meio da Lei de Terras de 1850. Conforme Moura (1988), antes da Lei de Terras, o rei de Portugal concedia ao sesmeiro a posse da terra. Com a privatização da terra, esta se torna passível de aquisição, por meio da compra e venda. Assim, apenas os grandes proprietários ou os indivíduos poderosos conseguiam adquirir terras e “encampavam extensas terras livres, habitadas por indígenas e posseiros e até propriedades parcelares,

habitadas por sitiantes desvalidos” (p.15). As sesmarias e a privatização das terras permitiu, então, a constituição de um “campesinato de posseiros” (Woortmann, 1983:167) e variadas formas de subordinação pessoal. Godoi *et al* (2009) aponta que a formação da sociedade camponesa brasileira está associada à sua relação de dependência com grupos sociais dominantes. Assim, ao lado das fazendas de produção de cana-de-açúcar, algodão e café, havia a incorporação de formas de imobilização de força de trabalho, fundamentadas na imposição técnica do uso de trabalho manual e familiar. Esses camponeses apareciam sob a designação de colonos, arrendatários, parceiros, agregados, moradores e sitiantes, “termos que não podem ser compreendidos sem a articulação com a grande produção agroindustrial e pastoril” (p.12).

Especificamente no tocante às comunidades rurais situadas no entorno do empreendimento Minas-Rio, Carvalhosa (2016) traz uma análise etnográfica das representações sociais e organização social das comunidades e os processos de transformações sociais que foram submetidos com a chegada do empreendimento na região. A autora aponta para a diversidade de formas que os afrodescendentes foram ocupando as terras em Conceição do Mato Dentro. Essas ocupações, conforme a autora, são desdobramentos da mineração de ouro na região²⁷ no século XVIII. Muitas famílias permaneceram com suas terras de herança sem partilha ao longo das gerações seguintes como meio de sobrevivência nas terras locais, e outras, se subordinaram às fazendas, através do cultivo das meias, terças e, mais raramente, das quartas, como uma saída coadjuvante que se mantém até hoje. A relação entre os fazendeiros e escravizados, e os descendentes que geraram, ampliaram as formas de ocupação de terra (idem).

O terreno da Família Faustino é composto por seis grupos domésticos, todas da mesma parentela. No total, são 18 pessoas vivendo ali. Quem me conta a história do lugar é Chico, o filho mais velho de Maria das Dores e Mujica Faustino. Maria das Dores morou em diversos lugarejos como, por exemplo, em Goiabeira e Morro Vermelho, próximo ao município de Conceição do Mato Dentro. Ela já trabalhava na fazenda que atualmente pertence a João Generoso, antes pertencente à Zé Tibuço. Zé Tibuço doou uma parte do terreno para o casal Faustino, onde vivem atualmente. Sobre os avós,

²⁷ Para saber mais sobre a história da região, ver Carvalhosa (2016) e Costa (2017).

Maria Inês e Zé Pequeno, Chico não soube me contar de onde vieram, e o relato, curto, ficou restrito à associação da chegada deles na região com o período da escravidão: *“Ela veio de longe, não tem nenhum parente aqui. Minha avó, meu avô, era do tempo dos escravos. Ela foi escrava pro povo dos Cachoeira. Eles vieram trabalhar pra Companhia de Estrada na época”*.

Chico conta que o fazendeiro Zé Tibuço é o seu padrinho de batismo, o que revela um aspecto interessante que caracteriza uma das formas de ocupação de terra frequente na região. Conforme Carvalhosa (2016), as terras ocupadas pelos agricultores se dividem em três tipos de apropriações que não são excludentes entre si: aquelas que se formam a partir de heranças familiares, cujo domínio é comum e compartilhado entre os familiares; aquelas em que os lavradores não possuem título de propriedade e a posse de uma parcela de terra na fazenda é fruto de uma “dávida” do fazendeiro, concedida a eles por trabalharem a vida inteira na fazenda e que podia passar de pai para filho; e aquelas que os lavradores adquiriam separadamente após o casamento. As duas primeiras formas refletem na forma de ocupação do terreno dos Faustino: um terreno doado por um fazendeiro, cujo domínio é compartilhado entre os grupos domésticos.

Conforme aponta Torres (2014), a relação entre os moradores de Água Quente, os membros da Família Faustino, e os proprietários da fazenda no entorno, possui um caráter de forte proximidade e dependência, ao mesmo tempo em que é construída em bases antagônicas. O plantar e o colher, a produção e o consumo familiar dependem das terras dos fazendeiros para serem realizados.

Os Faustino, descendentes de escravos, trabalham na “condição”²⁸ (Galizoni, 2007), no sistema de terça com João Generoso, que cerca a localidade. Eles pagam a terça parte da colheita ao fazendeiro, que só entra com a *terra suja*²⁹. Assim, devem entrar com a semente, adubo e as ferramentas necessárias, que são compradas nas mãos do

²⁸ Galizoni (2007) afirma que algumas famílias rurais do Vale do Jequitinhonha costumam trabalhar na “condição” em terras de outros, pagando ou a metade ou a terça ou a quarta parte da colheita, dependendo da combinação. Conforme a autora, são vários os motivos: por não ter terra o suficiente para botar roçado; para deixar o terreno descansar e recompor a vegetação. A Família Faustino se assemelha a situação do trabalho na “condição” analisado por Galizoni uma vez que não possuem acesso livre à terra para botar roçado, dependendo das terras dos fazendeiros para tal.

²⁹ *Terra suja* é a expressão que eles utilizam, ao referir-se a terra que precisa ser desmatada e limpa para poder ser plantada o milho, o feijão e a mandioca.

fazendeiro, que possui uma vendinha em seu terreno. Alguns moradores fazem elogios a ele, outros dizem não se dar bem com o patrão. Conforme Torres (2014), o filho de Generoso também tem criado alguns problemas entre os moradores, não prestando alguns favores a eles, comentários que alguns moradores também me fizeram durante minha experiência em campo. Um morador de Água Quente, que participou brevemente de uma das minhas conversas com um membro dos Faustino, quando lhe foi fazer uma visita, relatou que todo o terreno, incluindo o que é de João Generoso, antes pertencia à comunidade de Água Quente. Torres (2014) relata que muitos moradores da comunidade afirmam que o terreno original de Água Quente teria 32 alqueires e, hoje em dia, seriam apenas seis, resultado das apropriações ilegais de porções dos seus terrenos por parte dos grandes proprietários. Segundo a autora, o fazendeiro soltava a sua criação na divisa das terras, para que ocupassem o terreno, alterando os limites anteriores e, dessa forma, teria conseguido aumentar a sua propriedade. Conforme Moura (1988), a fazenda, ao buscar o seu *dominium*, invade a terra de pequenos posseiros, e provoca a perda das condições de produção daqueles que nela moravam, lavravam a terra para si e trabalhavam para o grande proprietário.

A relação entre os fazendeiros e os agricultores é calcada em relações de “favor”: o fazendeiro “cede” um pedaço de seu terreno para que o morador possa ter onde botar o roçado e garantir a subsistência da família e, assim, ele deve se subordinar à Fazenda.

A cessão da condição de terças e meias é a forma de subordinar livres a relações sociais que consolidavam a fazenda em formação no passado. A materialidade do trato só ganhava sentido se percebida através das relações simbólicas do favor: dar a renda é reconhecer implicitamente que se tem patrão e que foi este que liberou o acesso a terra (Moura, 1988, p.131).

Os Faustino, cercados pelas grandes fazendas e submetidos ao seu domínio, “permitem vislumbrar a configuração de um campesinato que não tem perspectivas de expansão de suas terras nestas localidades” (Oliveira, 2008:93). Essa situação de dependência se torna ainda mais grave com a chegada da mineração na região: os recursos naturais por eles apropriados e usufruídos tradicionalmente, se tornam objeto de cobiça com a chegada da mineração, sobretudo em relação aos cursos d’água. Como aponta Galizoni, “na economia camponesa, os recursos hídricos são importantes para assegurar a

fertilidade do solo, a produção agrícola, o consumo doméstico, bem como a dessedentação do gado e da criação” (2003, *apud* Zhouri *et al*, 2012, p.171). Os efeitos do empreendimento Minas-Rio na localidade, sobretudo nos cursos d’água, afetam as dinâmicas sociais e ambientais descritas, ameaçando ainda mais a autonomia das famílias. Assim, antes o que se tinha em acesso livre, hoje é limitado: “*antes o rio era do povo*”, me comenta Chico.

2.1. O lugar e as pessoas

Ao longo da escrita dos capítulos que se seguem, manterei os nomes reais dos moradores da Família Faustino. Para isso, farei neste tópico uma descrição das famílias, para que o leitor possa melhor conhecer os sujeitos da pesquisa.

Durante a minha vivência com os Faustino, não tive grandes dificuldades em me locomover ou em conhecer as pessoas. Como é um terreno pequeno e com apenas seis casas, todos logo souberam da minha presença. Solange, minha anfitriã, não fez um “papel de intermediadora”, o que me deixou um pouco receosa de chegar sozinha na casa dos outros moradores. Por outro lado, foi interessante observar os modos diversos como eles de mim se aproximavam, para conhecer “*a menina que tava ali fazendo pesquisa*”. O medo de “incomodar” os moradores, a minha timidez e a deles foi, ao longo do tempo, dando lugar à construção de uma relação mais fluida.

A Família Faustino faz parte da comunidade de Água Quente, localizada à jusante da barragem de rejeitos do empreendimento. O terreno dos Faustino se encontra às margens do córrego Pereira, enquanto que Água Quente está às margens do córrego Passa Sete. As famílias de ambas as localidades são ligadas por laços de parentesco consanguíneos: “*somos parentes de cor diferente*”, como relata Francisco Faustino, se referindo à sua família, de pele negra, e ao seu primo Zé Lúcio, de pele branca, morador de Água Quente. Os laços consanguíneos em relação aos moradores de Água Quente estão relacionados ao parentesco da família de José dos Reis e Geralda Rosa, que criaram sua família na parte baixa do terreno de Água Quente. Com Domingo Simões, proprietário da fazenda Cachoeira, Maria do Zé Pequeno, escrava do fazendeiro, teve a

filha Geralda. Dentro do seu casamento com Zé Pequeno, também escravo do mesmo fazendeiro, Maria teve três filhos, Durinha, Cheda e Piquitito, irmãos de Geralda (Torres, 2014). Durinha (Maria das Dores) casou-se com Mujica Faustino e, do casamento, nasceram Ailton, Chico, João e Aparecida, que mora em Belo Horizonte.

Os descendentes dos Faustino que vivem na localidade são os irmãos Francisco, Ailton, e João. Chico é casado com Dona Lenita, e os frutos do casamento são Joel, Daniela, Rafael, Samuel e Lidianne. Joel trabalha para a *firma* e é casado com Cristina, de Água Quente, desde o começo do ano. Os dois moram em uma casa ao lado da de Lenita. Daniela é casada com Magno, que veio de Belo Horizonte. Eles se conheceram quando Daniela foi trabalhar em um supermercado na capital e, quando casaram, vieram morar nos Faustino, em uma casa ao lado da de Lenita. Magno trabalha de vigia na Anglo e Daniela está desempregada. Rafael também está desempregado, mas faz alguns serviços ganhando o dia na fazenda de Betônio, e Samuel e Lidianne estão para formar no Ensino Médio³⁰. Lenita é filha de Melina e Zé Grandão, que viviam em Água Santa, comunidade reassentada pela empresa. Melina e Zé Grandão trabalhavam na fazenda de Suzana Generoso, em Água Santa, plantando no sistema de terça. Quando se casou, Lenita foi morar na casa de Chico. Esse é um aspecto comum: após o casamento, são as mulheres que saem de suas casas para irem morar com os respectivos maridos. O casamento de Magno e Daniela foi, então, a única exceção, pois foi ele quem foi morar na localidade.

³⁰ A escola que funciona o Ensino Médio é no município de Itaponhoacanga, na parte da noite. Para o ensino fundamental, a escola funciona no município de Jassém, na parte da manhã.

Meu contato com esse grupo doméstico³¹ se deu de forma bem fácil. Lenita estava com Solange quando fui fazer a primeira visita para me apresentar e saber se eu poderia passar alguns dias com eles. Na minha primeira manhã no local, no domingo, Lenita foi até a casa de Solange “*pra ver a menina*”. As duas estão sempre muito próximas, Lenita sempre vai até a casa de Solange para tomar um café e prostrar um pouco. Os filhos de Solange, quando não estão em casa ou na escola, estão na casa de Lenita assistindo televisão e passando o tempo com os primos.

Ailton é casado com Solange. Ela é neta de Melina e Zé Grandão e, portanto, sobrinha de Lenita. Sua mãe se chama Dalva e seu pai, Antônio, que também eram de Água Santa e também trabalhavam na fazenda de Suzana Generoso. Os filhos do casal são Adelson, Guilherme e Cacá. Adelson está terminando o Ensino Médio, Guilherme e Cacá estão no Ensino Fundamental. Eles moram na casa ao lado de onde vivia Maria Inês e Mujica Faustino, já falecidos. Essa casa, de pau-a-pique, hoje é habitada por Ronaldo, sobrinho dos irmãos Faustino. Maria Inês foi quem o criou, pois sua mãe faleceu quando ainda criança. Atualmente, Ronaldo está terminando uma construção mais nova, ao lado da casa em que vive. Foi com Solange e seus filhos que passei maior parte do meu tempo e acompanhei a rotina, pois que fora ali que me hospedara.

³¹ É importante precisar melhor o conceito de família, de grupo doméstico e comunidade aqui utilizado. Conforme Garcia Jr (1983), em seus estudos no Pernambuco, ao abordar a unidade casa-roçado e do conjunto de pessoas que trabalham e consomem conjuntamente, refere-se ao *grupo doméstico*. É o grupo doméstico que constitui a unidade de residência e que organiza a reprodução física e social de seus membros. Família significa, por vez, um conjunto de pessoas relacionadas por laços de consanguinidade e afinidade. Um indivíduo será sempre membro de uma mesma família (enquanto grupo constituído por laços de filiação). O casamento, por exemplo, implica geralmente uma mudança de grupo doméstico na vida de um indivíduo. Família pode ser entendida, resumidamente, como um conjunto de grupos domésticos. Assim, utilizo “Família Faustino” para denominar, simultaneamente, a localidade onde vivem, e o conjunto dos seis *grupos domésticos*. Já o termo *grupo doméstico*, utilizo para indicar o conjunto dos membros que compõem cada residência (pai, mãe e filhos). Galizoni (2000) afirma, a partir de seus estudos sobre o Vale do Jequitinhonha, que o que se chama de comunidade, é sempre uma comunidade de parentesco, várias famílias conjugais (ou grupos domésticos) descendentes de um mesmo ancestral. É um termo recorrente para denominar os agrupamentos rurais; assim como ocorre na região estudada neste trabalho. No caso das comunidades rurais no entorno do Minas-Rio, a categoria é também mobilizada para se identificarem como atingidas pela mineração, ainda que a empresa não as considere como tal.

João, o mais novo dos irmãos Faustino, mora em uma casa um pouco mais distante das demais. É a única casa em que não é necessário passar no terreiro do outro³² para adentrar. Ele é casado com Eliete, que veio de Dom Joaquim. Os filhos do casal são Sara, Daniel e João Pedro, apelidado de “Toco”. Meu primeiro contato com esse grupo doméstico de João e Eliete se deu de forma curiosa. Em meu segundo dia na localidade, ainda pela manhã, Sara foi até a casa de Solange me procurar, num gesto de “venha conhecer a minha casa”. Fui com ela e quando cheguei, Eliete acabara de passar um café fresquinho. Entendi, assim, que ela já estava à minha espera, para saber quem eu era, de onde eu vinha, o que ali fazia.

As casas de cada grupo doméstico dos Faustino, exceto os grupos mais recentes, dos casais de jovens Joel e Cristina, e Magno e Daniela – são constituídas de uma construção nova e de uma casa de pau-pique, com telhado de sapê. Em tempos mais antigos, a casinha de sapê era onde moravam. Hoje, serve para o fogão à lenha, que possui diversas utilidades: cozinhar, esquentar a água para o banho, fazer um café e para esquentar os corpos nas noites mais frias. Para Chico, a casa de sapê tem um significado especial. Além de fazer lembrar-se de sua mãe já falecida, a quem era muito apegado, foi ele próprio quem construiu a sua. Assim, quando eu queria encontrá-lo ao final do dia, já sabia aonde ir: sentado em um tronco de madeira próximo ao fogão à lenha, se esquentando e tomando um café, lá estava ele. E foi esse o cenário pano de fundo das nossas conversas durante os meus dias ali.

³² Chico denominou o terreno em que vivem de “*terreno embolado*”, “*pois vivem todos juntos, um passa no terreiro um do outro*”. Esse sistema de “terreno embolado” parece possuir semelhanças com o sistema de “terra no bolo”, analisado por Galizoni (2000), no caso do Médio Jequitinhonha. Nesse sistema, “a terra pertence à família, é herança de um ascendente comum e permanece sendo utilizada por sucessivas gerações sem que seja juridicamente repartida em seções de herança que constituem propriedades individualizadas. Em contraste, a terra é mantida em regime pró-indiviso e nela vivem os descendentes e parentes afins. O núcleo de casas mais próximas pertence, em geral, a um conjunto de irmãos co-herdeiros e seus respectivos grupos domésticos” (Oliveira, 2008, p.9). Esse sistema tem semelhanças com o “terreno embolado” dos Faustino, uma vez que este é herança do pai, Mujica Faustino e permanece sendo utilizada pelos filhos e seus respectivos grupos domésticos, todos ligados por laços de parentesco.



Figura 2: Casa nova e casinha de pau a pique ao fundo. Agosto de 2017.

2.2 A configuração do espaço e a organização social

Ainda que o patrimônio seja familiar, as terras de trabalho são individuais. Cada grupo doméstico estabelece o seu pedaço de roça, no terreno do mesmo fazendeiro, através do sistema de terça, e a sua horta e quintal, no próprio terreno onde vivem. Algumas outras áreas são de uso comum: os locais onde os moradores vão buscar lenha, os recursos da natureza, os cursos d'água. A nascente que abastecia os Faustino, por exemplo, não tinha um dono. Todas as famílias eram “donas”. A natureza é, portanto, um bem comum, como afirma Galizoni:

As famílias são “donas”, plenamente, apenas dos frutos do seu trabalho, da lavoura, e somente neste sentido as terras de trabalho, as “culturas”, podem ser objeto de apropriação privativa. Mas os recursos da natureza – as dádivas – são disponibilizados a todos os membros da comunidade (Galizoni, 2007, p. 48).

Conforme Galizoni (2007), a disposição espacial dos agricultores no ambiente combina-se com os distintos usos e as distintas formas de apropriação do território. A

área de uso de uma família é fluida e apresenta grande mobilidade, variando no tempo e no espaço. A organização do espaço na Família Faustino pode ser analisada pela articulação entre os domínios *casa-quintal*, no terreno da Família e da *roça-pasto*, no terreno do fazendeiro. O domínio casa-quintal são espaços femininos, e os dois últimos, masculinos (Woortmann, 1983). Esse sistema é organizado a partir dos distintos usos que se faz em cada espaço, estes complementares e articulados entre si. Essa organização é baseada em uma lógica, uma estratégia e um saber, que possibilitam a produção camponesa (idem).

Cada grupo doméstico possui uma casa, uma horta, um quintal e um terreiro. As casas têm duas portas: uma na parte da frente, que dá acesso à sala e uma na parte de trás, na cozinha, a mais utilizada, pela qual costumam entrar as pessoas conhecidas dos grupos domésticos e as pessoas que moram na casa. Essa porta dos fundos dá acesso imediato ao terreiro, uma área externa à casa, espaço composto por algumas árvores frutíferas, como jabuticabeiras e bananeiras, em que os grupos criam as galinhas, deixam livres seus cachorros, e onde as mulheres lavam as vasilhas e as roupas. Era no terreiro, também, que eu costumava sentar com a Solange e seus filhos para almoçar, prosear e descansar um pouco. Nos quintais, há predominância de bananeiras e bambus e nas hortas, eram cultivadas verduras, legumes e algumas ervas medicinais.



Figura 3: Solange lavando vasilhas no terreiro.

Nos espaços dos grupos domésticos de Lenita e Solange, essa configuração do espaço se dá da seguinte forma: horta-quintal-terreiro-casa. As hortas estão bem ao fundo, próximas de onde fluía a antiga nascente, portanto, local mais úmido e fresco. Depois, se tem o quintal, o terreiro e a casa. Já no espaço do grupo doméstico de Eliete, o quintal está ao fundo, depois tem-se a horta, o terreiro e a casa. Por possuírem um espaço menor, os grupos domésticos de Joel e Cristina, e Daniela e Magno, dividem o quintal com a mãe, Lenita. Atualmente, eles não possuem horta, assim como Ronaldo.



Figura 4: Terreiro de Lenita (onde está a fossa séptica). Logo o quintal e ao fundo, tem-se a horta. Agosto 2017.

A horta, o quintal, o terreiro e a casa é marcado pela presença feminina: “a *casa* é concebida como o lugar da mulher por excelência” (Heredia, 1979:79). São as mulheres quem molham as hortaliças, que dão milho às galinhas, que cozinham, que lavam as roupas e a louça, que varrem o terreiro, que cuidam da casa e que fazem as compras no mercado.

Enquanto o trabalho em casa é destinado, tradicionalmente, às mulheres, os homens estão na roça. Eles saem de casa logo ao amanhecer, levam suas marmitas de almoço – preparadas por suas esposas – e voltam ao entardecer. O trabalho masculino se dá predominantemente nas fazendas, e envolve uma organização do tempo e das atividades: o trabalho diário – cuidar das criações, roçar pasto, bater cerca – e o trabalho no roçado – o plantar e o colher – durante o ciclo agrícola. O pai, conforme Heredia (1979), é quem deve prover o consumo coletivo dos membros do grupo doméstico e, como os bens necessários ao consumo são fornecidos pelo roçado, ele é, em última instância, o responsável pela casa. O pai é, portanto, a autoridade, o chefe da casa (idem).

Esse sistema casa-quintal e roça-pasto reflete na articulação entre a produção, realizada no roçado, pelo homem, e o consumo, na casa. Dessa forma, como aponta Woortmann (1983), o conhecimento camponês se orienta no sentido de procurar constituir seu sítio num sistema de insumos-produtos, em que cada parte produz elementos necessários à outra parte. Há, portanto, uma organização do trabalho e do espaço, baseado na divisão de gênero: “o processo de trabalho possui dimensões simbólicas que fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas espaços sociais e de gênero” (idem, 1997, *apud* Zhouiri *et al*, p. 7). Uma fala de Ailton ilustra bem essa divisão:

Meu negócio é plantar. Se eu precisar ir no mercado eu não vou, se for eu volto sem nada (risos). É ela [Solange] é quem vai, ela quem cuida da casa, ela é quem sabe o que tá faltando.

Ainda que o pai de família seja visto como autoridade, e seu trabalho na roça seja essencial para a subsistência alimentar da família, a atividade da mulher também é de extrema importância para a reprodução social da mesma, bem como coloca Woortmann (2009):

É preciso também não ignorar as relações de gênero. O universo camponês feminino é tão importante quanto o masculino. A mulher conduz seus próprios espaços, e sua atividade é tão fundamental para a reprodução social da família quanto a do homem, ainda que menos visibilizada se comparada à dele no plano público e voltada mais para a reciprocidade que para o mercado (Woortmann, 2009, p. 128).

As conversas se davam de forma mais fácil com as mulheres das famílias. Por isso, eu acompanhava as mulheres nas suas tarefas: irrigando as hortas, buscando água no Buracão, atividade majoritariamente feminina, ou ajudando nas tarefas domésticas (ainda que Solange raras vezes me deixasse ajudá-la). Buscar água no Buracão é algo feito comumente pelas mulheres da casa. São as mães/filhas que normalmente são designadas para a tarefa. Quando voltávamos de uma ida até o córrego, já com os galões nas costas, Solange me comenta:

Solange: “Depois à tarde nós vem de novo, e aí Cacá vem com nós. Tia Lenita deve vir também.

Eu: E os meninos, Adelson e Gui, não vem ajudar a senhora não?

Solange: Ah, de vez em quando eles vem, às vezes não.

Eu: É mais as mulheres que vem buscar né?

Solange: É uai, marido da gente chega cansado”.

Ainda que a atividade seja realizada, na maioria das vezes, pelas mulheres, durante a minha vivência com os Faustino, pude perceber que existe uma preocupação dos homens em ajudar suas esposas. Em um dos meus dias ali, Ailton foi quem buscou água, para me poupar do trabalho e da possibilidade de contrair alguma alergia por conta dos carrapatos do mato. Chico costuma buscar água aos domingos e João também ajuda a esposa e a filha Sara na tarefa. Durante outras idas com Solange ao Buracão, também fomos acompanhadas por seus filhos, Adelson e Guilherme.

Às 5h30 da manhã todos já estão de pé. Os meninos do Ensino Fundamental se preparam para pegar o ônibus e ir para a escola. Os homens se preparam para o trabalho nas fazendas e as mulheres se preparam para as atividades domésticas, a começar pelo café e na preparação das marmitas de seus maridos. Era logo no começo da manhã, após todos saírem para suas tarefas e depois de arrumadas algumas coisas em casa, que Solange ia buscar a água no Buracão. Ela já deixava tudo pronto, os galões limpos e dispostos na cozinha para quando saíssemos. Ao voltar, aproximadamente 1 hora depois, ela começava a preparação do almoço: arroz, feijão, macarrão, linguiça frita e farinha produzida com a mandioca plantada e colhida por eles. Enquanto cozia o arroz e o feijão, ela se destinava a lavar as vasilhas e dar milho às galinhas. No seu terreiro fica uma mangueira, apoiada em um tronquinho de madeira, para lavar a louça, e uma mesinha para deixar os pratos e talheres a secar no sol. E assim ela fazia todos os dias. Dividia-se entre diversas tarefas domésticas, todas feitas com uma destreza e habilidade incríveis.

O mesmo se repetia na casa de Eliete. João saía para o trabalho, Daniel e Toco iam para a escola e ela e Sara cuidavam da casa. Uma ajudava a outra: enquanto Eliete cozinhava e arrumava a cozinha, Sara lavava o piso e o banheiro. Na casa de Lenita, a mesma cena se repetia. Ainda na parte da manhã, as mulheres donas de casa também cuidavam das hortas, molhando as plantas e as hortaliças. Ainda que estas tenham diminuído consideravelmente com a falta d'água, o apreço pelas hortas é nítido. O cuidado e o orgulho se fizeram claros quando Solange me diz: *“cê tem que ir lá ver minha horta*

também, tirar foto”. O que também, claro, revela uma forma de resistência cotidiana frente à mineração de manter seus hábitos tradicionais.

As atividades domésticas eram interrompidas por volta das 11 horas da manhã, quando as crianças voltavam da escola. As mães, então, paravam para arrumar o almoço e também para almoçarem. Depois do almoço, continuavam as tarefas domésticas. A última tarefa era a preparação da janta, por volta das 18 horas. As conversas entre mim e elas eram feitas, sobretudo, durante o dia, enquanto elas realizavam todo o cuidado com a casa. Para conversar com os homens, era necessário esperar o fim do dia, por volta das 17 horas da tarde, quando chegavam de seus trabalhos nas fazendas.

Enquanto Solange, Eliete e Lenita cuidam da casa, Ailton, João e Chico trabalham nas fazendas próximas. Ailton trabalha *fichado*, de carteira assinada, na fazenda de Lúcio Guerra em Água Quente. Lá, ele cuida das criações, junto com o seu sobrinho Ronaldo, que também trabalha fichado. Ailton possui algumas criações de gado na fazenda de Joventino, que lhe cede o espaço, o que lhe permite, por meio da retirada do leite, produzir queijos que ajudam a complementar a renda da família e as *despesas* da casa. Ele costuma produzir 30 quilos de queijo por mês, vende para o fazendeiro a R\$10,00 cada, e este revende em Belo Horizonte, onde mora. Ailton não vende o produto em mercados, feiras ou cooperativas, mas faz, eventualmente, algumas vendas, como fez para mim.

João trabalha na fazenda de Suzana Generoso, na comunidade do Murici, também cuidando das criações. Eliete comenta que é ele quem entende das criações, dos remédios e das vacinas. Chico trabalha em várias fazendas próximas, geralmente executando serviços como bater pasto, colocar cerca e capinar. Ambos trabalham na condição de *diaristas*. Quando há serviço, eles são chamados e recebem *o dia*, um valor de R\$50,00. No entanto, não é todo dia que se consegue serviços nas fazendas. Em uma das minhas conversas com Chico, ele me conta que o desemprego está grave também na roça, tendo em vista que grande parte dos fazendeiros venderam seus terrenos para a Anglo American:

“Agora tá todo mundo sem serviço. Eu trabalhava muito em Água Santa, mas todo mundo saiu e eu fiquei sem serviço. Eu pejei pra entrar nessa Nova Luz e não consegui”.

Uma das formas comuns de se complementar a subsistência familiar no meio rural brasileiro, é obter dinheiro através do *trabalho alugado*. Essa categoria foi aplicada por Garcia Jr. (1983) em seus estudos sobre os trabalhadores rurais de Pernambuco, e refere-se às situações em que o trabalhador executa um serviço sob as ordens de outrem mediante o pagamento em dinheiro. As tarefas são combinadas previamente e os serviços são pagos por meio de diárias (idem). O mesmo parece ocorrer na região estudada neste trabalho. Os irmãos João e Chico se enquadram nessa categoria, sendo eles os trabalhadores “alugados” pelos fazendeiros. Todavia, o trabalho de diarista realizado por eles não é uma forma de complementar a renda. Ao contrário, é a única fonte de renda desses dois grupos domésticos, além da assistência governamental por meio do Programa Bolsa Família. Em uma manhã de domingo que passei conversando com Chico, presenciei uma dessas negociações de trabalho alugado. Zé Dú, da comunidade de Água Quente, chegou na casa e ofereceu serviço para Chico, para roçar pasto na fazenda de Betônio. O fazendeiro contrata Zé Dú para fazer o serviço e este passa para Chico, recebendo a diária: “o Betônio dá a empreitada pra ele e ele passa pra nós”, o que mostra uma das possíveis dinâmicas de como se dá a contratação do trabalho.

É importante destacar que, embora as atividades tradicionais de plantio, o trabalho de diarista nas fazendas, pelos homens; e o cuidado da casa, pelas mulheres, sejam os principais entre a Família Faustino, trabalhos outros estão sendo exercidos, particularmente entre os mais jovens, que consideram a “*vida na roça muito parada*”. Daniela, por exemplo, trabalhou em supermercado em Belo Horizonte e Joel trabalha na *firma*. As jovens Daniela, Sara e Lidiane costumam, aos finais de semana, fazer alguns trabalhos por meio de pagamento em diárias na propriedade de Bartô e Lilian, em Água Quente, fazendo faxinas nas casas.

As comunidades camponesas não estão “paradas no tempo”, são sujeitos históricos. Se inserir no mercado, trabalhar na *firma*, e ir para as cidades, “faz parte das tramas de produção e reprodução do viver local desde o tempo dos antigos³³” (Torres, 2014:103).

³³ Em relação à mudanças vividas pelos “mais antigos”, Carvalhosa (2016:99) na sua pesquisa sobre as comunidades rurais de Conceição do Mato Dentro, destaca “o fim gradual do trabalho dos tropeiros pela abertura de estradas, entre elas a MG-10, em cuja abertura Dona Consolação [nome fictício usado por

Nesse sentido, Carvalhosa (2016), aponta para dois tipos de mudanças que ocorriam nas comunidades rurais de Conceição do Mato Dentro, uma relacionada às mudanças que ocorrem mais lentamente, e antes mesmo da chegada do empreendimento Minas-Rio, e outra relacionada às transformações causadas pela mineração. Entre as mudanças que aconteceram antes da chegada da mineração, a autora cita

o aumento do tempo de estudo com a obrigatoriedade do ensino médio, estimulando a saída dos mais jovens para trabalhar em outros locais e deixando a roça; o acesso à energia elétrica e à informação pela televisão, incentivando o consumo e a não conformação dos mais jovens a viver na base da subsistência das trocas de dias e o desejo de poder de troca pelo uso do dinheiro (idem, p.99).

A busca de trabalhos outros, que não estejam vinculados ao trabalho na roça, faz parte do *movimento de roça* (idem) e se torna uma maneira de complementar a renda e garantir a condição de existência da família camponesa. Para além disso, mostra as relações de interdependência dos camponeses com o mercado e com o mundo externo. Há de se pensar, portanto, as sociedades como um *fluxo organizado*³⁴ (Vincent, 1987:388), processo “em que a organização do fluxo é uma questão estratégica para os indivíduos, bem como um aspecto estrutural que acompanha todo o processo de transformação da sociedade agrária”.

2.3 O plantar, o colher

A sistema de produção dos Faustino envolve uma administração e organização do tempo, dos trabalhos e da família. Como visto, as mulheres cuidam da casa, enquanto os homens estão nas fazendas. E é nelas que está a maior parte dos serviços: o trabalho fichado, o trabalho de diarista, o trabalho das jovens fazendo faxinas e o trabalho no roçado da *palhada*. A *palhada* se refere à produção de milho e feijão. Os irmãos Faustino também plantam a mandioca, no sistema da terça, na fazenda Sagrado Coração de Jesus, de João Generoso, apelidado por eles de Joãozinho. O trabalho no roçado durante o ciclo agrícola é feito utilizando-se como força de trabalho os membros do

Carvalhosa] e seu marido trabalharam; e a incorporação dos tropeiros ao trabalho de caminhoneiros; o fim do garimpo no local”.

³⁴ Para Vincent (1987), o fluxo organizado se concentra em três eixos: 1) o movimento de pessoal dentro e fora do tempo e espaço observados; 2) a conexão das pessoas com o passado; 3) a conexão das pessoas com o exterior, de suas conexões com outros indivíduos que não fazem parte desse pessoal.

grupo doméstico. Durante o roçado, os filhos vão ajudar os pais no trabalho. Eles saem de manhã cedo e passam o dia na roça. As mulheres também vão, e ajudam na semeadura da terra, por exemplo. Força de trabalho é compreendida como constitutiva da moral campesina, considerando os valores sociais, o trabalho enquanto um valor ético (Woortmann, 1983). A família, portanto, é um elemento central no modo de produção camponês. Isso se tornou claro para mim quando Solange me perguntou: “*cê tem irmã? E a sua mãe e a sua irmã? Eu nunca vi elas lá nas reuniões não*”. Conteí a ela que tenho uma irmã mais velha, mas que não vive em Belo Horizonte e tem um trabalho bem diferente do meu, assim como minha mãe. Ela me respondeu: “*ah, eu achava que elas trabalhavam com cê*”. Esse é um ponto comum que caracteriza as diversas sociedades camponesas: o caráter familiar do trabalho.

Com relação às atividades cotidianas dos membros do grupo doméstico, é necessário considerar que elas sofrem variações de acordo com o calendário agrícola (Heredia, 1979). Durante os meses de dezembro e janeiro, a terra é *limpa*, ou seja, capinada, para a plantação de feijão, feita nas primeiras chuvas de março. Em outubro, o milho é plantado e, até chegar março, o milho já estará grande, e assim faz “sombra” ao feijão que será plantado. Em junho, é feita a colheita dos cultivos. Quando eu estava lá, no mês de agosto, a terra já estava seca, pois os cultivos já haviam sido colhidos, restando apenas as sobras. Para o ciclo seguinte já não é necessário limpar a terra, tendo em vista que as sobras do milho e do feijão do ciclo anterior já adubam a terra. Entre setembro e outubro, é plantada a mandioca, que pode ser *decotada* (retirada da terra) em qualquer época do ano, menos em períodos muito secos, pois dificulta a retirada da mandioca da terra. Primeiro é capinada a terra, faz-se a cova e coloca-se um ou dois pedaços de rama. Tampa-se com a terra e alguns dias depois, a mandioca começa a nascer. Depois que nasce e o cultivo toma forma e tamanho, a terra novamente é capinada, para que esta não “sufoque” a mandioca que está debaixo da terra. Depois que cresce, a mandioca é *decotada*.



Figura 5: Solange decotando a mandioca. Agosto, 2017.

O ciclo agrícola é acompanhado pelas fases da lua. Plantar feijão, por exemplo, é feito durante a lua crescente; plantar milho pode ser durante qualquer fase, menos na lua minguante, “*se não dá broca*”; e a mandioca, na lua minguante. O processo também é acompanhado pelo ciclo das chuvas. O feijão, por exemplo, precisa de três chuvas: a primeira para nascer, a segunda para *enfarecer* (dar flor) e a terceira para *embajear* (para encher). O milho, por vez, precisa de chuva o ano todo, já a mandioca, não precisa de muitas chuvas. Entender a natureza é algo que faz parte da vida dos trabalhadores rurais:

O camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinadas tarefas. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convencionamos a chamar de ciência (Moura, 1988, p.9).

O feijão, o milho e a mandioca são para as *despesas* da casa. É importante destacar, a partir da literatura acerca do campesinato, a diferença entre *renda* e *despesa*. Esta última se refere ao fruto do trabalho no roçado, que, “frequentemente equivale ao produto direto do trabalho conduzido pela família em sua própria terra somado aos

complementos obtidos na feira ou na venda mais próxima” (Oliveira, 2008:56). Essa categoria indica a relação produção-consumo e garante parte da subsistência alimentar da família. A renda, por vez, se refere ao dinheiro, em espécie, arrecadado com os trabalhos nas fazendas, sejam eles de carteira assinada ou do trabalho pago por diárias. De todo o modo, conforme aponta Oliveira (idem), o objetivo das atividades produtivas é garantir o atendimento das necessidades dos membros do grupo doméstico e possibilitar a manutenção da família e do patrimônio.



Figura 6: Roça de Ailton, de milho e feijão já seca. Agosto, 2017.

Os produtos plantados e colhidos pelos Faustino são utilizadas apenas para as *despesas*, não há vendas em feiras ou mercados próximos, pois a quantidade que se produz permite apenas o consumo, geralmente durante o ano todo, até o próximo ciclo agrícola. Eventualmente, são feitas algumas vendas para pessoas das comunidades próximas, quando a colheita gera algum excedente.

Da mandioca, é produzida a farinha, que complementa cotidianamente o prato das famílias. Em um dos meus dias, encontrei com Lúcio, primo de Lenita, da comunidade de Água Quente, *decotando* algumas mandiocas na roça de Chico. Curiosa, perguntei

depois para os moradores por que ele estava as estava decotando. Os Faustino não possuem fornos para a produção da farinha e, por isso, fazem um sistema de parceria na meia com alguns moradores parentes das comunidades próximas. Solange fornece a mandioca para Ilda, sua prima, da comunidade do Passa-Sete, que produz a farinha. Lenita faz o mesmo com Darsila, que também é sua prima e também vive na comunidade do Passa-Sete. Chico faz o mesmo com Lúcio, no entanto, no sistema de terça. Assim é a troca: os Faustino entram com a mandioca, *“porque assim não precisa pagar o dia”*, e seus parentes com o forno e a produção.

Além dessa “troca de serviços”, a troca de dias é bastante comum na localidade. Os Faustino fazem muitas trocas entre si e com as famílias de Água Quente, na época de plantar, *“porque são tudo conhecido”*. A prática é realizada principalmente para concluir as atividades do roçado, e se dá quando um membro grupo doméstico disponibiliza sua força de trabalho para outro (Garcia Jr, 1983). Não há o pagamento em dinheiro, mas é baseado em uma retribuição, em uma “moral de reciprocidade” (Oliveira, 2008:53): os membros da família beneficiada devem fazer o mesmo quando necessário. Essas trocas são baseadas em redes de solidariedade locais, sejam elas definidas por parentesco ou por grupos de vizinhança.

Como a produção da Família Faustino é essencialmente baseada no plantio do roçado, e como já existe uma dependência e subordinação com os fazendeiros patrões, fazer uma análise do sistema de produção e das relações sociais na localidade é relevante para compreender os efeitos da chegada da mineração na região, e, portanto, compreender como o empreendimento aprofundou a situação de vulnerabilidade que vivem, além de prejudicar os usos e costumes em que eles estavam implicados. Dessa forma, a discussão feita neste capítulo será basilar para o capítulo que se segue. Levando em consideração a importância da água para a reprodução social da Família, abordarei na sessão seguinte as perdas e transformações nos usos e costumes tradicionais dos Faustino após a chegada do empreendimento Minas-Rio na região.

Capítulo 3. “*Era tempo bom, a água corria demais*”: análise dos deslocamentos e transformações

1.1 Os megaempreendimentos e a produção do deslocamento *in situ*

Para as comunidades rurais situadas no entorno do empreendimento Minas-Rio, a água é vista como dádiva. Ela é fundamental para a manutenção do sistema de produção, pois, na sua forma de chuva ou de nascentes, córregos e rios, ela permite a fertilidade do solo, o trabalho na terra, a existência e o cuidado com as criações, tudo o que garante o consumo doméstico, a subsistência da família, e as atividades de lazer. No entanto, com a chegada da mineração e de seus usos insustentáveis do meio ambiente, as fontes d’água se tornaram escassas e, aquilo que antes se tinha em abundância, já quase não existe mais, comprometendo a reprodução social das famílias.

Como apontam Gellert *et al* (2003), as empresas transnacionais e os órgãos internacionais de financiamento públicos e privados exercem forte pressão em favor dos megaempreendimentos, principalmente nos países em desenvolvimento. O Estado aparece, então, como um ator presente para assegurar o provimento e o uso das condições naturais como condições da produção capitalista (Carneiro, 2005). A justificativa utilizada para a implantação dos empreendimentos é calcada na noção de desenvolvimento que “produz um efeito de sentido que atribui aos projetos uma inexorabilidade frente às exigências do mercado” (Zhourri, *et al*, 2013:1).

Gellert *et al* (2003), afirmam que a ideologia do desenvolvimento apresenta três elementos que são fundamentais para legitimar a implantação dos megaempreendimentos: 1) a noção que são de interesse e utilidade pública; 2) a noção de progresso e evolução das sociedades à vida urbana; 3) a noção de controle racional da natureza, baseada na fé nas tecnologias na resolução dos *impactos* causados pelos empreendimentos. Zhourri *et al* (2005) afirmam que, através do paradigma da adequação, os empreendimentos assumem caráter inquestionável, exigindo a adequação do meio aos propósitos da obra. Consolida-se, assim, uma “capitalização da natureza”, que reduz o ambiente aos valores de mercado, transformando os efeitos destrutivos

incomensuráveis em *impactos* passíveis de compensação e mitigação. Nesse sentido, as comunidades tradicionais e rurais não são consideradas, e

las poblaciones arborígenes, sus medios de subsistencia y sus valores en relación con el paisaje se menosprecian sistemáticamente, socavando los ideales de equidad y participación (Gellert *et al*, 2003, p.18).

Os megaempreendimentos provocam uma “destrucción creativa” em um sentido material: transformam as paisagens de maneira rápida e radical, *deslocando* a fauna, a flora, os rios, os seres humanos e as comunidades (Shumpeter, 1947, *apud* Lynch *et al*, 2003, p. 11). Os autores consideram o deslocamento como um processo socionatural: as transformações ambientais provocam transformações sociais, processo que acontece de forma conjunta. Para além dos *impactos* no meio físico, devem ser analisados os efeitos e as transformações no modo de vida das comunidades afetadas, “o resultado da perda de oportunidades de ganhar o sustento para as comunidades dependentes dos recursos” (idem, p.14).

Em “*Objetivos móviles: desarraigo, empobrecimiento y desarrollo*”, Feldman *et al* (2003) apontam que os deslocamentos não ocorrem somente quando há uma realocação física, no sentido de haver uma expulsão da população de seus territórios. As comunidades também podem experimentar um processo de deslocamento sem que necessariamente saiam do lugar, configurando o *deslocamento in situ*:

Incluso sin que exista un traslado físico, las personas pueden experimentar un desarraigo in situ. Esta sensación que sufren sin moverse del lugar donde se encuentran es también un proceso continuo, pero difiere conceptualmente del que conduce a alguien a una nueva posición en la escala social. El desarraigo in situ depende más bien de las relaciones de exclusión que fijan nuevos límites a los movimientos físicos y sociales de las personas. Entre los ejemplos patentes de este fenómeno cabe citar la pérdida de los beneficios de la seguridad social y otras garantías, la discriminación o el ostracismo, y la suspensión de los derechos civiles o de propiedad. En el presente conjunto de ensayos, todas estas formas de desarraigo se consideran vinculadas de diversas maneras a los caprichos de la búsqueda del desarrollo (Feldman, Geisler, Silberling, 2003, p.6).

Dessa forma, as comunidades atingidas pelos grandes empreendimentos estão sujeitas a perderem o acesso aos recursos naturais e materiais, moradia, segurança, redes de solidariedade e parentesco (Zhourri *et al*, 2013), ameaçando suas formas de produção e reprodução social e agudizando ainda mais as situações de vulnerabilidade em que se

encontram. O deslocamento é, portanto, característico dos megaprojetos, é um atributo intrínseco da modernidade capitalista (Escobar, 2003).

A mineração é rodeada de uma aura de benefícios econômicos e êxitos tecnológicos. Junto a ela, surgem diversas denúncias por seus efeitos sociais, ambientais e transformações territoriais (Gudynas, 2015). Prates (2017) aponta que a atividade minerária se enquadra no discurso de desenvolvimento, na medida em que envolve interesses públicos e privados em torno da acumulação de capital, violentando territórios, naturezas e culturas. O empreendimento Minas-Rio, ao deflagrar um dos maiores conflitos ambientais do estado de Minas Gerais, enquadra-se, então, nessa perspectiva. Os cursos d'água se transformaram em mercadorias, em “recursos hídricos”, e a sua exploração pela Anglo American trouxe significativas transformações e deslocamentos para as comunidades rurais do entorno, ameaçando e comprometendo o seu modo de vida e suas formas de produção e reprodução social.

Os Faustino relatam que as nascentes começaram a secar no ano de 2011, antes mesmo da concessão da licença de operação do empreendimento e associam o efeito à chegada da empresa: *“essas nascentes aqui não secavam não. Depois que a empresa chegou, secou tudo”*. Os episódios de assoreamento e poluição do córrego Pereira e o secamento das nascentes produziram efeitos significativos no modo de produção, na dieta alimentar, nos gastos familiares, no lazer e nas perspectivas futuras da Família. A partir do exposto, considera-se aqui a ideia de que a chegada da mineração cria condições que fazem com que a Família Faustino experimente um processo de deslocamento *in situ*, como procuro mostrar a seguir.

2. O sistema de abastecimento

A Família Faustino, antes da chegada do empreendimento, consumia água diretamente de uma “bica”, abastecida por uma nascente localizada no terreno, que fluía nos quintais das casas. Ailton me conta que *“a água dava pra umas dez famílias”*, o dobro do número de grupos domésticos na localidade, o que demonstra a abundância de água limpa disponível para os moradores: *“Era tempo bom, a água corria demais”*, comenta Chico. Além da bica, a Família também utilizava a água do córrego Pereira, que se encontra a 100 metros da localidade. A água da nascente era utilizada para irrigar as

hortas, para as tarefas e consumo doméstico e dos animais e para banho. As águas do Pereira eram utilizadas para pesca, lazer e também para lavar roupas e vasilhas.



Figura 7: Antiga bica dos Faustino. Agosto, 2017.

Desde 2011, os moradores dos Faustino são abastecidas por um caminhão pipa e uma caixa d'água de 5.000 litros, fornecidos pela Prefeitura de Conceição do Mato Dentro. Após algumas reclamações dos moradores de que a água fornecida era insuficiente para abastecer todos os grupos domésticos, a Prefeitura instalou em junho de 2017 uma outra caixa d'água de 10.000 litros. O fornecimento ocorre, desde 2011, em dois dias da semana, às terças e quintas-feiras pela manhã. Entretanto, os moradores denunciam a pouca disponibilidade de água, a sujeira da caixa d'água, da água do caminhão e a relação (ou a falta dela) com a Prefeitura. Não há o serviço de limpeza das caixas, que de fato estão bastante sujas. Eliete comenta: *“a sujeira gruda do lado na parede [da caixa] e depois que coloca a água, uma ou duas horas depois fica cheio de sujeira embaixo”*. Os moradores também dizem não saber a origem da água, mas já ouviram “boatos” de que a água é proveniente do Rio Santo Antônio ou do Córrego Pereira, os mais contaminados da região, segundo os moradores. Afirmam, também, que a água é

imprópria para o consumo, e que a própria Prefeitura alerta que a água não é “boa pra beber”.

Eliete: Eles traz a água de caminhão pipa, mas é muito suja. Ela tem uma bucha de cabelo, a caixa fica toda suja.

Sara: Ela (Maria³⁵, funcionária da Prefeitura) fala que essa água é da Copasa, que ela sempre tomou dessa água. Aí eu falei com ela: “bebe essa água aí então”.

Eliete: O meu menino ficou todo empolado. Sara interrompe: meu tio ficou com a cara toda inchada. Sabe aqueles livros de biologia que aparece aquelas doenças? Então, ele ficou assim.

Sara comentava sobre seu tio Chico. Ele teve algumas coceiras e sua cara ficou inchada após utilizar a água da caixa: *“Eu fui no Dr. Alípio, ele é farmacêutico, é melhor que médico, e ele falou “isso aí é a água”. Eu tive que tomar injeção “na poupa”*, ele me conta em meio à risadas. Em Daniel, costumam aparecer algumas manchas na pele, o que, segundo eles, também é consequência do uso da água contaminada: *“Ele dá umas mancha aqui [aponta para a panturrilha] que sempre volta e sai muito sangue”*, relata Sara sobre seu irmão.

Segundo os relatos dos moradores, a secretária municipal de turismo, responsável pelo fornecimento da água para a Família Faustino, sempre entra em contradições, hora dizendo que a água é própria para consumo, hora que esta é imprópria. Lenita me conta de uma conversa que uma funcionária da Cáritas³⁶ tivera com a funcionária da Prefeitura:

“A Ana³⁷ [funcionária da Cáritas] falou com ela que nós não tinha água para beber, pra comer, pra lavar roupa. Aí a Maria [funcionária da Prefeitura] falou com ela, que água tinha, que ela manda, mas que com essa água nós não podia nem lavar a boca. Aí eu fico pensando, ué, que água é essa então? Eles acham que nós é bobo. A água da caixa tava amarela, mas nós usava dela mesmo assim, aí depois eles [prefeitura] falaram com nós que não podia usar”.

A Prefeitura também alega ser responsabilidade dos moradores limpar as caixas d’água. Além disso, não há um comprometimento da Prefeitura em relação ao fornecimento de

³⁵ Nome fictício.

³⁶ A Cáritas é uma organização que elabora projetos de assistência social para as comunidades rurais atingidas pelo empreendimento Minas-Rio.

³⁷ Nome fictício.

água na localidade. Quando chove, a água não é fornecida, pois a prefeitura alega que o caminhão corre risco de atolar na estrada. No entanto, na minha vivência na comunidade, no mês de agosto, não estava chovendo e, mesmo assim, não houve o fornecimento de água na quinta-feira. Enquanto eu estava em campo, alguns moradores me comentaram que a Prefeitura iria parar de fornecer a água, alegando que era de responsabilidade da Anglo American, e esta dizia ser de responsabilidade da Prefeitura. Neste mês de outubro, a empresa assumiu o fornecimento da água para a localidade, por meio de caminhão pipa e, até então, já havia feito o fornecimento três vezes, embora os moradores não tivessem assinado qualquer documento de acordo formal com a empresa, conforme dados repassados ao GESTA.

Com o secamento da nascente que abastecia a bica e com a contaminação do córrego Pereira, a Família Faustino passou a utilizar a água do córrego “Buracão”, desde 2011, localizado a aproximadamente dois quilômetros de distância da localidade, no terreno de João Generoso. Por duas vezes no dia, em três ou quatro vezes na semana, a depender do consumo diário nas casas, os moradores vão até o córrego com seus galões. Eles utilizam uma “cambuquinha” para pegar a água com cuidado, para não misturar com a areia natural do curso d’água, e assim enchem os galões pouco a pouco. Na minha ida com Solange em um dos meus dias ali, enchemos cerca de 35 litros de água na parte da manhã, e na parte da tarde mais 35 litros, quantidade que durou dois dias. Alguns moradores afirmam que a água do córrego é limpa, outros, como Chico, afirmam não ter certeza da pureza da água: *“ah, não sei! A gente nunca foi no médico pra consultar, né?!”*. Essa água é utilizada para beber e para a preparação dos alimentos, e a da caixa d’água, para lavar as roupas e vasilhas, para o consumo das galinhas e para o banho. Para tomar banho, os moradores esquentam a água no fogão à lenha e a despejam em um balde e, com uma cambuquinha, fazem a higiene do corpo: *“aqui a gente toma banho de cavalo”*, brinca Chico, fazendo referência aos banhos dados no gado quando não se tem mangueira.

O grupo familiar de Lenita e Chico foi o único da localidade dos Faustino que aceitou a instalação do banheiro e da fossa séptica pela Anglo American, colocados em 2011,

conforme condicionante 87, aprovada na 49ª reunião URC-JEQ³⁸. Quando eu estava na casa com Lenita e suas filhas, o banquinho de madeira em que eu estava sentada começou a tremer. Elas, rindo de meu desespero, me contaram que o tremor era por causa da bomba que leva a água para o banheiro. Segundo elas, o bombeamento costuma ocorrer automaticamente entre três a quatro vezes por dia, o que fez aumentar consideravelmente a conta de luz da família, que já chegou ao valor de R\$200,00. A fossa séptica está vazando e provoca mau cheiro, sobretudo em períodos secos. A empresa tem conhecimento dos problemas decorrentes do sistema, mas não cria medidas para solucioná-los, como me relatou Chico: *“eles não procura nós não, é difícil vir aqui visitar nós. Eles veio aqui pôr esse banheiro. E eles sabem que a caixa tá arrebentada, mas eles não vem aqui não. É serviço deles e eles não cuidam”*.

2.2 As memórias, os usos e as perdas

“Ah, nós fazia trem demais. Nós mexia com horta, menino brincava nela, tomava banho nas bica d’água. Hoje ninguém conhece mais bica de pau, nos tempos antigos era bica de pau. Essa água era bonita demais menina, cê precisava de ver, ela vinha até aqui, oh, a gente podia nadar, era tempo bom, a água corria demais” (trecho de conversa com Chico, 2017)

Os moradores da Família Faustino relembram com saudosismo as histórias sobre os antigos usos da água. As principais memórias estão associadas ao lazer: à pesca, aos banhos e aos encontros, que refletem formas de sociabilidade entre os moradores. A pesca era realizada tanto no córrego Pereira quanto na nascente que corria nos quintais da localidade, que permitia a criação de peixes da espécie tilápia. Ailton conta que possuía um *“criatório de tilapinhas, que dava um tamborão assim, oh. Os meninos pescavam e fritavam pra comer”*. Chico relembra que, no quintal de sua casa, a nascente

³⁸ A instalação do sistema foi feita conforme condicionante 87, estabelecida na 49ª reunião URC-JEQ, em que foi aprovada a Licença de Instalação Fase 2 do empreendimento, em dezembro de 2010. Estabeleceu-se a elaboração de “propostas para a solução efetiva de abastecimento regular e retomada dos usos tradicionalmente desenvolvidos” na comunidade de Água Quente (Sisema, 2010, *apud* Torres, 2014).

formava uma pequena “lagoa”, possibilitando um criatório de peixes que eram pescados todos os dias para complementar o almoço. As pescas no córrego Pereira eram realizadas quase todos os dias, após o término dos trabalhos, como me relata Solange: *“lá tinha muita tilapinha, a gente ia lá sempre que acabava as obrigações da gente. Era bom demais!”*.

Enquanto eu caminhava com Solange e Lenita em uma de nossas idas ao Buracão, elas me contaram algumas memórias relacionadas aos usos das águas da localidade. Solange, apontando para o lugar, me comenta que *“antigamente isso aqui tudo era cheio de jabuticaba. A gente ia lá pro rio”*³⁹ [córrego Pereira] *nadar e levava um saco de jabuticaba, e passava o dia lá, nadando e comendo”*. Lenita relembra que seus filhos, quando menores, pegavam pneus no terreno de João Generoso para usar para brincadeiras no rio. Um dos pneus está até hoje no quintal de Lenita, simbolizando o tempo da riqueza da água. Hoje, o pneu serve para deixar água para as galinhas beberem. Embora as histórias dos tempos de lazer nas águas sejam contadas com mais frequência pelos mais velhos, as memórias estão presentes também nos mais jovens.



Figura 8: Galinhas de Lenita e o pneu utilizado pelos seus filhos para brincar no rio. Ago. 2017.

³⁹ Os moradores se referem ao córrego Pereira como “rio”.

Daniela me comenta que *“a vida na roça era boa demais, mas hoje não tem mais nada”*, enquanto relembra as histórias dos banhos no rio que sua mãe havia me contado. Cacá conta que no tempo livre, ela, seus irmãos e primos ficavam debaixo da bica se molhando e brincando, *“um jogando água no outro”*.

As mulheres se encontravam no córrego Pereira e na bica para lavar as roupas e vasilhas. Esse encontro, embora, a priori, acontecesse para realizar as tarefas domésticas, acontecia também como uma forma de sociabilidade e de lazer entre elas, como me conta Lenita:

“A água corria demais. Era uma bica só, todo mundo usava ela. Tinha duas pedras, uma do lado da outra, uma surrava de um lado, outra do outro, e a gente ficava lá conversando” [...] A gente ia lá [no Pereira], lavava lençol, cobertor, vasilha, juntava nós e ficava lá proseando, rindo demais, era bom demais”.

As falas dos moradores lembrando os usos antigos tornam claros os significados em torno do uso da água: o córrego e a bica eram os locais de encontro, de passatempo, de diversão e de sociabilidade, para os moradores e para os parentes vindos de fora. Chico lembra que vinham parentes de longe pra nadar no córrego Pereira, e também pra ver a água da bica, que antes era limpa e cristalina. O lazer era, portanto, uma atividade incorporada às práticas tradicionais, fazia parte do cotidiano dos moradores. Como aponta Galizoni (2003), ideias e sentimentos estão associados aos cursos d’água: a água é um bem de uso cotidiano, como o ar, a comida, a roupa: ela está incorporada à cultura e à vida. A perda ao acesso à água de qualidade das nascentes e córregos causam alterações nos costumes e no cotidiano, provocando diversas “perdas em cadeia” (Torres, 2014).

A pesca, antes do secamento da nascente e da contaminação do córrego Pereira, era uma atividade que compunha o dia-a-dia dos Faustino. Em um momento em que estávamos no terreiro, após o almoço, Solange comentou: *“uma hora dessa a gente não tava aqui não, a gente tava pescando. Dava muito peixinho, muito lambari”*. Hoje em dia, como afirma Lenita, *“cabô tudo. Cadê os peixinho? Num tem!”*. O acesso aos cursos d’água era livre, havia água no quintal de casa, e a água do córrego Pereira era limpa e cristalina, como contam os moradores. Hoje, se querem pescar, os moradores precisam utilizar de águas limpas que estão localizadas em terrenos privados. Em um

dos meus dias em campo, Guilherme e um amigo foram pescar em uma represa em uma fazenda próxima. Ele contou que tiveram de “sair correndo” por causa do dono do terreno. A atividade, que outrora era livre, hoje deve ser feita de maneira escondida: “*o rio era do povo*”, comentou Chico.

Atualmente, as falas sobre a água do córrego Pereira estão sempre associadas à sua contaminação e às coceiras na pele dos usuários. Toco, filho de Eliete, tem algumas manchas nas pernas e, segundo ele, surgiram após entrar no córrego:

“Esse rio aí num pode num pode nem molhar o pé, sai todo coçando, todo empolado. E fede demais. Uma vez entrei lá, que eu tava pescando, eu e Leozinho, entrei lá e saí todo coçando e empolando” (trecho de conversa com Toco, 2017).



Figura 9: Manchas na perna de Toco. Agosto de 2017.



Figura 10: Cor do córrego Pereira

O encontro das mulheres para lavar as roupas e vasilhas hoje não acontece mais. Sempre que presenciava Solange realizando essas tarefas, encontrava-a na mesma posição: sozinha, curvada sobre uma mangueira improvisada, que canaliza a água da caixa d'água e, ao lado, uma mesinha de madeira, onde colocava a louça para secar ao sol. Como é suja, a água da caixa, causa alguns estragos nas louças e roupas dos moradores, como conta Eliete: *“A roupa fica toda amarela. Se tem uma blusa igual essa sua aí, branquinha, já era, estraga toda”*. O medo de contaminar os utensílios utilizados na alimentação com a água suja faz com que Eliete tenha um trabalho dobrado:

Eliete: Eu lavo as minhas vasilhas primeiro com a água da caixa, depois eu lavo tudo de novo com a água do Buracão.

Eu: Por quê?

Eliete: Porque a água dali é suja, né?! Aí eu lavo primeiro com a água da caixa pra tirar a gordura, e depois com a água limpa.

Hoje, elas devem procurar formas para evitar o desperdício de água, que antes se tinha em abundância: *“hoje a gente tem que revezar o dia de lavar roupa, um dia uma usa o tanquinho, no outro a outra usa, senão não dá água pra todo mundo”*, me conta Lenita. Quando ainda restava um pouco da água da bica, os moradores buscaram estratégias para tentar “acumular” água limpa para beber. Foi colocada uma mangueira, que ia desde onde a água brotava até uma caixa d’água, na tentativa de acumular a pouca água que restava com a água da chuva. No entanto, a partir de 2011, *“a água foi secando, secando, secando, até não ter mais”*, e até a localidade começar a ser abastecida pelo caminhão pipa, os moradores chegaram a ficar alguns dias sem água. Foram os moradores e parentes da comunidade de Água Quente que ajudaram os Faustino, fornecendo água através de galões.

Os moradores, portanto, passaram a buscar estratégias para garantir a própria subsistência, dada as transformações causadas pelo empreendimento. Como aponta Bebbington (2011), resgatar o cotidiano é fundamental para se compreender a transformação capitalista dos territórios, uma vez que o cotidiano se caracteriza pelas rotinas de subsistência e na medida em que a construção social do território passa pelas estratégias de vida da população. Nesse sentido, ainda que este trabalho não trate de forma mais detalhada as estratégias de resistência dos Faustino, considero importante falar, ainda que brevemente, da luta dos moradores, que se faz cotidiana e em um nível não tão perceptível. Manter as hortas e buscar formas de remanejá-las, por exemplo, ainda que com todas as dificuldades, reflete na luta dos moradores de manter seus costumes tradicionais.

A luta pela terra e pelo acesso a outros recursos produtivos não assume apenas a dimensão mais visível das lutas camponesas. Ela se processa igualmente em um nível menos perceptível, por outras formas de resistência que dizem respeito às estratégias implementadas pelos camponeses para trabalhar, mesmo em condições tão adversas, e assegurar a reprodução da família (Mota e Zarth, 2008, p.15).



Figura 11: Solange no local onde brotava a nascente dos Faustino. Agosto 2017.

2.2 Efeitos no sistema de produção

Como apontado anteriormente, a água é um elemento central para fertilidade da terra, seja ela na sua forma de nascente ou de chuva. Galizoni (2013) aponta sobre a importância da água para as comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha:

A água era, assim, crucial para a produção agrícola nos bairros pesquisados: a água que vem do céu, das chuvas, que molha as lavouras e mantém as minas na terra, e as águas dos córregos usadas para regar as hortas, irrigar lavouras na seca e movimentar os moinhos (Galizoni, 2013, p. 77).

No caso estudado, as hortas, antes da chegada da mineração, ainda que pequenas, possuíam cultivos que permitiam complementar a alimentação dos moradores. No geral, era comum o cultivo de alface, couve, cenoura, repolho, almeirão, cebolinha, mostarda, pimenta, chuchu, tomate, salsinha, hortelã e também algumas plantas medicinais. A horta de Lenita é a que ainda possui maior quantidade de cultivos. Sua horta era combinada da seguinte forma: metade era destinada aos cultivos citados, e a outra metade, ao cultivo de inhame. Este cultivo necessita muita água para o seu crescimento, e com a falta d'água, sua produção se tornou impossível. O inhame era destinado tanto

para a alimentação dos moradores quanto para a alimentação dos porcos que criava em seu quintal, quanto para vender para as comunidades próximas. Como uma reação em cadeia, a escassez de água impossibilitou, também, a criação de porcos.

Eu: Por que vocês pararam de criar porcos?

Lenita: Ah, por causa da água, né. Precisa de muita água pra eles beber, pra fazer comida pra eles.

Eu: O que eles comem?

Lenita: Ah, banana, inhame, milho, tudo cozido. Aí tem que ter água pra fazer, né.



Figura 12: Horta de Lenita. Agosto, 2017.

Zhourri *et al* (2011), afirmam que, ao se considerar o sistema produtivo das comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha, compreende-se “o papel das vazantes enquanto uma unidade funcional que colabora para a composição do *fundo de manutenção*, ao mesmo tempo em que constitui um domínio indispensável para a consecução de uma importante estratégia reprodutiva” (idem, p.37). O “fundo de manutenção” dos Faustino, se dava através das vendas dos porcos e de alguns doces produzidos, ainda que feitas raramente e sem regularidades, permitindo a complementação da renda familiar, possibilitando

“*salvar umas continhas*”, como relatou Solange. Os moradores vendiam os porcos por um valor de 120 reais, o que lhes rendia “*um dinheirinho bom*”. Nesse sentido, a criação, como aponta Zhouri (idem), funciona não apenas como complemento da alimentação, mas também como uma reserva de valor, operando no sistema econômico do campesinato como “uma das salvaguardas mais tradicionais contra as dificuldades econômicas” (Scott, 2009:36, *apud* Zhouri, *et al*, 2011:45). Esse fundo de manutenção, como visto anteriormente, depende necessariamente dos usos da água para a sua realização. Assim, com o secamento das nascentes após a chegada do empreendimento, o fundo dos Faustino se tornou prejudicado e já não mais é adquirido pelas vendas eventuais de doces e porcos.

Por causa da seca, Solange teve que mudar a sua horta de lugar, sendo remanejada para um lugar mais úmido e fresco, que ela chama de “brejo”, por ser próximo de onde antes corria a nascente. Ela também possui algumas ervas medicinais como losna, maçilica e poejo, cujos usos ela me explicou pacientemente. No local onde era a antiga horta, hoje Solange mantém alguns cultivos como saião, acerola e ameixa. Darsília, sua prima e moradora da comunidade do Passa-Sete, havia lhe dado algumas mudas de couve, enquanto eu estava em campo, que foram usadas para complementar a nossa alimentação.



Figura 13: Parte da horta de Solange. Agosto, 2017.

Daniela, na casa em que vive com Magno, cultivava uma pequena horta, que contava com couve, alface e tomate. Ela e Magno desistiram de mantê-la, pois não há mais água para regar as folhas. Eliete, antes da falta de água, cultivava tomate, alface, couve, almeirão e até repolho que, segundo ela “*é mais difícil de dar*”. Hoje, ela possui apenas

algumas mudas de alface, couve e mostarda: “*sem água num dá pra ter horta, né?! Será que faz mal pra planta molhar ela com água suja?*”, questionou ela.



Figura 14: Horta de Eliete. Agosto, 2017.

Os moradores costumam dizer que “as águas vem da Serra” e associam o secamento das nascentes e a falta de chuvas com a chegada da mineração:

“Meu pai falava que as águas vinham da Serra, que lá é que forma as nuvens pra chover, mas se não tem água não chove, e num tem mais, eles [empresa] acabaram com tudo. [...] Antigamente a gente tava na roça, aparecia as nuvens e a gente saía correndo. Antes a gente tinha água demais, foi secando, secando, secando até não ter mais (trecho de conversa com Lenita, 2017)”.

“A mineradora acabou com a Serra, que a Serra gera as nuvens, mas ela [empresa] foi furando, furando, aí a gente vai só perdendo” (fala de Solange, 2017).

Lenita explica que para a manutenção das hortas, a irrigação das plantas com mangueira não é suficiente, pois assim as plantas são molhadas apenas “superficialmente”. São necessárias as águas das chuvas, que infiltram no solo e permitem a fertilidade da terra. Além disso, a água utilizada para irrigar as plantas vem da caixa d’água e, como

comenta Daniela, “*não adianta nada molhar as plantas com água suja, contamina as folhas tudo, e pra molhar tem que ser água limpa, né*”. A manutenção das hortas, portanto, ficou prejudicada:

Solange: Antes a gente tinha nossa horta, colhia bastante verdura, alho, nós vendia alho, fazia aquelas trancinha, era bonito demais. A gente colhia chuchu, mamão, tudo na horta, era tempo bom mesmo. Hoje se a gente quiser comer verdura tem que comprar, antigamente a gente vivia na fartura, hoje tem hora que tem que comprar. Se eu for lembrar tudo o que a gente colhia, dava um caderninho desse aí. A gente acaba ficando triste também.

Eu: E cês faziam muito doces?

Solange: A gente fazia doce de mamão, de manga, de leite. Mas tem hora que a gente esmorece de fazer doce, suja muita vasilha, e se não tiver água pra lavar? Tinha hora que a gente vendia, dava pra salvar umas continha da gente.

Os Faustino, que antes cultivavam e consumiam os legumes, verduras e hortaliças, por meio do trabalho autônomo na própria terra, hoje se veem dependentes das ajudas de outrem – dos parentes, dos patrões, como é o caso de João – e, agora, da própria empresa, para o fornecimento de água. Além disso, se veem obrigados a comprar nos mercados, aumentando os gastos dos grupos domésticos. A dependência dos moradores, já presente em sua subordinação à fazenda, de quem precisam para poder botar roçado e garantir a subsistência alimentar, se torna ainda mais significativa com o acesso restrito à água.

“Antes a gente plantava, agora a gente tem que depender dos outros. De vez em quando a Suzana dá uns pés de alface pra nós. Tem gente que fala que a gente tem condição de plantar e não planta, mais num tem água, uai. Quê que adianta molhar as folha com água suja?” (trecho de conversa com João).

A falta da chuva afeta também nas produções do roçado. Lenita comenta que “*diminuiu a plantação, né, num chove mais, eles [empresa] acabaram com a natureza nossa, precisa de água na Serra pra chover, né*”. Ailton conta que “*antes o milho dava em abundância. Uma vez eu voltei pra casa com o milho enrolado na camisa, de tão pouco que era. Deu pra dá só pras galinhas. Eu só continuo plantando porque eu gosto muito é mesmo*”.

A partir desse trecho da conversa com Ailton, em que ele afirma que “*só continua plantando porque gosta muito*”, considero importante resgatar o que brevemente foi

tratado em tópico anterior, sobre a luta e resistência dos atingidos. A produção, embora tenha reduzido desde a chegada da mineração, é mantida como um hábito tradicional, e é realizada pelo apreço em botar o roçado. Continuar plantando, mesmo com todas as dificuldades é um ato de luta para manter as condições de existência, “luta que refere-se a tudo aquilo que se é obrigado a enfrentar no dia a dia para viver dignamente” (Carvalhosa, 2016, p.89). Vale resgatar, também, as mudanças que a autora analisa, antes da chegada da mineração, como colocado no capítulo 2 deste trabalho, e as mudanças que ocorreram depois da chegada da mineração. Mesmo com as transformações causadas com o empreendimento, a autora coloca que os valores permanecem, se desdobrando ao campo da honra. Essa mobilização dos valores da honra se constitui como uma forma de resistência à mineração no local. Complementarmente, como aponta Woortmann (1990), o apego à tradição é uma forma de sobreviver às transformações: “manter-se produtor rural em meio ao processo mais geral de proletarianização ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói possibilidades do futuro” (p.17).

As nascentes que fluíam nos terrenos dos fazendeiros também secaram. Na fazenda de João Generoso foi instalado um poço artesian, o que, obviamente, não soluciona o problema da diminuição das produções de milho, feijão e mandioca dos Faustino, que dependem das “águas da Serra”. Quando é a época de colheita do roçado, os Faustino têm de levar galões de água pra poder beber durante o dia de trabalho. Assim, eles acabam voltando mais cedo, quando antes poderiam passar o dia todo roçando. O trabalho diário nas fazendas também é afetado, como relata Chico: *“lá onde eu trabalho [fazenda do Betônio], não tem água. Se acabar a água, nós tem que vim embora, que fica com sede nós num guenta”*.

Bittencourt (2017), analisou algumas das transformações causadas pelo empreendimento Minas-Rio. Para atestar a hipótese de que a queda das produções agrícolas na região de Conceição do Mato Dentro está associada a chegada da mineração, o autor cruzou relatos dos moradores das comunidades atingidas com os dados do IBGE Cidades de 2017. Conforme o autor, no que diz respeito às lavouras

temporárias, é possível perceber tendência de queda significativa de quatro produções importantes. Em 2004, eram produzidas 2.550 toneladas de milho, 1.200 toneladas de mandioca, 430 toneladas de arroz e 172 toneladas de feijão. Em 2015, esses números caíram para 1.200, 300, 20 e 36 toneladas, respectivamente. Para Bittencourt (2017), a explicação dessas quedas é multicausal. Um primeiro elemento causal, seria que a agricultura baseada no sistema de meia/terça teria perdido trabalhadores rurais por conta da expectativa de empregos na Anglo American. Outro aspecto que guarda relação com o desestímulo agrícola que o autor aponta é

a insegurança jurídica em torno da posse da terra, e do risco de não permanecer em seus terrenos. Segundo o relatório da Diversus, vários produtores em processo de negociação com a empresa foram orientados por funcionários do empreendimento a paralisar as plantações, pois a colheita não estaria certa. (DIVERSUS AMBIENTE E CULTURA, 2011, p. 232, *apud* Bittencourt, 2017, p.90).

Outra motivação analisada pelo autor seria, como já visto ao longo deste capítulo, os *impactos nos recursos hídricos*. Para sustentar sua ideia, o autor cita um relatório produzido pelo GESTA em 2014, que aborda alguns relatos de moradores acerca da falta d'água na região:

No trabalho de campo de pesquisadores do GESTA/UFGM (ZHOURI et al, 2014), realizado nas comunidades rurais afetadas pelo empreendimento Minas-Rio em julho de 2013, esse aspecto aparece na percepção dos moradores atingidos pelo empreendimento. Apontam a perda de utilidade dos terrenos com a inviabilização dos cursos d'água, como por exemplo, nos terrenos cortados pelo Córrego Pereira - que sem o córrego, segundo uma moradora, “não serve para nada”. (ZHOURI et al, 2014, p. 38, *apud* Bittencourt, 2017, p.90).

Da abundância à falta, a Família agora vive diversas transformações no seu modo de vida. A falta d'água provocou efeitos como a diminuição das hortas, da produção do roçado, o fim da criação dos porcos e da fabricação de doces; além da ida das mulheres ao “Buracão”, alterando todo o sistema de produção e as dinâmicas sociais dos moradores. Esses efeitos geram outros, produzindo perdas em cadeia e novos deslocamentos. Com a diminuição das hortas, por exemplo, aumentam-se os gastos nos mercados com a compra de legumes e verduras que antes se plantavam no próprio terreno. Quando não há dinheiro, os moradores ficam sem comprar e,

consequentemente, sem complementar a alimentação com os cultivos. Com a pesca, era possível consumir proteína animal todos os dias. Com a criação dos porcos, era possível, vez ou outra, ter carne no prato, além da possibilidade de fazer dinheiro em caso de necessidade. *“Hoje, se quiser comer peixe, tem que comprar. Se a gente for comprar um filé tem que comprar um quilo, fica caro demais”*, comenta Chico. A dieta alimentar dos Faustino, portanto, se torna gravemente comprometida, o que pode, possivelmente, acarretar problemas de saúde aos moradores. Além disso, passam a depender do mercado para adquirir mantimentos que eles mesmo produziam, o que “traduz o avesso da lógica prezada pelas famílias, qual seja, a autonomia expressa na busca de gestão e controle interno sobre as condições de produção” (Zhour, *et al*, 2011, p. 44).

As idas ao “Buracão” para buscar água, como visto no capítulo anterior, é uma atividade predominantemente feminina. Assim, há uma sobrecarga do trabalho feminino, como conta Solange:

Solange: Isso aqui atrasa a gente demais, minha filha. Olha só, a gente deve ter demorado uma hora aqui.

Eu: E a senhora ia tá fazendo o quê agora se não tivesse que vir buscar água?

Solange: Ah, eu ia tá lavando roupa, fazendo comida pra quando os meninos chegar. A gente pena demais, viu.

Eu: E desde quando a senhora vem buscar água aqui?

Solange: Ah, desde 2011, 2012. Desde que a empresa chegou.

Eu: Nó, tem uns 6 anos então que cês vem buscar água? Dá trabalho demais procês.

Solange: Dá, uai, a gente tem que parar as obrigações da gente pra vir buscar água.



Figura 15: Solange pegando água no “Buracão”. Agosto, 2017.

O tempo gasto por elas para buscar água, de acordo com o Jornal O tempo (2017), é equivalente ao registrado nas regiões mais pobres do planeta. Na África Subsaariana, a tarefa de buscar água também é realizada por mulheres ou crianças, e uma caminhada para buscar água dura, em média, 33 minutos nas áreas rurais, apenas quatro minutos a mais⁴⁰ do que o tempo que os moradores dos Faustino levam para buscar água. Conforme Galizoni (2003:139), “modificam-se as rotinas de trabalho da família: transformam-se os instrumentos, jornadas e formas de trabalhar, uma vez que a mulher vai dedicar maior parte do seu tempo à busca de águas em nascentes distantes” e, dessa forma, “o trabalho feminino torna-se mais árduo”, o que compromete as demais atividades do dia.

Portanto, o secamento das nascentes e a contaminação do córrego Pereira reforçam ainda mais a situação de privação e dependência dos Faustino. Zhouri *et al* (2011), ao fazerem uma análise dos deslocamentos das comunidades ribeirinhas localizadas à jusante da barragem de Irapé, no Vale do Jequitinhonha, particularmente no que diz

⁴⁰ De acordo com o Jornal O Tempo, no dia em que a reportagem acompanhou a ida de Solange até o Buracão, o tempo estimado foi de 29 minutos, totalizando quase uma hora de deslocamento ida e volta.

respeito aos usos da água, constataam uma situação parecida com a que a localidade dos Faustino vive hoje, após a chegada do empreendimento Minas-Rio:

Limita a terra disponível para trabalhar, extingue um domínio de lavoura que prescinde das chuvas, restringe os meios de produção que asseguram a reprodução familiar e reflete a perda do controle sobre a força de trabalho familiar, alterando, assim, gravemente um modelo específico de organização da agricultura familiar, este assentado em práticas e saberes desenvolvidos em estrito engajamento com o meio e suas diferentes, porém complementares, potencialidades (...) A fluência e a “fartura” são agora substituídas pelas perdas que se multiplicam, pela restrição da produção e do trabalho, obrigando a um esforço imperativo e constante de compreender a temporalidade de uma paisagem “imprevisível” (Zhou et al, 2011, p. 45/46).

Chico comenta que “*nesse lugar aqui não dá pra viver mais não*”, quando o pergunto se desejaria sair dali, onde foi nascido e criado, caso viessem a ser reassentados. A maioria dos jovens ambiciona deixar a vida na roça para morar e trabalhar em Conceição do Mato Dentro ou em Belo Horizonte. Torres (2014:108), ao analisar as transformações na comunidade de Água Quente, causadas, sobretudo, pela contaminação e diminuição da vazão do córrego Passa-Sete, aponta que, para os moradores, “o rio era um lugar, um lugar de encontro, lugar de lazer e lugar de histórias. A ele se ligam as experiências, memórias e narrativas, e a sua perda altera o próprio sentimento de pertencimento do lugar”. O mesmo ocorre com a Família Faustino: a maior parte das atividades tradicionais dos Faustino era realizada em torno da água e, por isso, as memórias e histórias do passado recente dos moradores são indissociáveis dos usos antigos no córrego Pereira e na nascente que corria em seus quintais. O “lugar”, preenchido pela memória e história, assume importância e vitalidade para as comunidades (Zhou et al, 2005). O lugar, para os Faustino, se fazia no rio, no córrego, na bica. A perda ao acesso à água em abundância altera o sentimento de pertencimento ao lugar: “*nesse lugar não dá viver mais não*”.

A impossibilidade dos usos tradicionais no córrego Pereira, na nascente que fluía nos quintais e a precariedade do sistema de abastecimento, produz graves e significativas transformações no modo de vida da Família Faustino, que agrava a situação de vulnerabilidade em que se encontra. Na medida em que perdem suas condições de

produção e reprodução social, perdem o acesso aos recursos naturais, ao direito humano básico de ter acesso à água potável para beber e à segurança de viver em seu território, os moradores da localidade configuram-se cada vez mais na violência do processo de *deslocamento in situ*. Sem sair do lugar, eles tiveram suas condições de vida transformadas, perdendo o acesso aos cursos d'água, aprofundando ainda mais a situação de vulnerabilidade que já viviam: os moradores se tornaram, assim, deslocados em sua própria terra.

3.1 “*Hoje em dia qualquer pessoa já fica com medo no tempo de chuva*”: inseguranças quanto à barragem de rejeitos

Quando chega o período de chuvas, a água “*fica barro, fica cor de terra*”, comenta Chico. Segundo ele, antes da mineração, o córrego Pereira sujava de barro, mas logo limpava e, após a chegada do empreendimento, quando chove, a água suja de barro e demora a se limpar novamente. Ele comentou isso ao relembrar o episódio do rompimento de uma das bacias de contenção da empresa, em 2011, que provocou o assoreamento dos córregos Pereira e Passa-Sete: “*ainda tem barro até hoje pra esses lado aí, só que agora tá seco, né*”. Isso traz incertezas e preocupações dos moradores quanto ao abastecimento de água futuro, como conta Lenita de uma conversa que teve com seus filhos: “*eu falei com meus meninos, gente, **quando chover não tem água aqui, como que nós vamos tomar água?!.***”.

A água da chuva assume, então, novos significados. Antes, simbolizava a fertilidade da terra e a certeza dos bons frutos da produção. Hoje, a chuva também significa medos e inseguranças. Primeiro porque, com ela, as águas se tornam mais barrentas, trazendo incertezas quanto ao abastecimento futuro dos grupos domésticos. Segundo porque, localizados à jusante da barragem de rejeitos, os moradores da localidade temem o seu rompimento, principalmente quando em períodos chuvosos, como conta Solange:

“Eles colocaram aquele trem [sirene] lá pra avisar, mas até que toca já correu água, a gente num guenta correr, né, a gente já tá de idade, tem criança, né, gente velha, a gente tem que pegar eles, aí já pegou nós tudo. Muita chuva a represa vai enchendo e não aguenta o peso. **Hoje em dia qualquer pessoa já fica com medo no tempo de chuva**, a gente tá aqui em baixo, né. A gente quer a vida da gente e a água também a gente quer” (trecho de conversa com Solange, 2017).

Conforme Prates (2017), a construção da barragem de rejeitos da Anglo American iniciou-se na fase de instalação do empreendimento, em 2010. A aprovação da implementação da estrutura ocorreu na reunião 43ª URC-JEQ, com a concessão da Licença de Instalação Fase 2. A barragem foi construída no território em que se situava a comunidade reassentada de Água Santa/Mumbuca, que possuía redes de relações de parentesco, solidariedade, trocas de dia de trabalho e comércio com as comunidades próximas, dentre elas, Água Quente e a localidade dos Faustino⁴¹. De acordo com o EIA/RIMA da primeira fase do empreendimento (*apud* Antonietti, 2017), o regime operacional da barragem de rejeitos influencia o balanço hídrico da região onde está instalado o empreendimento, causando *impactos* como desestruturação do solo, alteração da qualidade das águas, alteração nas propriedades do solo, alteração física da paisagem, supressão da vegetação, alteração na qualidade da água, indução a processos erosivos e assoreamento dos cursos d'água.

O rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana, em novembro de 2015, considerado o maior desastre tecnológico e ambiental do Brasil, “intensificou a consciência dos moradores acerca do risco a que estão, concreta e efetivamente, submetidos” (Antonietti, 2017, p. 54). Após o desastre, a comparação entre o fato passado – o rompimento de Fundão – e a possibilidade de um evento futuro – o rompimento da barragem do Minas-Rio – é inevitável: “*Quando chove aquilo lá [barragem] enche, né?! Aí a gente num sabe o que pode acontecer, e a gente tem medo, tem nossas coisas aí, nossos filhos, depois acontece que nem lá em Mariana*”, comenta Eliete. Como aponta Prates (2017), essa comparação é uma forma dos atingidos evidenciarem que a insegurança e sofrimento que vivem não é um “medo simbólico”

⁴¹ Com o reassentamento da comunidade de Água Santa, onde viviam os parentes de Lenita e Solange, as moradoras perderam os laços com seus familiares. Lidiane, filha de Lenita, me contou durante uma conversa que, antes do reassentamento, todos os finais de semana a família ia visitar Dona Melina, mãe de Lenita. Depois que foram reassentados e alocados na comunidade do Molar, próximo ao município Conceição do Mato Dentro, as visitas a ela são raras. Lidiane me conta que a última vez que viu a avó foi no aniversário de Melina, em agosto de 2016.

como dizem os órgãos ambientais e a mineradora. É um medo real, concreto, “um sofrimento elaborado cotidianamente” (p.88).

Os Faustino já vivenciam uma situação de vulnerabilidade social, pela exclusão a que estão expostos, estando desprovidos de atendimento por serviços básicos adequados ou suficientes. Scott (2009:187) define essa vulnerabilidade de “insegurança estrutural”, “que compõe a natureza excludente abrangente do desenvolvimento brasileiro, sistematicamente sujeitando todos e, sobretudo, as camadas mais pobres”. Os efeitos do empreendimento Minas-Rio, as perdas em cadeia, e a responsabilidade da Anglo American e do Estado pelos deslocamentos devem ser considerados tendo em vista a configuração do que Scott (2009) chama de “insegurança administrada”. A insegurança administrada ocorre “quando o inusitado ou o inesperado se torna realidade” e quando “a clareza das ameaças imediatas à segurança cria tanto uma intensificação de preocupações que já eram latentes, quanto introduz preocupações novas” (Scott, 2009:188, 190). No caso em tela, o inesperado e o inusitado se referem à supressão das nascentes, a contaminação do córrego Pereira, que impossibilitaram os diversos usos tradicionais, produzindo diversos deslocamentos e perdas em cadeia, e, também à descoberta de que estavam à jusante da barragem de rejeitos, momento “em que surgiram os sentimentos de ameaça, medo e preocupação em suas vidas” (Prates, 2017:64).

Como aponta Prates (2017), a instalação da barragem de rejeitos do Minas-Rio foi considerada pelo Estado como uma construção dentro dos parâmetros legais das normas ambientais e, de acordo com a empresa e órgãos ambientais, a segurança da barragem está garantida, tendo em vista as medidas de segurança tomadas. Os perigos da barragem “são assumidos como parte natural do processo de produção” (idem, p. 67), e são consideradas meras externalidades passíveis de solução, prevenção ou compensação. A única medida tomada como plano de emergência foi a instalação de sirenes para “avisar” aos moradores caso haja um rompimento. Ainda assim, tomando como referência a tragédia em Mariana, os moradores temem que o sistema possa não constituir uma medida efetiva de proteção: *“não adianta por sirene não, que a água vai*

correr rápido, igual corre a água de um córrego. Não tem pra onde fugir não”, comenta Chico.

O Estado, na figura dos órgãos ambientais licenciadores, “assume o papel de gestor dos riscos”⁴² (Prates, 2017, p.68). Esse papel “aloja-se na fé nas soluções tecnológicas para as chamadas “externalidades” do processo produtivo” (Zhourri, *et al*, 2005:13), visão imbricada na noção de desenvolvimento. Os “benefícios” e o “progresso” que o desenvolvimento traz “compensam” os riscos que um empreendimento envolve.

Os agentes do Estado ganham nomes, faces e rostos, tanto individuais quando institucionais, e a possibilidade de avaliar o seu potencial para a ação se aguça, frente às ações propostas e realizadas. É, em parte, um processo contrário à insegurança estrutural, pois da expectativa de vulnerabilidade decorrentes de um Estado omissor, passa para uma expectativa de vulnerabilidade proveniente de um Estado presente e ativo, administrador de benefícios e danos. O Estado se torna alvo de vigilâncias que ele mesmo estimulou (Scott, 2009, p. 190).

Os moradores, recorrentemente, comentam que *“aqui a gente não dorme mais”*, e que, caso haja um rompimento *“a gente não tem pra onde correr não”*. No entanto, de acordo com a empresa Diversus (2014), o sentimento de medo das comunidades em relação à barragem de rejeitos se configura como um *impacto* “pouco palpável” (p.146).

Devido a particularidade deste impacto e por se tratar de sentimentos da população **sem fundamento técnico** não é possível avaliar a significância deste. Porém ressalta-se que as recorrentes reclamações das comunidades evidenciam que provavelmente os programas de comunicação da empresa sobre a estabilidade da barragem não estão sendo suficientes ou efetivos. O fato da significância do impacto não ter sido avaliado como dos outros impactos, não implica que o impacto seja pouco significativo. Este impacto está relacionado com sentimentos da população pouco palpáveis e difícil de serem mensurados, porém tais sentimentos são muito significativos para população local, segundo entrevistas (Diversus, 2014, p.146)

Ao avaliar o medo dos moradores como algo “sem fundamento técnico”, a Diversus desqualifica e deslegitima as narrativas dos mesmos. Todo o sofrimento que vivem é silenciado e, conforme Prates (2017), não é passível de reconhecimento, uma vez que

⁴² Vale precisar melhor o conceito de risco que aqui se utiliza. Oliveira (2014) aponta que o que se multiplica na modernidade não são os riscos em si, mas a propensão de tratar os processos em termos de risco. Esse tratamento implica operar sobre uma realidade em que a probabilidade de ocorrência de eventos negativos está naturalmente dada e, assim, os riscos são entendidos como elementos que não podem ser extintos, mas sim, mitigáveis: “a lógica do risco está assentada, portanto, no poder de polícia do Estado e sua prerrogativa de regular os assuntos relativos à saúde e segurança da população” (p.169).

não existe uma “prova material”. Os olhares e os saberes rurais, não enquadrados pelo discurso técnico-científico, são excluídos do processos de classificação e de definição sobre os destinos dos espaços, como apontam Zhouri *et al* (2005). Além disso, o medo é considerado decorrente de uma “falta de comunicação eficiente” da Anglo American com os moradores. Consolida-se, assim, o paradigma da adequação (Zhouri, *et al*, 2005), em que o empreendimento assume caráter inexorável, exigindo a adequação do ambiente e dos atingidos aos propósitos da obra.

Zhouri *et al* (2011) ao abordarem o quadro de “insegurança administrada” das comunidades rurais à jusante da barragem de Irapé, no Jequitinhonha, apontam que a violência das transformações das comunidades, causadas pela supressão das vazantes, se traduz na sujeição às novas condições de existência, ampliando a situação de vulnerabilidade e dependência a que estão submetidos. Além disso, conforme os autores, uma dupla violência se exerce sobre as comunidades: a violência estrutural, expressa na falta de acesso a serviços básicos, que se soma aos efeitos do empreendimento. O mesmo parece ocorrer no caso dos Faustino, a partir da chegada do empreendimento Minas-Rio e do temor quanto a um possível rompimento da barragem de rejeitos. O Estado, atuando como um gestor de riscos, e a Anglo American, com o empreendimento Minas-Rio, surgem como agentes fundamentais que criam novas condições de vulnerabilidade e insegurança, configurando uma situação de “insegurança administrada”. Antes da implantação do empreendimento, os moradores já viviam uma situação de dependência. Depois, os moradores foram obrigados a conviver com o *inusitado* e o *inesperado* - os efeitos e deslocamentos provocados pela mineração na região - intensificando e criando novas preocupações: a de manter o modo de vida, as condições de existência e a própria vida.

Considerações finais

As imagens de satélite e os estudos geológicos que, em tese, orientam as empresas mineradoras para se instalarem em determinado lugar, não trazem consigo toda a carga da relação histórica, cultural e simbólica construída com os territórios pelas populações que têm suas vidas imbricadas àquela terra, àquela paisagem, àqueles rios. A expansão da mineração, como aponta Bebbington (2011) traz de encontro distintas geografias, distintos territórios e distintos modos de vida. Assim, não é de se surpreender que a atividade carregue consigo diversos conflitos ambientais.

O empreendimento Minas-Rio instaurou uma forma de apropriação do território baseada em uma visão desenvolvimentista, oposta à apropriação do território pelas comunidades rurais, que constituem sítios familiares territorialmente articulados entre si, formando comunidades de parentesco, que se caracterizam, na maioria dos casos, por terrenos de herança e uso comunal da terra (MPF, 2009). Consequentemente, o empreendimento deflagrou um dos mais graves conflitos ambientais de Minas Gerais. Diversas denúncias são feitas desde a fase de pesquisa do empreendimento, denunciando os efeitos nos usos da água, violação de direitos humanos, negligências na condução do licenciamento ambiental, ensejando a luta das comunidades para serem reconhecidas como atingidas.

A situação da Família Faustino se torna um exemplo fundamental e emblemático das perdas causadas pelo empreendimento Minas-Rio, a partir do momento em que a *firma* se apropria desse território já historicamente ocupado. Uma das transformações mais significativas para os Faustino é o secamento das nascentes e a contaminação do córrego Pereira, impossibilitando diversos usos tradicionais dessas fontes de água. Atividades simples, fundamentais ao lazer das crianças, que compunham seus cotidianos, hoje não existem mais: nadar, se banhar, brincar nas águas. Atividades essenciais para garantir a subsistência alimentar da família se viram prejudicadas: a manutenção das hortas, e mesmo de um “fundo de manutenção” dos moradores. Já não é possível fazer vendas, ainda que raras, dos cultivos colhidos da horta, e nem criar porcos. As “águas que vem da Serra”, fundamentais para a fertilidade do solo e garantir as boas colheitas do roçado, hoje são poucas, e são associadas, pelos moradores, ao

secamento das nascentes e córregos da região: “*a riqueza nossa é a natureza, é a água, e eles acabaram com tudo*”, me comenta Lenita.

A luta dos moradores começa quando veem a sua condição de existência prejudicada. A luta se expande a partir do momento em que não são reconhecidos atingidos pela Anglo American. Tornam-se invisibilizados. Suas falas, denúncias e experiências são deslegitimadas, uma vez que todas as transformações são subsumidas a meros *impactos*, *temporários*, *mitigáveis*, *passíveis de resolução*. Esses *impactos*, como analisado, constitui o substrato de transformações permanentes para os atingidos, com graves perdas e implicações para o modo de vida, impedindo as formas de produção e reprodução social. A luta se faz presente, também, na medida em que o modo de produção da Família, associado aos saberes tradicionais, passados de geração em geração, são mantidos, permanecendo como um valor honra, honra esta que se constitui, conforme Carvalhosa (2016), como uma forma de resistência à mineração na região.

“*A empresa acabou com tudo*”, frase dita pelos moradores, revela a complexidade do conflito: acabam-se não somente os rios, córregos e nascentes, mas todo um modo de vida, um modo de ser e fazer que das águas dependem. A água é riqueza da natureza, é dádiva. Sem ela, os atingidos se tornam deslocados em sua própria terra. A maioria dos usos em torno da água constitui, hoje, o mundo das memórias. Nadar no rio, ficar debaixo da bica “*um jogando água no outro*”, o encontro das mulheres, a pesca tradicional, nada é mais possível. Concretizar esses usos, hoje, só a partir das histórias contadas sobre esse passado recente. O passado, assim, se faz presente, na medida em que o resgate da memória vai (re)construindo essa identidade social, que está intrinsecamente relacionada aos usos tradicionais na água.

Além dos diversos deslocamentos decorrentes da interrupção nos usos tradicionais da água, a Família Faustino se vê ainda mais vulnerável com o temor quanto ao possível rompimento da barragem de rejeitos. A falta de esclarecimentos e transparência da empresa e o desastre ambiental e tecnológico do rompimento da barragem de Fundão em Mariana, em 2015, tornam esse medo ainda mais concreto, medo este que é considerado pela Anglo American, como os demais efeitos do empreendimento, como subjetivos, sem fundamentação técnica. Considerar as transformações como *impactos*,

oculta a dimensão política dos megaempreendimentos: o carácter predatório, desigual do desenvolvimento, que produz a injustiça ambiental e social: *“a gente quer a vida da gente e a água também a gente quer”*.

Referências Bibliográficas

ANGLO AMERICAN. Resposta ao laudo técnico elaborado pelo Sr. Fernando Figueiredo Goulart, sobre o relatório de Impacto Ambiental referente ao empreendimento de extração de minério de ferro nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim pela empresa MMX. 2008.

ANGLO AMERICAN. “Nossos negócios”. Disponível em: http://brasil.angloamerican.com/nossos-negocios/minerio-de-ferro?sc_lang=pt-PT. Acesso em outubro de 2017.

ANGLO AMERICAN. Ofício AFB-EXT 139-2010. Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável SUPRAM Jequitinhonha. Minas Gerais, 2010.

ANTONELLI, Mirta A. Minería Transnacional y Dispositivos de Intervención en la cultura: la gestión del paradigma hegemónico de la minería responsable y desarrollo sustentable”. In. SVAMPA, Maristella & ANTONELLI, Mirta A. Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistências sociales. Biblos: Buenos Aires, 2009, pp. 51 – 101.

ANTONIETTI, Yasmin. “Da resistência cotidiana à mobilização: uma análise da trajetória de São José do Jassém frente à mineração”. Trabalho de conclusão de curso, UFMG. 2017.

BARBOSA, Rômulo. “Mineração no Norte de Minas Gerais: tensões e conflitos pelo acesso e uso da água”. Universidade Estadual de Montes Claros. Revista Desenvolvimento Social, nº11/01, p.43/50. 2014.

BITTENCOURT, C. A corporatização do território de Conceição do Mato Dentro (MG) pela mineradora Anglo American: estratégia corporativa e subordinação do lugar. Dissertação de mestrado, UFRRJ, 2017.

BRONZ, Deborah. Empreendimentos e Empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, sec. XXI. Tese em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2011 (PARTE I – Por detrás dos panos e na ribalta).

CARNEIRO, E.J. Política Ambiental e a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável. In: A insustentável leveza da política ambiental. ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. (orgs). Editora Autêntica. 2005.

CARVALHOSA, Natália. “Fora daqui não sei andar”: movimentos de roça, transformações sociais e resistência da honra em comunidades rurais de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2016.

CHÉRREZ, C.; PADILLA, C.; OTTEN, S.; YUMBLA, M.R.; “Cuando Tiemblan los Derechos: Extractivismo y criminalización en America Latina”. Observatorio de Conflictos Mineros de America Latina (OCMAL). 2011. Disponível em: <http://www.rebelion.org/docs/150198.pdf> . Acesso em outubro de 2017.

COLETIVO MARGARIDA ALVES. Dossiê Denúncia. “Ameaças e violações ao direito humano à água em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, Minas Gerais”. 2017.

DAOU, Ana Maria. “Notas comprometidas sobre a discussão dos efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos, antropologia e a atualidade da temática”. In: Revista de Antropologia Social dos alunos do PPGAS – UFSCAR. Volume 2, número 2, dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/05/rauv2n2.pdf>. Acesso em outubro de 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos. “Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras” In: I Encontro Internacional: Governança de Água, São Paulo, novembro de 2007. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/simbolagua.pdf>. Acesso em outubro de 2017.

DIVERSUS. Diagnóstico Socioeconômico da Área Diretamente Afetada e da Área de Influência Direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. (Ex-MMX Minas-Rio Mineração S.A.) - Lavra a Céu Aberto com Tratamento a Úmido Minério de Ferro - Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG - DNPM Nº: 830.359/2004 - PA/Nº. 00472/2007/004/2009 - Classe 06. Belo Horizonte, 2011

DIVERSUS. Estudo de Definição Sobre Comunidades/Famílias a Serem Reassentadas. Belo Horizonte, 2014.

DUARTE, Thiago. “Aquecimento Global: verdade inconveniente ou teoria falsa?”. In: História da Ciência no Cinema. Coleção Scientia. GOMES, A.C.; CARVALHO, Eli. (orgs). 2014.

ESCOBAR, A. Desplazamientos, desarrollo y modernidad en el Pacífico Colombiano. In: in FELDMAN, Shelley, GEISLER, Charles & SILBERLING, Louise. Objetivos móviles: desarraigo, empobrecimiento y desarrollo In. International Social Science Journal, v.55, 175, 2003.

FELDMANN, S.; GEISLER, C.; SILBERLING, L. “Objetivos móviles: desarraigo, empobrecimiento y desarrollo”. In: Revista Internacional de Ciencias Sociales. 2003.

FERREIRA, Luciana. “O QUE A GENTE QUER É JUSTIÇA”: Conflito, mobilização e a luta por justiça dos atingidos pela mineração nas reuniões da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA), em Conceição do Mato Dentro/MG. 2015. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2015/12/Monografia-finalizada-Luciana-Ferreira.pdf>. Acessado em setembro de 2017.

FERREIRA, Marcilene. “Mineração, Direito Humano e da Natureza à Água”: Estudo sobre o conflito ambiental na Serra do Gandarela”. Dissertação de Mestrado Escola Superior Dom Helder Câmara. 2013.

FERREIRA ROCHA, Gestão de Projetos Sustentáveis. Estudo de Atualização das Áreas de Influência (AI). 2013.

FERREIRA ROCHA, Gestão de Projetos Sustentáveis. “Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) Projeto de Expansão da Cava Mina do Sapo”, 2015.

FLORES, Karen. “O reconhecimento da água como direito fundamental e suas implicações”. In: Revista da Faculdade de Direito da UERJ, v.1, n.19, dezembro de 2011.

GALIZONI, Flávia Maria. “Águas da Vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais”. Tese de Doutorado UNICAMP. 2005.

GALIZONI, F.M. “A terra construída”. Fortaleza: Etene/BNB, 2007.

GALIZONI, F.M.; RIBEIRO, E. “Água, terra e família: uma etnografia dos recursos hídricos nas comunidades camponesas da Mantiqueira mineira”. Revista UFMG, Belo Horizonte, V. 20, nº2, p.68-93. 2013.

GALIZONI, F.M. “A terra construída. Família, Trabalho, Ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais”. Dissertação de Mestrado. USP. 2000.

GARCIA JÚNIOR, A. R. “Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores”. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 1983.

GELLERT, P.K & LYNCH, B. ‘Los megaproyectos como desplazamientos’ in FELDMAN, Shelley, GEISLER, Charles & SILBERLING, Louise. Objetivos móviles: desarraigo, empobrecimiento y desarrollo In. International Social Science Journal, v.55, 175, 2003.

GODOI, E.P; MENEZES, M.A; MARIN, R.A. “Diversidade do Campesinato: expressões e categorias”. Volume II. Coleção História Social do Campesinato no Brasil. 2009.

GUDYNAS, Eduardo. EXTRACTIVISMOS EN AMERICA DEL SUR Y SUS EFECTOS DERRAME.in: La Revista, Boletín 76: 13-23; 2015 . Sociedad Suiza Americanistas. GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos en America del Sur: conceptos y sus efectos derrame. In: ZHOURI, Andréa, BOLADOS, Paola e CASTRO, Edna. Mineração na América do Sul : Neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: ANNABLUME, 2016.

GRUPO DE ESTUDOS EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS – GESTA/UFMG. Considerações sobre o “Estudo de definição sobre comunidades/famílias a serem reassentadas - Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Entorno da Cava Licenciada e Estruturas Correlatas”, 2014.

GRUPO DE ESTUDOS EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS – GESTA/UFMG. Parecer sobre o documento “Estudo de atualização das áreas de influência (AI) do Projeto Minas-Rio Mineração” elaborado pela empresa de consultoria Ferreira Rocha Gestão de Projetos Sustentáveis. 2014.

GOULART, Fernando Figueiredo. Laudo sobre o Relatório de Impacto Ambiental referente ao empreendimento de extração de minério de ferro nos Municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim pela empresa MMX. 2007.

GRUPO DE ESTUDOS EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS- GESTA/UFGM. Oficina de Cartografia Social, Janeiro de 2017.

HEREDIA, Beatriz M. Alásia. “A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HAESBAERT, Rogério. “Concepções de Território para entender a desterritorialização”. In: Milton Santos e Bertha K. Becker (Orgs.) Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: PPGG/UFG/DP&A. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO; AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. “A gestão dos recursos hídricos e a mineração”. 2006. Disponível em: http://www.em.ufop.br/ceamb/petamb/cariboost_files/gestao_20da_20agua_20na_20mineracao_20ibram.pdf. Acesso em outubro de 2017.

LEITE, L. “A empresa que é grande vai só crescendo e nós pequenos só diminuindo” – Análise da controvérsia das disputas sobre a ‘categoria atingido’ no caso do empreendimento Minas-Rio. Trabalho de Conclusão de Curos. Faculdade de

LITTLE, Paul E. “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. Série Antropologia. Nº 322. Brasília: DAN/UnB. 2002.

MALERBA, Juliana. “Mineração e questão agrária: as reconfigurações da luta pela terra quando a disputa pelo solo se dá pelo subsolo”. In: Conflitos no Campo Brasil. 2015. Comissão Pastoral da Terra (Org.)

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. Conflito e Resistência à instalação e operação da mina e do mineroduto do Projeto Minas-Rio. 2016. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=582> . Acesso em fevereiro de 2017.

MARTINS, José de Sousa. O Tempo da Fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: Fronteira: a degradação do Outro nos confins do Humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MALINOWSKI, B. “Os argonautas do Pacífico Ocidental”. 1922

MENDRAS, H. “Economia Camponesa”. In: Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Informação Técnica 03/2009. Comunidades Tradicionais afetadas pela Anglo Ferrous do Brasil ao longo da Serra da Ferrugem, em Conceição do Mato Dentro. 2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – Promotoria de Justiça da Comarca de Conceição do Mato Dentro. Termo de declarações e Boletim de Ocorrência. 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – Parecer Técnico 012897412-001. Junho de 2014.

MOURA, M. M. “Os Deserdados da Terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988

MOURA, M. M. “Camponeses”. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MOTTA, M.; ZARTH, P.; Apresentação à coleção. In: Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas da condição camponesa. In: NEVES, D.; SILVA, M. (orgs) 2008. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%203%20p.%2039-67.pdf>. Acesso em novembro de 2017.

NEVES, D.; SILVA, M.; Introdução. Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas da condição camponesa. In: NEVES, D.; SILVA, M. (orgs) 2008. Disponível em:

<http://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%203%20p.%2039-67.pdf>. Acesso em novembro de 2017.

O'DWYER, E.C; “Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos”. In: Quilombos, identidade étnica e territorialidade. O'DWYER (org). 2002. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/livros/Quilombos.pdf>. Acesso em outubro de 2017.

OLIVEIRA, R. C. “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever”. In: O Trabalho do Antropólogo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, J, P. “Etnografia enquanto compartilhamento e comunicação: desafios atuais às representações coloniais da antropologia”. In: In: Desafios da Antropologia Brasileira. FELDMAN BIANCO, B. (org.) 2013. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/livros/Desafios_Antropologia_Brasileira-Bela_Feldman-Bianco.pdf. Acesso em outubro de 2017.

OLIVEIRA, R. “Dividir em Comum: práticas costumeiras de transmissão do patrimônio familiar no Médio Jequitinhonha – MG”. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

OLIVEIRA, R. “A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar”: a geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do Bairro Camargos em Belo Horizonte, MG. Tese de doutorado, UFMG. 2014.

O TEMPO. “Mineroduto vai gastar uma Montes Claros e meia de água”. 2015. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/hotsites/crise-estrutural-do-brasil/mineroduto-vai-gastar-um-a-montes-claros-e-meia-de-%C3%A1gua-1.989671>. Acesso em outubro de 2017.

PRIFMER, Matheus. “A Guerra da Água em Cochabamba, Bolívia: a desconstrução de um conflito”. Encontro Nacional da Anppas. Brasília, junho de 2008.

O TEMPO. Minas lidera o número de conflitos por água no país. 2017. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/hotsites/mina-de-conflito>. Acesso em novembro de 2017.

PENNA, V. A construção da legalidade no licenciamento ambiental do empreendimento Minas- Rio: Estudo de caso da 86ª Reunião Ordinária da URCJequitinhonha. Monografia. Curso de Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2016.

PRATES, C. G. Mineração em Conceição do Mato Dentro: uma análise da REASA como instância de ‘resolução’ de conflito. Monografia. Curso de Ciências Socioambientais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2014.

PRATES, C. G. Efeitos derrame da mineração, violências cotidianas e resistência em Conceição do Mato Dentro. Dissertação de Mestrado. UNIMONTES. 2017.

REZENDE, Vanessa. “Mineração em Minas Gerais: uma análise de sua expansão e os impactos ambientais e sociais causados por décadas de exploração” UFMG, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v28n3/1982-4513-sn-28-03-0375.pdf>. Acesso em outubro de 2017.

RUBIO, Rafael Fernández. “A gestão dos recursos hídricos e a mineração: visão internacional”. In: A gestão dos Recursos Hídricos e Mineração. Ibram; ANA (Orgs). 2006. Disponível em: http://www.em.ufop.br/ceamb/petamb/cariboot_files/gestao_20da_20agua_20na_20mineracao_20ibram.pdf. Acesso em outubro de 2017.

SANTOS, Ana Flávia. “Não se pode proibir comprar e vender terra. Terras de ocupação tradicional em contexto de grandes empreendimentos”. In: Formas de morrer, matar e de resistir: Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. ZHOURI, A.; VALENCIO, N. (orgs.) Editora UFMG. 2014.

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL– SEMAD. Ata da 43ª reunião URC Jequitinhonha. Junho de 2010. Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam/urcs/jequitinhonha>. Acesso em setembro de 2017.

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL– SEMAD. Ata da 49ª reunião URC Jequitinhonha. 09 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam/urcs/jequitinhonha>. Acesso em setembro de 2017.

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL– SEMAD. Ata da 75ª reunião URC Jequitinhonha. 12 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam/urcs/jequitinhonha>. Acesso em setembro de 2017.

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL– SEMAD. Ata da 77ª reunião URC Jequitinhonha. 18 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam/urcs/jequitinhonha>. Acesso em setembro de 2017.

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL– SEMAD. Ata da 86ª reunião URC Jequitinhonha. 29 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam/urcs/jequitinhonha>. Acesso em setembro de 2017.

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD). Ata reunião SEMAD e comunidade Mumbuca e comunidade Água Quente de Conceição do Mato Dentro e Região, afetadas pelo projeto Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração, Fevereiro, 2010.

SIGAUD, Lygia. Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Comunicação 9, Museu Nacional, 1986.

STEIL, Carlos Alberto; Carvalho, Isabel. “Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito”. 2014.

TORRES, Marina. Histórias de Água e Minério: os efeitos do Projeto Minas-Rio em Água Quente, Conceição do Mato Dentro. Trabalho de conclusão de curso. UFMG. 2014. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/12/Monografia-Marina-Abreu-Efeitos-do-Projeto-Minas-Rio.pdf>. Acesso em setembro de 2017.

VAINER, Carlos. Conceito de Atingido: uma revisão do debate. In. ROTHMAN, F. Vidas Alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: Editora UFV, 2008, pp. 39-63.

VIGNOLO, Beatriz. “Uma introdução sobre o conflito entre a preservação dos recursos hídricos e o aproveitamento econômico mineral no Quadrilátero Ferrífero”. Artigo Apresentado no I Congresso de Direito Ambiental da UFMG, outubro de 2017.

VIVEIROS DE CASTRO, E.; ANDRADE, L.; “Hidrelétricas do Xingu: O Estado contra as sociedades indígenas” In: As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas. Comissão Pró-Índio de São Paulo. 1988. Disponível em: <http://www.cpis.org.br/pdf/As-Hidreletricas-do-xingu-e-os-povos-indigenas.pdf>. Acesso em outubro de 2017.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; LASCHEFSKI, K.; SANTOS, A.F.; “O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social”. 2016. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252016000300012&script=sci_art_text. Acesso em outubro de 2017.

SCOTT, Parry. Negociações e Resistências Persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Editora UFPE, Recife, 2009.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; LASCHEFSKI, K.; SANTOS, A.F. “O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social. In: Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais”. ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. (orgs). 2016.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.; Introdução: “Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais”. In: A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais. ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D (orgs.). 2005.

ZHOURI, A. Mapeando desigualdades ambientais: Mineração e desregulação ambiental. In: Formas de morrer, matar e de resistir. Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. ZHOURI, A.; VALENCIO, N.; (orgs). 2014.

ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e *accountability*: desafios para a governança ambiental. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000300007.

Acesso em novembro de 2017.

ZHOURI, A; OLIVEIRA, R. Relatório técnico. Impacto da UHE Irapé para as comunidades a jusante da barragem. 2011.

ZHOURI, A, OLIVEIRA, R. E LASCKEFISKI, K “A supressão da vazante e o início do vazio: água e “insegurança administrada” no Vale do Jequitinhonha-MG”. In: Zhouri, “Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais.” ABA Editora, Brasília, 2012.

ZHOURI, A., OLIVEIRA, R. MOTTA, L. Deslocamentos Múltiplos e a compulsoriedade do desenvolvimento: urbanização e barragens em face aos lugares. Trabalho apresentado no XXXI International Congress of the Latin American Association (LASA), Washington D.C - EUA, 29 May- 1st June, 2013. Painel: Deslocamentos e desigualdades no Capitalismo Global Contemporâneo.

